

MARISA RIBEIRO SILVA

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E PODER:
XAVIER DA VEIGA, O ARCONTE DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**



Dissertação apresentada ao curso Pós-Graduação em História, Linha Ciência e Cultura, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. José Carlos Reis

Belo Horizonte, outubro de 2006.

Dissertação a ser apresentada e defendida em ____ de outubro de 2006.

Banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Regina Horta Duarte
Professora Adjunta do Departamento de História
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. José Carlos Reis
Professor Adjunto do Departamento de História
Universidade Federal de Minas Gerais



Arquivo Público Mineiro – parte de uma sala [1922]
Acervo do Arquivo Público Mineiro.

Ao Décius, meu querido companheiro.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, em especial à professora Regina Horta Duarte.

Aos amigos queridos que muito me ajudaram com indicações e leituras pacientes, especialmente Ana Luiza, Daniel, Paulo, Alexandre.

Aos meus colegas do Arquivo Público Mineiro, especialmente à Marta Melgaço e Alda Palhares.

A minha família pela compreensão e incentivo, especialmente às primas Lorena e Larissa por ainda acreditarem que podemos optar pelo gosto.

Aos membros da banca.

Ao orientador José Carlos Reis, pelas leituras atentas e pela paciência.

Em especial, ao meu amado e infatigável companheiro, pelos muitos momentos de compreensão, de leitura, de discussão, pelas noites mal dormidas, pelos finais de semana ao computador, pelo infinito bom humor.

RESUMO

O texto tem por objetivo a análise da institucionalização da memória no século XIX por meio da criação de “lugares de memória” e o uso político dessa memória como instrumento de disciplinarização. Especificamente, a criação do Arquivo Público Mineiro (APM) e os jogos de poder que envolveram a sua criação e a constituição do seu acervo. Além disso, na pessoa do primeiro diretor da instituição José Pedro Xavier da Veiga, buscaremos compreender a idéia de história que motivou a criação do APM.

Palavras-chave: história, memória, arquivo, relações de poder.

ABSTRACT

The objective of this text is the analysis of memory institutionalization in the XIX century through the creation of "memory places" and its political use as a disciplinary instrument. Specifically, the creation of the Arquivo Público Mineiro (APM) and the power games that surrounded its creation and the establishment of its collection. Moreover, following the footsteps of the institution's first director José Pedro Xavier da Veiga, we will examine the historical idea that motivated the creation of the APM.

Keywords: history, memory, archive, power relation.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I – Arquivo, Memória, História e Poder.....	12
1.1. Arquivo	12
1.2. Memória.....	17
1.3. Memória e Poder.....	29
1.4. A disciplinarização da memória	38
Capítulo II - O Arquivo Público Mineiro como projeto político	51
Capítulo III - Xavier da Veiga, o <i>arconte</i> do Arquivo Público Mineiro	97
CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	139
FONTES DOCUMENTAIS	144
ANEXO.....	144

“Quem controla o passado, controla o futuro;
quem controla o presente, controla o passado”.

George Orwell – 1984.

Introdução

O texto apresentado para a banca de exame de dissertação de Mestrado do Departamento de História da UFMG, na linha de Ciência e Cultura na História, refere-se à institucionalização da memória no século XIX por meio da criação de “lugares de memória” e o uso político dessa memória como instrumento de disciplinarização. Especificamente, a criação do Arquivo Público Mineiro (APM) e os jogos de poder que envolveram a sua criação e a constituição do seu acervo. Além disso, na pessoa do primeiro diretor da instituição José Pedro Xavier da Veiga, buscaremos compreender a idéia de história que motivou a criação do APM.

Inicialmente, esse trabalho tinha por objetivo principal analisar o processo de constituição do Arquivo Público Mineiro - instituição criada pela Lei n.º 195 de 1895. Quais os motivos que levaram à criação da instituição? Como se deram a formação, organização e conservação do seu acervo? Quais as possíveis relações com o desenvolvimento do saber histórico? No entanto, a leitura mais atenta das fontes levou-nos a um redirecionamento do trabalho. Com a sua leitura percebeu-se que as relações de poder são muito mais presentes e determinantes na criação da instituição e na constituição do seu acervo do que a questão científica. Por mais que o discurso apareça, muitas vezes, permeado por um conteúdo à primeira vista mais ligado à questão histórica e à preservação da memória, uma análise minuciosa leva-nos para o núcleo de uma disputa política, assunto este que será desenvolvido mais adiante.

Nesse sentido, identificou-se a necessidade de estabelecer um marco cronológico de certa forma flexível. Inicialmente, havia sido estabelecido como referência inicial o ano de 1895 por ter sido a data de publicação da lei que criou a instituição. O ano de 1900 foi estabelecido, inicialmente, como marco temporal final marcado pelo falecimento do primeiro diretor da instituição, José Pedro Xavier da Veiga, que foi escolhido pelo então governador de Minas Gerais, Chrispin Jaques Bias Fortes, para ser o responsável pela criação e direção do Arquivo, ficando à frente da instituição por quatro anos. O falecimento de Xavier da Veiga é uma referência na história da instituição já que, nessa data, o Arquivo já se encontrava estruturado e grande parte do seu acervo já estava constituído. Além disso, os diretores subseqüentes, na grande maioria dos casos, apenas procuraram seguir os caminhos trilhados por Xavier da Veiga, passando a instituição por inúmeras dificuldades financeiras, deixando inclusive de exercer as suas atividades por alguns anos.

Apesar desses dois marcos importantes, percebeu-se ao longo do trabalho a necessidade de se estender o período da pesquisa para perceber melhor o contexto político de mudança no qual está inserido o projeto. Foi relevante a análise de algumas discussões que envolveram a Proclamação da República no Brasil, e que estavam presentes em alguns discursos publicados em dois periódicos dirigidos por Xavier da Veiga, entre julho de 1888 e junho de 1900, que enfocavam, principalmente, as disputas entre os partidos políticos e os rearranjos no poder após o 15 de novembro. Além disso, optou-se pela extensão da pesquisa da documentação primária até o ano de 1911, justamente para analisar a atuação dos diretores que seguiram à administração de Xavier da Veiga.

O marco espacial estabelecido para esse trabalho é o Estado de Minas Gerais, especialmente Ouro Preto, sede do Arquivo Público Mineiro. Apesar do enfoque do trabalho ser a instituição que permaneceu em Ouro Preto de 1896 até 1907, quando foi transferida para Belo Horizonte, percebeu-se uma inserção tanto do Arquivo como do seu primeiro diretor no contexto de relações políticas que extrapolam o perímetro da antiga capital da província. Xavier da Veiga manteve, por meio dos periódicos que dirigiu e de correspondências como diretor do APM¹, redes de relacionamento e de influência por todo o Estado de Minas Gerais.

As fontes documentais primárias para o desenvolvimento desse trabalho são as publicações, organizadas e dirigidas por Xavier da Veiga, da Revista do Arquivo Público Mineiro compostas de 18 volumes do ano de 1896 a 1901. Além disso, em alguns volumes podem ser encontrados artigos por ele assinados. Foi também consultada a documentação administrativa do fundo² *Arquivo do Arquivo*, no período de 1895 a 1902. Este fundo é composto principalmente por correspondências entre Xavier da Veiga e amigos e pessoas ilustres de todo o Estado. Muitas destas pessoas foram nomeadas correspondentes do Arquivo Público Mineiro e tinham como função contribuir para a formação do acervo da instituição. Além de correspondências, o fundo possui também a lei n.º 195 que cria a instituição e estabelece as suas funções, cargos, remunerações, etc, medidas administrativas como pagamentos, nomeações e demissões; pedidos de cópias de documentos e certidões.

¹ Arquivo Público Mineiro

² Conjunto de documentos, independente de sua forma ou suporte, organicamente produzido e ou acumulado e utilizado por pessoa física, família ou instituição no decurso de suas atividades e funções.

Foram analisadas ainda as “Efemérides Mineiras” nas quais Xavier da Veiga escreve uma história cronológica de Minas Gerais, destacando os principais eventos e personalidades do Estado, desde os primeiros anos da ocupação portuguesa na região até a Proclamação da República.

Foram também objeto de análise os jornais publicados por Xavier da Veiga. O primeiro jornal chamado “A Província” foi publicado entre os anos de 1879 e 1889, quando deixou de circular. Esse jornal era um “Órgão do Partido Conservador”, apresentando em todas as suas edições um editorial direcionado para as discussões políticas do momento, principalmente um embate severo com os republicanos.

Com a Proclamação da República, Xavier da Veiga passou a publicar um novo jornal intitulado “A Ordem” tendo sua primeira edição em novembro de 1889 e a última em novembro 1892. Esse periódico já não é mais declaradamente conservador como o anterior, pelo contrário, possui um editorial bastante brando e conciliador com as propostas republicanas.

E por fim, mas não menos importante, foram objeto de análise as leis referentes à guarda, preservação e acesso de documentos públicos do Estado de Minas Gerais.

Para analisarmos a documentação relacionada acima, teremos como base a metodologia proposta por Michel Foucault³ em *A arqueologia do saber*, na perspectiva da análise do discurso. A análise arqueológica nos permite mudar o foco da pergunta: o nosso interesse não é saber quais os fatores que levaram ao

³ FOUCAULT, Michel . *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

discurso da memória, qual o contexto que o motivou, mas, porque o discurso da memória e não outro? Porque o discurso da memória e da história era tido como estratégia importante nas relações de poder em jogo? Quais eram essas relações de poder? Quais as relações de poder que se estabeleceram em torno da instituição e por que uma instituição de memória se constituiu como uma importante referência de poder, representada na pessoa do seu diretor.

Nossa principal fonte são os discursos de Xavier da Veiga e de seus correspondentes. Essas práticas discursivas trazem referências importantes sobre as relações políticas do período e sobre a concepção de história e de memória. A análise arqueológica nos permite trabalhar esses discursos na sua positividade, ou seja, no que eles realmente dizem.

Descrever um conjunto de enunciados, não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada; descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo, não é certamente revelar uma interpretação, descobrir um fundamento, liberar atos constituintes; não é tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia. É estabelecer o que eu chamaria, de bom grado, uma positividade⁴.

Buscaremos descrever e analisar cada discurso como um acontecimento único, buscando a sua riqueza; cada documento, cada discurso será lido como se fosse um monumento⁵, ou seja, trabalharemos a massa informe, sem vivacidade e transformaremos cada documento em um monumento a ser decifrado, organizado, relacionado. O objetivo, a partir dessa forma de análise, será estabelecer dois tipos

⁴ FOUCAULT, Michel . *A Arqueologia...*, 2004. p. 141.

⁵ Monumento, segundo Foucault, são os rastros deixados pelos homens, mas não matérias inertes, e sim rastros vívidos, inseridos, correlacionados e correlacionáveis.

de relações: primeiro, as relações entre os discursos; em segundo, as relações dos discursos com as práticas não-discursivas que os envolvem, um conjunto de acontecimentos, de práticas, de decisões políticas.

O método foucaultiano⁶ consiste em descrever, positivamente, e não pressupor nada mais. Não pressupor que existe um alvo, um objeto, uma causa, um material, um tipo de conduta. A prática não é uma instância misteriosa, um motor oculto, é o que fazem as pessoas – literalmente.

A nossa primeira hipótese é de que a criação do Arquivo Público Mineiro não esteve vinculada a uma idéia de progresso ou de uma maior sensibilidade ou de valorização do passado, mas sim a um rearranjo nas relações de poder específicas do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, a valorização da memória e da história não é um fim em si, mas um meio, um instrumento, um discurso que permeia e legitima as relações de poder.

As concepções de memória e de história estão completamente interligadas. A valorização da memória no século XIX, principalmente aquela ligada à celebração dos grandes heróis e dos grandes acontecimentos, refletiram uma concepção de história universalizante, que também valorizava os grandes eventos e grandes personagens, dentro de uma idéia de progresso da humanidade.

Se optarmos por uma concepção de história baseada não na marcha da humanidade, com uma temporalidade única, mas uma história que valoriza a descontinuidade, o tempo da dispersão, que valoriza a multiplicidade de indivíduos caminhando em sentidos variados, também múltiplos, rompemos então com a

⁶ Cf. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

concepção de uma história que se encerra em si, mas buscamos na história aquilo que é útil para a vida presente e para a ação.

Quando nos propomos a analisar a constituição do Arquivo Público Mineiro, partimos da idéia de que estamos trabalhando com um objeto histórico, dinâmico, inserido em um contexto político específico, que se relaciona com outros acontecimentos e que faz parte de uma rede de relações e disputas de poder.

O poder é exercido em múltiplas relações, descentralizado. Não é nosso objetivo aqui entender as relações de poder apenas numa relação hierárquica, de cima para baixo, soberano / súdito, mas temos como objetivo perceber os "súditos" em suas relações recíprocas - relações de poder. Todas as relações são relações de poder. O poder se exerce em rede, ele não pode ser apropriado, como um bem.

No nosso caso específico, pretendemos analisar não apenas o poder institucional e político de Xavier da Veiga, mas também o poder legal e histórico dos "donos" dos documentos, o poder do técnico - o saber - que seleciona, que joga fora, que guarda e exclui.

Temos aqui uma multiplicidade de relações que permeiam a Instituição e a ultrapassam. Relações que envolvem não só nomeações de funcionários e correspondentes, mas também, a posse e a permuta de documentos, a construção de um imaginário histórico para o Estado, assessorias históricas que envolveram, inclusive, a delimitação do território mineiro.

Em qualquer sociedade existem relações de poder múltiplas que constituem o corpo social e essas relações de poder não podem se exercer sem a produção do discurso. É nesse sentido que desenvolver um estudo sobre as relações

arquivísticas torna-se fundamental, pois confrontamos aqui as relações de poder sociais e políticas de um determinado contexto histórico, a produção de discurso e as novas relações de poder que esses discursos estabelecem enquanto discurso arquivístico, relações essas que não se esgotam, mas, ao contrário, sempre se renovam.

Antes mesmo da criação do APM, a guarda de documentos “históricos” já era um costume das pessoas diretamente ligadas aos órgãos governamentais. A guarda de documentos já se dava no âmbito privado, constituindo um certo *status* familiar que ia se desenvolvendo na medida em que os descendentes também se integravam aos jogos governamentais do poder.

Toda vez que um político cumpria o seu mandato, ao entregar o cargo, levava consigo os documentos referentes ao seu período administrativo e essa documentação passava a fazer parte de um acervo familiar privado. Assim, um registro que, por princípio, era um bem público, tornava -se um bem privado.

Com a criação da Instituição, o maior esforço de Xavier da Veiga foi o de tentar recuperar esses documentos públicos que estavam em posse de políticos. A maior parte da documentação por nós consultada é composta por discursos, tanto de Xavier da Veiga quanto dos seus correspondentes, negociando a doação ou a troca de documentos e publicações.

O problema que se coloca para nós é: como a história e a memória podem servir de respaldo, legitimando novos Estados ou novas estruturas de poder? Quais valores estão sendo atribuídos ao passado e a qual passado? Quais fatos e personagens são fundamentais de serem mantidos no imaginário popular? Em

contrapartida, quais fatos e personagens deveriam ser apagados da memória do grupo? Qual projeto de história estava sendo construído?

O século XIX foi um momento privilegiado de advento da “história científica” e da valorização da memória não só no Brasil, mas em todo o mundo ocidental. Principalmente após a Revolução Francesa podemos perceber um crescimento significativo na criação de arquivos nacionais e museus que buscavam, ao mesmo tempo, guardar os objetos de memória e escrever uma história oficial que desse respaldo às novas relações de poder que estavam se constituindo no momento. A busca pela legitimidade era um problema concreto dos novos Estados e um meio recorrente de se construir essa legitimidade era a elaboração de um ideal de nação e de povo que tivessem um passado em comum, que teria como função promover a união do povo e o fortalecimento da nova nação.

O nosso objetivo nesse trabalho é fazer uma análise conjunta de como a memória e a história foram utilizadas para legitimar novas relações de poder. Para isso, iremos atuar em duas frentes: primeiro, faremos uma análise dos documentos que foram selecionados para constituírem o acervo do APM. Que história esses documentos pretendem contar? Que eventos eles iluminam e quais eles deixam na obscuridade? Como a historiografia está sendo construída para legitimar uma nova ordem política? Em segundo, analisaremos os discursos publicados nos dois jornais editados por Xavier da Veiga antes da criação do Arquivo Mineiro. Esses discursos voltam-se para o debate político da época, envolvido não só com a Proclamação da República, mas também com os conflitos partidários em Minas Gerais, os confrontos ideológicos, as disputas por cargos. Quais eram as articulações políticas engendradas no Estado? Em quais

momentos e de que maneira a memória e a história eram evocadas nessas disputas?

Faremos aqui uma análise de um discurso institucional. Analisaremos como os grupos que detêm o poder político formal no período se utilizaram da memória e da história para se legitimarem. Uma questão que fica pendente é como esse discurso chega à população, como ele é recebido, em quais aspectos ele é absorvido ou recusado. Por uma questão de ordem prática, deixaremos essa segunda questão para um trabalho posterior.

O nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo "*Arquivo, Memória, História e Poder*" faremos uma discussão buscando conceituar e problematizar a idéia de arquivo, memória, história e poder. A nossa hipótese principal é que a constituição de arquivos e museus no século XIX na Europa e também no Brasil se deu no bojo das mudanças nas relações de poder, quando a memória passou a ter um significado especial tanto com relação ao passado que se esforçava para esquecer e superar, quanto com relação aos novos sistemas políticos que se estabeleceram no período.

Acreditamos ser necessária uma discussão teórica sobre os conceitos e idéias que serão desenvolvidas nos próximos capítulos, para que se delimite com clareza os parâmetros com que estamos lidando e se defina um norte bem sólido sobre o significado do trabalho historiográfico para nós.

No segundo capítulo "*O Arquivo Público Mineiro Como Projeto Político*" buscaremos fazer uma contextualização política e científica. Analisaremos os personagens envolvidos na criação do APM e a sua participação política no Estado e no país. Como o APM se constituiu numa "moeda de troca"? Quais as

relações de poder que se desenvolviam na e em torno da Instituição? Quais os critérios utilizados para a distribuição de cargos? Quem eram os correspondentes do Arquivo tanto no cenário político quanto científico? Quais as negociações que envolviam as doações e trocas de documentos?

No terceiro e último capítulo “Xavier da Veiga, o *arconte* do Arquivo Público Mineiro” buscaremos analisar: como foi feita a seleção da memória? Quais os documentos que foram para o Arquivo e quais foram eliminados? Qual ‘história’ estava sendo iluminada e qual deveria ser esquecida? Qual história oficial estava sendo construída e valorizada naquele momento? Qual a concepção de história de Xavier da Veiga e quais as relações estabelecidas a partir dessa concepção?

Nesse sentido, buscaremos, nesses três capítulos, analisar a relevância da memória como um instrumento de poder e, mais especificamente, as relações de poder em Minas Gerais, representadas na figura, para nós importantíssima, do primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro, José Pedro Xavier da Veiga.

Capítulo I – Arquivo, Memória, História e Poder

Precisamente esse animal que necessita esquecer, no qual o esquecer é uma força, uma forma de saúde forte, desenvolveu em si uma faculdade oposta, uma memória, com cujo auxílio o esquecimento é suspenso em determinados casos – nos casos em que se deve prometer: não sendo um simples não-mais-poder-livrar-se da impressão certa vez recebida, não a simples indigestão da palavra uma vez empenhada, da qual não conseguimos dar conta, mas sim um ativo não-mais-querer-livrar-se, um prosseguir-querendo o já querido, uma verdadeira **memória da vontade**.⁷

1.1. Arquivo

o termo *arquivo* aparece na bibliografia de formas bastante diversas, significando ora a instituição que abriga o acervo documental, ora o próprio acervo documental. No entanto, alguns autores como Jacques Derrida e Michel Foucault trabalham com concepções mais teóricas para o referido termo. Neste trabalho, optamos pelos conceitos de Derrida e Foucault por problematizarem mais a discussão e terem uma visão mais dinâmica, não só do Arquivo, mas da própria história.

Schellenberg⁸ define ‘arquivo’ (archival institution) como a instituição responsável pela guarda de ‘material de arquivo’ ou ‘arquivos’ (archives). Mais precisamente

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente⁹.

⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. p 58.

⁸ SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

⁹ SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos Modernos...*, 2002. p. 11.

Segundo ele, existem três elementos essenciais que caracterizam o material de arquivo: em primeiro lugar, para serem considerados arquivos, os documentos deveriam ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo, seja um ato administrativo ou executivo; o segundo elemento refere-se aos valores pelos quais os arquivos são preservados, que podem ser tanto oficiais quanto culturais, o principal é que esses arquivos sejam preservados para uso de outros além de seus próprios criadores; o terceiro elemento refere-se à custódia, em se tratando do grande volume dos documentos modernos não é possível seguir “uma linha imaculada de custódias ininterruptas”, deve-se apenas ter como quesito essencial a suposição de que os documentos sejam realmente do órgão que os oferece.

A partir da perspectiva foucaultiana, partiremos de uma conceituação de arquivo mais teórica, ou seja, analisaremos o arquivo a partir do ponto de vista da História e não da prática arquivística, como recorrentemente se faz. Arquivo, segundo Foucault¹⁰, é o que permite que os discursos permaneçam históricos, ou seja, é o que possibilita que os acontecimentos do passado sejam apropriados pelo presente e reiteradamente reinventados, reconstruídos, rearranjados, é o que permite a vitalidade da história contada e recontada. Dentro dessa concepção, os discursos do passado adquirem constantemente novas roupagens pela iluminação do presente, não correspondendo, assim, à visão tradicional de uma massa amorfa, coesa, passada. Mas presentificada, viva, co-relacionada.

¹⁰ FOUCAULT, Michel . *A Arqueologia...*, 2004. p. 141.

Os discursos arquivísticos não podem ser compostos dentro de uma temporalidade única e um arranjo único. Eles são históricos e, como tais, possuem sua temporalidade própria e sua rede de relações. Quando tratamos as práticas discursivas como históricas, rompemos com a idéia de uma história linear que teria como objetivo uma grande acumulação de documentos, uniformizando-os em uma temporalidade única.

Valorizamos cada discurso, cada documento como um monumento, que deve ser tratado dentro do seu contexto específico de produção, dentro das relações que produz e estabelece.

Ao contrário de uma historiografia tradicional que via na criação de instituições arquivísticas a possibilidade de criar um vínculo de continuidade com o passado, evitando as rupturas e a emergência de novos atores no cenário político, os arquivos permitem a explosão de temporalidades diversas. O Arquivo é o lugar primordial da ruptura, já que cada discurso é histórico e que cada historicidade se constrói e reconstrói, a todo o momento, pelo olhar do presente. Não é o passado que se acomoda linearmente nas estantes das instituições, mas o presente que ilumina os discursos trazendo-os para uma nova historicidade.

Além disso, é fundamental destacarmos que os discursos do passado devem ser tratados dentro de sua historicidade específica. Cada discurso foi produzido dentro de um contexto singular, com um propósito, e em relação com outros discursos, que por sua vez também têm a sua historicidade.

Na mesma linha, para Jacques Derrida¹¹ arquivo – *arkhê* – designa, ao mesmo tempo, ‘começo’ e ‘comando’, isto é, coordena tanto o princípio da natureza e da história, o começo das coisas, quanto o princípio da lei, o lugar onde se exerce a autoridade, a ordem social, o lugar a partir do qual a ordem é dada.

No entanto, Derrida ressalta que temos dificuldade em apreender os dois sentidos colocados acima tanto no documento quanto no arquivo. Geralmente, o arquivo remete ao sentido ‘originário’, ‘ontológico’, e não ao sentido de ‘comando’.

O sentido de arquivo vem, para ele, do *arkeion* grego: inicialmente, uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. “Aos cidadãos e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou de representar a lei”¹².

Diante da autoridade publicamente reconhecida, era na casa deles (casa particular, de família ou funcional) que se depositavam os documentos oficiais. Os *arcontes* foram os primeiros guardiões dos documentos oficiais: além de serem os responsáveis pela segurança física do depósito e do suporte, tinham também o direito e o poder de interpretar os arquivos. Sob a guarda dos *arcontes*, os documentos evocavam a lei e convocavam à lei.

A condição de existência do arquivo exige que este seja depositado em algum lugar sobre um suporte estável, que esteja à disposição de uma autoridade hermenêutica legítima, que concentre funções de unificação, identificação e

¹¹ DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

¹² DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo...* 2001, p. 12.

classificação e, por último, o poder de consignação. A idéia de consignação está ligada ao princípio de reunião.

Uma ciência do arquivo deve incluir a história desta institucionalização, isto é, ao mesmo tempo, da lei que aí se inscreve e do direito que a autoriza. Este direito põe ou supõe um conjunto de limites que têm uma história, uma história desconstrutível (...)¹³.

Quando fala de “desconstrução”, Derrida manifesta-se contrário à instituição de limites declarados intransponíveis, como o direito das famílias e do Estado, a relação entre o público e o privado, etc. Aproxima-se da idéia foucaultiana de não aceitar conceitos prontos e determinados sem questionamento, ou seja, é justamente o arquivo que permite a desconstrução de conceitos pré-determinados e a sua permanente reconstrução

De acordo com Derrida, o que motiva o registro, mesmo quando se tem consciência de que o que se diz é algo já conhecido, é uma pulsão de perda. Freud trabalha com a idéia de pulsão de morte, que visa destruir o arquivo. A pulsão de morte é destruidora do arquivo, o que o autor chama de “potência arquiviolítica”. Na tentativa de se limitar essa pulsão de perda, é que se dá o registro documental e a sua guarda em instituições arquivísticas.

Essa potência arquiviolítica não leva somente ao esquecimento, à amnésia, à aniquilação da memória, comanda também o apagamento radical, a erradicação daquilo que não se reduz jamais a *mneme*, ou, memória espontânea. O arquivo não se relaciona à idéia de memória como experiência espontânea, viva e interior.

¹³ DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo...* 2001, p 14.

“O arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória”¹⁴.

A salvação do documento é, portanto, um ato de escolha, escolha de salvar para o futuro; essa escolha é um ato de poder, de exercício e de imposição de poder. A memória não é algo natural, espontâneo, mas uma escolha de poder. E é nessa escolha que o arquivo tem o seu papel primordial.

1.2. Memória

O debate da memória será conduzido por uma discussão acerca das produções de saberes e das relações de poder que envolvem a sua construção e a sua preservação. Poder e saber mantêm uma relação de interdependência que acompanha toda produção de conhecimento, não podendo um se exercer sem o outro. A produção de um conhecimento está sempre relacionada a interesses, sejam políticos ou econômicos, que motivam e possibilitam o conhecimento, sejam as disputas e os jogos no meio acadêmico, etc. Por outro lado, as relações de poder são múltiplas e dinâmicas, ou seja, estão sempre mudando as suas estratégias de combate e, portanto, motivando e produzindo saber; todas as relações são relações de poder.

A construção da memória não é diferente. Desde a Antiguidade, antes mesmo da escrita, as pessoas responsáveis pela conservação da memória do grupo – os ‘homens-memória’ – tinham um papel importantíssimo na manutenção

¹⁴ DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo...* 2001,p. 22.

da coesão do grupo, além de uma posição de destaque na sociedade. Nesse sentido, o conhecimento da memória se constituía em um instrumento poderoso na reprodução das relações de poder.

Tendo como base os estudos de Michel Foucault¹⁵ sobre as relações de poder, entendemos que o poder não é algo de que se apropria, uma instância superior – “O Poder”, mas sim jogos de força que são negociados a todo o momento. Nesse sentido, acreditamos que a memória é uma construção histórica, ou seja, cada período e cada contexto promovem a construção da história de acordo com os interesses políticos do momento. A memória define-se então como uma estratégia, um instrumento de poder.

As relações de poder podem ser analisadas de duas maneiras: a primeira, por meio da própria seleção da memória, ou seja, quais eventos e personagens históricos são privilegiados na seleção da memória e quais são propositadamente esquecidos; em segundo, as negociações nas quais se envolvem os personagens no processo de criação das instituições de memória, no caso, do Arquivo Público Mineiro e na constituição do seu acervo.

Como já dissemos anteriormente, a proposta de trabalharmos com a seleção da memória é problemático, pois estaremos acessando o nosso objeto a partir do ponto de vista institucional, que não negocia a seleção da memória, mas impõe. Isso não quer dizer que não consideramos a possibilidade de negociação,

¹⁵ Cf. FOUCAULT, Michel - *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2004. Pg.29.

_____ - *História da Loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

_____ - *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____ - *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

rejeição, reconstrução de quem recebe a memória “pronta”, institucionalizada. Por uma questão de ordem prática, nesse trabalho privilegiaremos apenas a construção oficial da memória, mas levando em consideração, em todo momento, a existência de outros campos de força.

Outra questão importante é a diferenciação dos tipos de memória e a análise de qual memória, quais recortes e seleções estavam sendo feitos no período. A utilização da memória pressupõe a manipulação tanto da lembrança quanto do esquecimento; nesse sentido, analisaremos qual memória estava sendo forçadamente deixada de lado e qual estava sendo enfatizada, rememorada, celebrada.

A constituição de arquivos e museus no século XIX na Europa e também no Brasil se deu a partir de uma mudança nas relações de poder quando, tanto a memória quanto a história, passam a ser utilizadas como instrumentos de controle social por meio da legitimação dos novos grupos políticos.

Para Pierre Nora¹⁶ a memória é um conjunto de estratégias dentro do jogo de forças da política, é muito mais uma moldura do que um significado, isto é, a memória em si não tem nenhum significado; ela só adquire importância na medida em que ela se manifesta por meio de símbolos e faz parte de um jogo de forças político.

A memória foi intensamente utilizada no século XIX – e ainda continua sendo - como uma estratégia política poderosa. Mas, o que possibilita que a memória e a história sejam artifícios tão poderosos, que permitiram a constituição

¹⁶ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Gallimard, 1984.

da idéia de povo, de nacionalidade, que legitimaram a constituição de sistemas políticos? Que sentimentos a memória mobiliza? Quais necessidades ela preenche?

No caso da França pós-revolucionária, a República operou uma reduplicação da memória se constituindo na redefinição sintética e no resultado da memória nacional. A República se confundiu com a memória.

A República francesa promoveu uma aceleração da história, rompendo com o equilíbrio da tradição. Buscou-se, então, o arquivamento de qualquer coisa logo após ter começado. A curiosidade pelos lugares onde se cristaliza e se refugia a memória está ligada à tomada de consciência da ruptura com o passado pela Revolução. Esse sentimento de ruptura se confundiu com o sentimento de uma memória dilacerada, levando a uma busca pela continuidade.

Nora destaca que essa corrida da memória não se restringiu à França, mas ocorre em todo o mundo pelo fenômeno da mundialização, da democratização, da massificação e da mediatização. Especialmente, no caso da independência das novas nações que, livres da violação colonial, buscam uma historicidade própria. Passa-se das sociedades-memória nas quais eram asseguradas a passagem regular do passado ao futuro, para a idéia de progresso, para o dever de mudança, mas seguindo um sentido único, linear.

Essa corrida da memória, estimulada pelo desaparecimento da memória tradicional, cria um movimento de sacralização dos registros da memória. Busca-se o acúmulo cada vez maior de tudo que se produz, o que Nora chama de 'terrorismo da memória historicizada'. A memória passa a ser dominada pela história e é assim destruída.

A produção histórica no século XIX, assim como a produção da memória, estava marcada por um grande esforço cientificista que procurava preencher e adornar a história com a marca da racionalidade e do progresso. Essa racionalidade materializava-se no exercício da história por meio do culto e da admiração do passado e dos seus vestígios. O historiador “científico” tinha a grandiosa função de garimpar, acumular e reproduzir os grandes feitos do passado. Ele não se dirigia para o passado com um questionamento vivo, presente, mas apenas com a admiração de um fã e de um seguidor. Dentro dessa concepção de história, a lembrança dos grandes feitos históricos e dos grandes heróis da humanidade se torna absolutamente essencial. O conceito de memória aqui se resume, então, a lembrar e a guardar.

O problema é que a “história científica” tem como pressuposto a objetividade, ela busca olhar de fora e reproduzir o passado nos moldes da imparcialidade; busca a universalidade, representando a marcha da humanidade; mas é apenas uma reconstrução incompleta, uma representação do passado. Enquanto que a memória é vida, é dinâmica, está em evolução permanente no jogo da lembrança e do esquecimento. A memória é mágica, mítica, se instala no lugar do sagrado, promove ligações, continuidades temporais; é parte integrante do processo histórico, da evolução dos homens, dos grupos sociais.

Como já ressaltamos, a memória dominada pela história é destruída. Perde a vida, a sacralidade, e passa a ser vestígio, cadáver pronto para ser dissecado. O mundo historicizado promove a dessacralização definitiva da memória. E, quanto mais se mata a memória, mais a sociedade moderna busca acumular seus

símbolos, seus objetos, constituindo lugares cheios de simbologia morta, que nada dizem ou representam.

Para Nora, museus, arquivos, cemitérios, coleções, monumentos, santuários são as testemunhas de uma outra época, ilusões de eternidade, empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais; rituais de uma sociedade sem ritual; sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza; signos de reconhecimento em uma sociedade que tende a reconhecer que os indivíduos são iguais e idênticos.

Se tomarmos como conceito de história a idéia nietzschiana¹⁷ de um conhecimento voltado para a vida, para o presente, para a realização do homem enquanto um indivíduo ativo que atua e constrói o seu próprio presente e futuro, é necessário que se estabeleça uma relação diferente com a idéia de memória.

Para a história que parte do presente e tem no passado apenas um interlocutor que não se impõe sobre o presente, mas que dialoga, tem na memória não apenas a lembrança, mas também o esquecimento. O esquecimento não é avesso à memória, muito menos à história, mas parte integrante e necessária. O esquecimento é o que possibilita ao homem que ele construa a sua própria história sem a opressão do passado.

Halbwachs¹⁸ divide a memória em dois tipos: a memória individual e a memória coletiva ou histórica. Segundo o autor, a memória individual ou autobiográfica é aquela que se restringe ao âmbito da vida das pessoas, das

¹⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*. Da Utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2003.

¹⁸ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértica, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

lembranças pessoais, mas que estão enraizadas em diversos elementos do social. Já a memória coletiva é um pensamento contínuo e natural, retendo do passado aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo. A memória individual só é possível por meio do uso das palavras e das idéias - estratégias e instrumentos fixados pela sociedade. Além disso, é limitada no espaço e no tempo de acordo com o que foi visto, feito ou vivido. Já os limites da memória coletiva podem ser mais remotos. A memória coletiva normalmente passa pela memória do outro, o que o autor chama de "memória emprestada".

A memória autobiográfica se apóia de certa forma na memória histórica já que a nossa vida faz parte da história em geral. A memória autobiográfica é contínua e densa, ao passo que a memória histórica se apresenta de forma resumida e esquemática.

O interessante dessa análise é que, segundo Halbwachs, adquirimos a memória histórica normalmente por meio das lembranças e dos relatos alheios, e esta está em constante renovação. O tempo social é inteiramente exterior às durações vividas pela consciência. A operação que consiste em relacionar a memória individual às divisões da vida coletiva é artificial e exterior, além de posterior.

Halbwachs ressalta a importância do contexto histórico e social como influência determinante na vida das pessoas, não apenas fatos históricos determinantes, mas uma mentalidade, uma atmosfera psicológica e social. A memória se apoiaria sobre nossa história vivida e não apenas na história aprendida.

Nesse sentido, a memória social, coletiva, é o que garante o sentimento de grupo, de coletividade; a memória individual interage com a memória coletiva criando um sentimento de pertencimento, de unidade, de conforto. No entanto, na medida em que essa memória coletiva passa a ser racionalizada e, portanto, destruída, perde-se a referência tanto do indivíduo quanto da coletividade. Destruí-se esse sentimento de pertencimento, unidade, conforto.

A construção da memória surge, então, como algo fundamental, no sentido de se devolver ao indivíduo e à coletividade sentimentos necessários à vida.

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo o que lhe escapou poderá ser devolvido. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda a prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência¹⁹.

Le Goff²⁰ também trabalha com a idéia de memória coletiva, mas desenvolve uma visão diferente da de Halbwachs. Para Le Goff, o aparecimento da memória coletiva está muitas vezes relacionado aos conflitos e disputas sociais. Segundo ele, tanto os esquecimentos quanto as lembranças da história são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Le Goff destaca que o desenvolvimento da escrita possibilitou um duplo progresso: o primeiro é a celebração de um acontecimento memorável; o segundo, é o surgimento do documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita. Neste tipo de documento a escrita tem duas funções: a primeira é o armazenamento de informações que permite ao homem comunicar-se

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2004.

²⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990.

por meio do tempo; a segunda, é a possibilidade de poder reexaminar, reordenar o que foi escrito. Ele ressalta que essa mudança está muito mais ligada à organização de um novo poder (no caso, o poder monárquico) do que de um novo saber.

Le Goff destaca que, no período pós-revolucionário francês, ocorreu o retorno da memória dos mortos, com novos tipos de monumentos, inscrições funerárias e o rito da visita ao cemitério. Os calendários festivos passaram a ser usados ostensivamente para relembrar a Revolução, fato previsto na Constituição de 1791. O interessante é que esse calendário festivo, já na Revolução Francesa, não era uma manifestação espontânea da população, ao contrário, as datas eram criteriosamente escolhidas pelos líderes revolucionários para serem lembradas e celebradas.

De acordo com Hobsbawm²¹ a aquisição da legitimidade era um problema concreto dos dirigentes dos novos Estados, inclusive a França revolucionária e, um meio conveniente de resolver isso, era criar uma identificação com um povo ou nação. Nesse caso específico, a idéia de nacionalidade francesa estava vinculada à construção da cidadania. O que caracterizava uma pessoa como francesa não era, prioritariamente a língua ou a etnia, mas o fato de participar politicamente da nova nação ou, nas palavras do autor: “[...] o que caracterizava o povo-nação, visto de baixo, era precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio [...]”²².

²¹ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

²² HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780 ...*, 1990.

Na busca por essa legitimidade, os Estados usaram de forma intensa a maquinaria da comunicação, principalmente nas escolas primárias, com o objetivo de criar um sentimento de vínculo à nação, inventando tradições e difundindo a idéia de herança, vinculada aos símbolos 'nacionais' como a bandeira e o hino.

Benedict Anderson²³ argumenta que os museus e a imaginação museística são profundamente políticos. Citando o exemplo das colônias asiáticas, destaca que houve uma grande concentração de esforços arqueológicos na restauração de monumentos importantes como uma espécie de programa educativo conservador, que também serviu de pretexto para resistir à pressão dos grupos progressistas. Era a infinita reprodução cotidiana destes símbolos que revelava o autêntico poder do Estado.

Le Goff também ressalta a importância da comemoração para conservadores e nacionalistas para quem a memória é um objetivo e um instrumento poderoso de governo, o que deu início a um movimento científico que tinha como função fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança.

Devemos destacar que, nesse esforço de construção de uma memória a comemoração é um fator essencial. É na comemoração pública dos grandes momentos nacionais que se consegue atingir os corações da massa, não pela racionalidade da história, mas pela emoção da memória, o passado comum e grandioso da nação. A criação dessa indústria pedagógica inclui não apenas a

²³ ANDERSON, Benedict . *Comunidades Imaginadas Reflexiones sobre el origen y la difusión Del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

criação de lugares de memória, como arquivos e museus, mas também a celebração pública dos grandes eventos do passado, com grandes paradas populares e comemorações escolares.

Um decreto de 7 de setembro de 1790 criou os primeiros Arquivos Nacionais Franceses e um outro, de 25 de junho de 1794 ordenou a publicidade dos mesmos. Além da França, também criam seus depósitos centrais de arquivo os seguintes países: Itália no início do século XVIII; Rússia em 1720; a Polônia em 1765; a Inglaterra em 1838²⁴. Além disso, na primeira metade do século XVIII já foram criadas as primeiras instituições especializadas a fim de formarem especialistas do estudo desses fundos documentais. Seguindo a onda dos arquivos, foram criados também diversos museus no mesmo período.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. [...].²⁵

Le Goff se refere à história como a forma científica da memória coletiva. O que sobrevive do passado não é o conjunto de tudo o que existiu, mas sim uma escolha, uma seleção desse passado.

O documento é uma escolha do historiador. O termo documento está ligado à idéia de prova. Para a escola positivista o documento era o fundamento do fato histórico e apresenta uma objetividade oposta à intencionalidade do monumento.

²⁴ Ver mais em: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990.

²⁵ LE GOFF, Jacques. *História e Memória...*, 1990. P 476

É considerado documento qualquer escrito utilizado para consulta, estudo ou prova.

Já os monumentos são as heranças do passado; obras ou construções destinadas a transmitir à posteridade a memória de algum fato ou pessoa notável. É tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. Normalmente conhecemos por monumento uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura, ou mesmo um monumento funerário.

A segunda metade do século XIX marcou o triunfo do documento sobre o monumento, ou seja, transformou os monumentos em documentos, transformou os monumentos em fonte de informação objetiva, da qual se apropria a história.

A história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem. Ou seja, a história cientificista, positivista apenas memorizava porque os documentos falavam por si, ela só registrava e acumulava registros; memorizava os monumentos do passado, pois só os grandes feitos e grandes heróis do passado que eram dignos de registro; transforma os monumentos, que tem uma intencionalidade em documentos que seriam isentos, o registro fiel do passado e fazem falar esses rastros por si só, como um conhecimento isento, científico.²⁶

Segundo Hannah Arendt²⁷ a memória é impotente fora de um quadro de referência preestabelecido, e somente em raríssimas ocasiões a mente humana é capaz de reter algo inteiramente desconexo. Salaria ainda que todo acontecimento vivido precisa ter um 'acabamento' mental para que se possa, posteriormente, contar a história e transmitir o significado do acontecimento. Sem

²⁶ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2004. p 8.

²⁷ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.

esse acabamento pensado após o ato e sem a articulação da memória, não sobra história que possa ser contada.

História e memória se articulam e mantêm uma relação de dependência não só durante o processo de produção do conhecimento histórico, mas também como instrumento importante utilizado pelo Estado na construção da sua legitimidade e do “seu” povo.

No entanto, nosso interesse aqui é exatamente não ficarmos restritos às relações hierárquicas do poder estatal, mas observar as múltiplas relações de poder que envolvem a construção e o uso da memória.

Para tanto, analisaremos quais são essas relações de poder que permeiam a construção da memória, do discurso oficial, e como essas relações se desenvolvem a partir de uma perspectiva micro, ou seja, a partir da criação do Arquivo Público Mineiro, partindo dos discursos que envolveram a criação da instituição e a composição de seu acervo.

1.3. Memória e Poder

Como já dissemos anteriormente, todas as relações são relações de poder, inclusive aquelas que se relacionam à institucionalização da memória. A nossa hipótese é que a institucionalização da memória foi um poderoso instrumento de disciplinarização utilizado ostensivamente na era moderna, dentro das novas conjunturas políticas que estão se estabelecendo no período e das novas relações de poder.

Foucault²⁸ salienta a necessidade de renunciar à tradição que defende que o conhecimento só se desenvolve fora das relações de poder, que o "saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses"²⁹ – um conhecimento isento.

Temos antes que admitir que o poder produz saber; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.³⁰

Em *Vigiar e Punir*, Foucault fez uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar, uma genealogia do atual complexo científico-judiciário. Mais do que isso, ele fez uma análise da Modernidade e das novas relações de poder e controle social estabelecidas nesse período. O seu objetivo era analisar os métodos punitivos enquanto técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder. É um processo histórico de disciplinarização que tem como objetivo tornar o sujeito não só mais obediente, mas também mais útil.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma 'anatomia política', que é também igualmente uma 'mecânica do poder', está nascendo: ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos

²⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.

²⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004. p.29.

³⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004. p.30.

submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade), e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)³¹.

O objetivo de Foucault não era fazer a história das instituições disciplinares, mas sim localizar, por meio de uma série de exemplos, algumas das técnicas de disciplinarização essenciais que se generalizaram mais facilmente. Técnicas minuciosas e muitas vezes íntimas que definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova microfísica do poder. Ou, como diria Deleuze³²

Uma das idéias essenciais de Vigiar e Punir é que as sociedades modernas podem ser definidas como sociedades 'disciplinares', mas a disciplina não pode ser identificada com uma instituição nem com um aparelho, exatamente porque ela é um tipo de poder, uma tecnologia, que atravessa todas as espécies de aparelhos e de instituições para reuni-los, prolongá-los, fazê-los convergir, fazer com que se apliquem de um novo modo³³.

O poder não está ligado à idéia de posse, mas de exercício. E ele não se exerce apenas de cima para baixo, de uma classe dominante para uma dominada, mas por meio de posições estratégicas e dinâmicas que, invertendo a ordem estabelecida, pode ser exercida por aquela aparentemente dominada.

Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente, como uma obrigação ou uma proibição, aos que não tem; eles os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez no ponto em que eles os alcança³⁴.

O poder não se exerce apenas nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes. As relações de poder definem inúmeros pontos de lutas,

³¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004. P.119.

³² DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

³³ DELEUZE, Gilles. *Foucault...*, 1988. p. 35.

³⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004.

focos de instabilidade. A inscrição dessas relações de poder na História se dá pelos efeitos por eles induzidos em toda a rede em que se encontra.

O nosso objeto é pensar a memória enquanto um processo político institucional – naquilo que entendemos por processo de institucionalização da memória. Nesse sentido, trabalhamos com a idéia de uma memória construída artificialmente pelas instâncias oficiais do poder governamental, como um instrumento de dominação e disciplinarização.

[...] onde há memória há poder e onde há poder há exercício de memória. Memória e poder exigem-se. O exercício do poder constitui 'lugares de memória' que, por sua vez, são dotados de poder³⁵.

A primeira das grandes operações da disciplina foi a constituição de 'quadros vivos', ou diagramas, que transformavam as multidões confusas, inúteis e perigosas em multiplicidades organizadas. O poder, nas sociedades modernas, disciplinares, opera um enquadramento de todo o espaço geográfico. De acordo com Foucault³⁶ a constituição de 'quadros' foi um dos grandes problemas da tecnologia científica, política e econômica do século XVIII. Como exemplo, ele destaca a iniciativa de arrumar jardins de plantas e animais construindo, ao mesmo tempo, classificações racionais dos seres vivos; observar, controlar, regularizar a circulação das mercadorias e da moeda; inspecionar os homens, constatar sua presença e sua ausência, constituir um registro geral e permanente das forças armadas e, acrescentamos, o acúmulo, organização e instrumentalização dos objetos de memória e documentos e, posteriormente, a produção de um conhecimento histórico oficial e a disseminação desse saber nas escolas e momentos cívicos. A

³⁵ CHAGAS, Mário. *Memória e Poder*. contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus.

³⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004.

disciplinarização nos séculos XVIII e XIX é, ao mesmo tempo, uma técnica de poder e um processo de produção de saber.

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que tem como função maior adestrar.

Adestra as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina ‘fabrica’ indivíduos;³⁷.

Essa nova anatomia política deve ser entendida como uma multiplicidade de processos, de origens diferentes, de localizações esparsas, mas que se repetem e se apóiam uns sobre os outros. Como exemplo, Foucault cita os colégios, as escolas primárias, o exército e até as grandes oficinas.

Uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, sobem através da era clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e de dados. E desses esmiuçamentos, sem dúvida, nasceu o homem moderno.³⁸

Foucault define a disciplina como a distribuição dos indivíduos no espaço. Essa distribuição pode se dar por meio de um processo de encarceramento, como colégios e quartéis ou localizações funcionais como hospitais. Além disso, o mais importante é que a disciplina promove um processo de individualização dos corpos, distribuindo-os e os fazendo circular numa rede de relações.

Ao trabalhar com processos de disciplinarização específicos, como a prisão ou o hospício, Foucault restringe o grupo social que será atingido por esse método. Contudo, quando ele coloca a hipótese dos elementos intercambiáveis, precisamos

³⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004. P.143.

³⁸ Iden.

pensar em métodos de disciplinarização com uma amplitude maior, que atinja a sociedade como um todo, ou quase."Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma ordem"³⁹.

A nossa hipótese é que na era moderna a proliferação de instituições de memória, tanto de arquivos quanto museus, foi um método importante de disciplinarização do corpo social, um processo de construção de uma massa de cidadãos que se identificassem com os novos sistemas políticos e que apoiassem a formação dos novos Estados Nacionais. Foi, portanto, uma nova microfísica do poder, um novo método de controle que, assim como nos métodos punitivos, atingia agora mais a alma do que o corpo.

Nesse sentido, a legitimação dos Estados Nacionais fundamentava-se por meio de estratégias que se davam nas relações interpessoais e cotidianas. Embora o objetivo esteja numa esfera macro, as estratégias se davam numa esfera micro. A memória, como instrumento de disciplinarização, era formulada nas instituições oficiais, mas se infiltrava nas relações cotidianas por meio dos bancos escolares, das celebrações cívicas, dos discursos, da propaganda.

Além da disciplinarização da memória é importante ressaltar que essa vem acompanhada pela consolidação da história como um campo científico. A história e a memória foram instrumentos poderosos na construção de um sentimento de nacionalidade principalmente por terem sido utilizados de forma conjunta.

³⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004. p. 127.

Nessa época, a história deixou de ser a “estória” de eventos que afetaram a vida dos homens e tornou-se um processo feito pelos homens, racional, o único processo global cuja existência se deveu exclusivamente à raça humana.

A noção moderna de processo histórico rejeita os conceitos gregos e romanos que valorizavam a tradição e a autoridade dos antepassados conferindo à mera seqüência temporal uma importância e dignidade que ela jamais tivera.

Chagas⁴⁰ ressalta que o movimento de volta ao passado, sem nenhuma perspectiva de mudança, implica a comemoração da ordem estabelecida. Ora, o que percebemos no século XIX é exatamente o contrário, ocorreu um movimento de valorização do passado, mas um passado selecionado pelo presente, exatamente com o objetivo de se superar a ordem estabelecida e se construir um novo sistema político.

A subordinação do presente ao passado por meio da continuidade mantém o presente como está, inibe as mudanças, a criatividade, mantém as relações de poder pré-estabelecidas.

Além disso, o controle da memória não tinha por objetivo regulamentar ou atingir apenas grupos sociais específicos como no caso do hospício, que disciplinava apenas os loucos e os marginalizados, mas, pelo contrário, era um método de abranger os elementos intercambiáveis. Nem só o louco, nem apenas a criança ou o presidiário, mas o cidadão comum que, por meio das celebrações cívicas, ia sendo moldado, cercado, pelas novas relações de poder.

⁴⁰ CHAGAS, Mário. *Memória e Poder*. contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus.

Foucault⁴¹ argumenta que a sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia. Ela pode ser física, direta, sem ser violenta. Nesse sentido, ressalta a existência de um "saber" do corpo e um controle de suas forças, que ele chama de "tecnologia política do corpo". Essa tecnologia é difusa, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos. E, principalmente, é impossível encontrá-la centralizada em qualquer tipo de instituição ou aparelho de Estado. Trata-se, essa tecnologia, de uma

[...] microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças⁴².

O que mobilizou a criação dos Arquivos e Museus no século XIX não foi, nesse sentido, uma maior sensibilidade para os aspectos históricos, uma "evolução" humana que levou à elevação dos sentimentos de união nacional, mas sim a modificação nas formas do exercício do poder, uma tentativa de se criar artificialmente um sentimento de pertencimento, de naturalidade com os novos sistemas de poder.

Na mesma linha, Veyne⁴³ cita o exemplo do desaparecimento das lutas de gladiadores na Roma Antiga, como tendo sido motivado por uma modificação das práticas políticas, fato anteriormente atribuído à influência da doutrina cristã, que teria proporcionado um desenvolvimento de um sentimento de humanidade.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004. p. 26.

⁴² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004. p. 26.

⁴³ VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: *Como se escreve a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Assim como o fim do suplício foi muitas vezes justificado com uma maior humanização do sistema penal, o surgimento das instituições de memória, muitas vezes, é relacionado ao desenvolvimento de uma consciência de preservação dos feitos históricos e memoráveis. O corpo supliciado, é verdade, deixa de ser o alvo principal da repressão penal. As penas e confissões públicas vão sendo abolidas dos países europeus ao longo da segunda metade do século XVIII e a primeira metade do XIX. Essa mudança está relacionada com a tentativa de evitar o confronto entre o soberano e o condenado, confronto esse que poderia estimular a revolta da população, já que, a partir da perspectiva do povo, o suplício revelava a tirania, a sede de vingança e o cruel prazer de punir por parte do soberano.

O castigo, antes público, passou a ser velado e tornou-se motivo de vergonha para o carrasco e para o próprio sistema penal. Não há mais necessidade do vexame público, o simples fato de ser um condenado já é motivo de vergonha. O mesmo aconteceu com o dito passado "vergonhoso": não era necessário ficar constantemente rememorando o passado "indigno". O melhor era eliminá-lo e garantir na memória o passado glorioso que daria respaldo à nova nação.

Nesse sentido, ocorreu uma proliferação das instituições destinadas à guarda e organização de objetos e documentos e que, além disso, também tinham como função produzir conhecimento e torná-lo público.

Na justiça moderna a relação castigo-corpo assumiu uma nova dimensão: o corpo adquire uma posição de instrumento ou intermediário, ou seja, tanto o enclausuramento quanto os trabalhos forçados tinham como objetivo privar o indivíduo de sua liberdade, considerada um direito e um bem. As práticas modernas visavam não mais o castigo do corpo, mas o controle da alma, da liberdade, da

consciência. Essa mudança das práticas penais foi acompanhada de uma percepção de que o controle da consciência é muito mais eficaz do que o controle apenas do corpo. “Pois não é mais o corpo, é a alma. A expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”⁴⁴.

Quando a alma do criminoso é invocada no tribunal, de forma tão veemente e de aplicação científica, ela passa a ser julgada juntamente com o crime, e deve participar também da punição. O julgamento não é sobre o que o criminoso fez, mas sobre aquilo que eles são, serão ou poderão ser.

Além dos exemplos citados por Foucault, acreditamos que o controle da memória seria mais uma técnica de disciplinarização, um controle espacial e temporal do que deveria ser lembrado e celebrado e, por outro lado, daquilo que deveria ser esquecido. Voltamos à nossa pergunta inicial, porque a memória é um eficiente instrumento de disciplinarização?

1.4. A disciplinarização da memória

A disciplinarização da memória é capaz de criar um sentimento de identificação dos cidadãos com o sistema político vigente. No caso da França, por exemplo, logo após a Revolução, decidiu-se criar um Arquivo Nacional que teria por objetivo não só acumular e organizar os documentos referentes à administração pública, mas também tornar esses documentos públicos, para que os cidadãos franceses tivessem acesso à sua história.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004. p. 18.

Essa publicidade dos documentos criou uma sensação de que a política se realizava de forma clara, democrática, dando maior credibilidade ao novo governo. No entanto, antes de se tornarem públicos, esses documentos passam por uma rigorosa seleção feita por pessoas ‘especializadas’. Essa seleção dos documentos não teria criado, muitas vezes, uma falsa idéia de democracia?

Referindo-se aos museus, Chagas⁴⁵ destaca que estes tendem a se constituir em espaços pouco democráticos, pois aí prevalece o argumento da autoridade, onde o que importa é celebrar o poder ou o predomínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre outros grupos.

A construção de uma ‘memória coletiva’ por meio da sistematização da produção e recuperação das informações documentais e a proliferação da criação de ‘lugares de memória’, como os museus e os arquivos, com certeza fazem parte desse processo de disciplinarização do indivíduo.

Nesse caso, a memória se apresenta como um instrumento mais eficaz, pois atinge não apenas a grupos determinados, mas ao conjunto da população. É claro que não temos a pretensão nem a concepção de que um instrumento disciplinar alcançaria a totalidade da população de um país, mas acreditamos que ela tenha um alcance maior já que não se dirige a grupos específicos, como o louco ou o delinqüente.

Segundo Foucault, o que distingue as disciplinas de outros sistemas de poder é que elas tentam definir em relação às multiplicidades uma tática de poder que responde a três critérios: economicamente, tornar o exercício do poder o

⁴⁵ CHAGAS, Mário. *Memória e Poder*. contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus.

menos custoso possível; politicamente, garantir a discricção, sua relativa invisibilidade; e, por último, fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso, nem lacuna.

O controle da memória possibilita o cumprimento desses três critérios: a criação de arquivos e museus é um investimento econômico bastante razoável se pensarmos a dimensão que esse método de controle pode atingir; politicamente é extremamente discreto, já que aparece revestido de um discurso que, ao contrário, fala de transparência governamental, democracia e preservação da memória como um direito e um bem coletivo; e, por último, tem a possibilidade de se estender intensamente, pois atinge não apenas os corpos, mas também a alma. É uma técnica de disciplinarização intensa que molda o indivíduo desde criança nos bancos escolares, até a idade adulta.

Essa disciplinarização seria uma tentativa de destruição da memória natural, que seria substituída pela memória construída pelos aparelhos de Estado. Essa memória construída deveria ser pública, e fazer parte da memória popular até que o indivíduo não saiba mais fazer essa distinção entre a memória natural e a construída. A memória construída pelas instituições passa a ser a memória natural, naturalizada.

No século XIX, além da proliferação de arquivos viu-se o surgimento da Escola Positivista que, além de controlar essas instituições, adquire grande importância na historiografia, contribuindo ainda mais para esse processo de disciplinarização, por meio do controle do tempo histórico. Ocorreu a seriação disciplinar do tempo histórico, a história evolutiva, linear, e ao mesmo tempo,

subdividida, organizada, controlada. É o período da supremacia do documento e da história científica, criando uma idéia de verdade histórica e de desenvolvimento.

O conhecimento produzido pelas instituições arquivísticas adquire cada vez mais um *status* cientificista com o embasamento teórico oferecido pelos positivistas. Esse *status* cientificista é um importante fator de credibilidade e, portanto, de maior eficácia da história como um instrumento de disciplinarização.

Traça-se uma linha temporal, elegem-se os fatos que devem ser rememorados periodicamente, transforma-se isso em um ato de cidadania, tornando os documentos públicos, celebrando um novo sistema político ao mesmo tempo consolidado pela história e, ainda por cima, “democrático”.

Uma macro e uma microfísica do poder permitiram, não certamente a invenção da história, mas a integração de uma dimensão temporal, unitária, cumulativa no exercício dos controles e na prática das dominações. A historicidade 'evolutiva', assim como se constitui então - e tão profundamente que ainda hoje é para muitos uma evidência - está ligada a um modo de funcionamento do poder, da mesma forma que a 'história-rememoração' das crônicas, das genealogias, das proezas, dos reinos e dos atos esteve muito tempo ligada a uma outra modalidade de poder. Com as novas técnicas de sujeição, a dinâmica das evoluções contínuas tende a substituir a 'dinástica' dos acontecimentos solenes⁴⁶.

Não só a criação de arquivos e de técnicas de organização de acervos, mas a própria produção documental foi um instrumento importante no processo de disciplinarização. Foucault cita o exemplo dos hospitais que foram, durante o século XVIII, grandes laboratórios para os métodos escriturários e documentários. Na medida em que os hospitais passam a ser não mais o refúgio do religioso, mas o espaço do médico tem início uma grande produção documental, discursos médicos, relatórios, análises sobre doenças e pacientes. A constituição do novo saber é

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.136.

acompanhada por uma vasta produção documental; um saber não se constitui sem a produção do discurso.

Durante a Idade Média, a individualidade, a crônica do homem, o relato de sua vida, sua historiografia redigida no desenrolar de sua existência faziam parte dos rituais do poderio. Os procedimentos disciplinares, ressalta Foucault, reviraram essa relação, abaixando o limite da individualidade descritível e fazendo dessa descrição um meio de controle e um método de dominação. “Não mais monumento para uma memória futura, mas documento para uma utilização eventual”⁴⁷.

Foucault fala da produção da verdade por meio da construção de provas, mas não uma construção qualquer, uma construção científica, seguindo regras rigorosas. Assim como a arquivística, por meio da criação de um método científico, cria a idéia de verdade histórica. Para estabelecer a verdade certas regras deveriam ser obedecidas. Com relação ao sistema penal, Foucault descreve um confuso sistema de provas e penas, obedecendo a uma complicada hierarquização dos fatos e das punições ou, como diz o autor, uma aritmética penal meticulosa. Além de complicada, socialmente amparada em privilégios. Como exemplo, durante um julgamento um testemunho pode ser anulado se vier de um ‘vagabundo’, ou reforçado se se trata de uma pessoa de ‘consideração’.

Além do complicado sistema aritmético de provas, o campo penal obedece a regras que só os especialistas podem conhecer. Enfim, toda essa informação penal escrita e, além disso, secreta, era uma máquina de produzir a verdade, à qual o próprio acusado não tinha acesso.

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...* 2004. p.136.

O suplício se inseriu tão fortemente na prática judicial, porque é revelador da verdade e agente do poder. (...); permite que o crime seja reproduzido e voltado contra o corpo visível do criminoso; faz com que o crime, no mesmo horror, se manifeste e se anule⁴⁸.

No século XIX elevou-se o grito contra o suplício em nome da "humanidade". Descobre-se que há um homem por trás do criminoso, e esse homem se tornou o alvo da punição, que tinha como objetivo corrigi-lo e transformá-lo. O alvo da punição deixou de ser o corpo que seria castigado como sinal de força, mas o homem, a alma, que seria tratada, reeducada.

Ao contrário da idéia de humanização das relações de poder, essa mudança significa mais um esforço para ajustar os mecanismos de poder que enquadram a existência dos indivíduos, ou seja, uma adaptação dos instrumentos, uma outra política. Define-se então uma justiça mais desembaraçada e mais inteligente para uma vigilância penal mais atenta do corpo social.

São estabelecidas estratégias e técnicas de punição em que uma economia da continuidade e da permanência substituirá a da despesa e do excesso. O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade, no entanto, o criminoso é exposto a uma pena que não se vê o que pudesse limitar, pois oculta.

Essa economia calculada do poder de punir virá acompanhada de um deslocamento no ponto de aplicação desse poder: que não seja mais o corpo, mas o espírito, ou seja, um jogo de representações e de sinais que circulem discretamente, mas com necessidade e evidência no espírito de todos. A arte de punir deve repousar sobre toda uma tecnologia da representação.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004.

O crime não é natural, é a sociedade que define qual ato deve ser considerado um crime. No entanto, o castigo para o crime tem que ser visto como algo natural e decorrente da prática de alguma espécie de crime. O novo arsenal das penas deve ser ou parecer o mínimo arbitrário possível. Assim como se faz na seleção dos documentos pelas instituições responsáveis. Criou-se a idéia de que a memória é natural, que a sua seleção e a sua organização seguem critérios científicos e, portanto, isentos. Além disso, decorre dessa tarefa a produção de um conhecimento verdadeiro, inquestionável. “Que o castigo decorra do crime; que a lei pareça ser uma necessidade das coisas, e que o poder aja mascarando-se sob a força suave da natureza”⁴⁹.

No século XIX é que se concretizou a construção das prisões nas cidades e o seu uso como meio de punição. Não por acaso, é também no século XIX que ocorreu a proliferação de instituições arquivísticas e de museus.

Na *História da Loucura*, Foucault trabalha com o processo de disciplinarização das populações errantes que eram excluídas do convívio social e encarceradas. Era uma forma de controle dupla, pois mantinha sob vigilância os loucos e vagabundos, evitando, ao mesmo tempo, que estes estimulassem revoltas ou rebeliões no restante da população.

No exemplo da história da loucura, a exclusão é fundada por uma estrutura de poder político, religioso e médico. No entanto, esta é uma prática política universal. “Pensar a prática de excluir e penetrar na representação das idéias que

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir...*, 2004. p.88.

formularam o conceito de exclusão e, principalmente, na sua materialidade de séculos e séculos".⁵⁰

A loucura na época clássica tinha como função dar materialidade à exclusão, enquanto prática da sociedade civil da época. Não se buscava curar a loucura, mas tirar proveito e benefícios daquilo que pudesse ser utilizado. Assim como na Idade Clássica se excluía os "loucos", selecionava-se o que deveria ser guardado, lembrado, escrito e celebrado, e aquilo que deveria ser esquecido, ou simplesmente apagado da memória e da história.

Se, na Época Clássica, o sujeito miserável, faminto e pobre deveria ser considerado louco e colocado à margem da sociedade, o que deveria ser excluído dos arquivos da história no século XIX? Em quais critérios se baseavam aquelas pessoas responsáveis pela seleção da nossa memória?

Assim como, na *História da Loucura*, o Hospital Geral constituiu-se em um forte centro de poder, uma fortaleza de reclusão e disciplina, as Instituições de memória, na medida em que se tornam representantes legais do saber histórico e do que deve ser lembrado e, mais ainda, do que deve ser esquecido, também se tornam um centro de poder, uma fortaleza que exclui a 'loucura' da história e constrói uma memória disciplinar.

Se no Hospital Geral foi por meio do corpo que o poder em estado de força agiu sobre as mentes, nos Arquivos e Museus, é por meio da alma que o poder em estado de força age sobre os corpos.

⁵⁰ PEREIRA, Antônio. *A analítica do poder em Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.26.

A fundação de arquivos e museus no século XIX se apresentou como um acontecimento novo nas relações de poder, uma nova forma de controle da população por meio da institucionalização e da seleção da memória. Uma nova forma de exercício de poder que está sendo fundada nesse período, assim como, o acontecimento loucura é uma situação fundante do poder no mundo clássico.

Ao isolar o acontecimento da loucura, Foucault funda uma nova prática de trabalhar pela análise dos acontecimentos, tomando estes como práticas políticas que revelam uma infinidade de significações até então pouco vislumbradas pelos olhares de historiadores e filósofos. Essa forma de trabalhar tendo como ponto de partida o acontecimento, exige também a fundação de uma nova concepção de história na qual não há seqüência única e contínua, mas um processo marcado por rupturas, descontinuidades, começos e recomeços, anulando a idéia de um tempo linear, o fio condutor que dota a história de sentido.

Assim como na *História da Loucura* a dicotomia bem e mal se manteve viva e era praticada no dia-a-dia, por meio da corporificação no sujeito louco do estigma do mal e, no poder centrado na Igreja e na política, aparecia como o retrato do bem. No século XIX, a boa memória era identificada com as novas estruturas de poder que estão sendo fundadas, ao passo que as velhas estruturas de poder eram identificadas com os fatos históricos descartáveis da memória e dos arquivos.

É claro que esse processo de disciplinarização pelo controle da memória, como todo método disciplinar, não atinge a totalidade da população. O alvo da disciplinarização também tem seus mecanismos de resistência e negociação com as instâncias oficiais de poder.

Como bem salientou Michael Pollak⁵¹, a clivagem entre a memória oficial e dominante e as memórias subterrâneas não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Essa disputa é mais freqüente nas relações e confrontos entre os grupos minoritários e a sociedade englobante. Em outras palavras, com relação ao uso da memória e da história como instrumento de controle social, não podemos fazer uma distinção simplista entre dominantes e dominados, mas privilegiaremos aqui a disputa entre grupos sociais que, a todo o momento, negociam e resistem.

A memória, segundo Pollak, teria a função de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades, sejam elas partidos, sindicatos, igrejas, famílias, nações.

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis⁵².

Pollak defende que o silêncio diante de um determinado acontecimento ou período nem sempre significa que ele foi esquecido, mas que muitas vezes se tenta esquecer para se retomar uma vida 'normal'. É o caso, por exemplo, do estudo que Pollak desenvolve sobre os sobreviventes dos campos de concentração nazistas⁵³.

⁵¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

⁵² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento ... 1989.

⁵³ Para maiores detalhes ver POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

Nietzsche⁵⁴ argumenta que esquecer é uma força positiva, graças à qual o que é por nós experimentado, vivenciado, não penetra mais em nossa consciência. O esquecimento é a possibilidade do novo, da construção do presente.

Fechar temporariamente as portas e janelas da consciência; permanecer imperturbado pelo barulho e a luta do nosso submundo de órgãos serviais a cooperar e divergir; um pouco de sossego, um pouco de *tabula rasada* consciência, para que novamente haja lugar para o novo, sobretudo para as funções e os funcionários mais nobres, para o reger, prever, predeterminar – eis a utilidade do esquecimento, ativo, como disse, espécie de guardião da porta, de zelador da ordem psíquica, da paz, da etiqueta: com o que logo se vê que não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, presente, sem o esquecimento.⁵⁵

O homem que não seleciona, que não esquece, assim como o personagem de Borges, “Funes, o memorioso”, não consegue se libertar do passado para produzir o presente. Para Nietzsche a felicidade exige o esquecimento. Todo agir requer o esquecimento. “[...] é possível viver quase sem lembrança, sim, viver feliz assim, como o mostra o animal; mas é absolutamente impossível viver, em geral, sem esquecimento”⁵⁶.

Irineu Funes sofreu um terrível acidente que, além de deixá-lo paraplégico, aleijou-o de forma quase intolerável:

Ao cair, perdeu o conhecimento; quando o recobrou, o presente era quase intolerável de tão rico e tão nítido, e também as lembranças mais antigas e mais triviais. Pouco depois constatou que estava aleijado. O fato apenas o afetou. Discutiu (sentiu) que a imobilidade era um preço mínimo. Agora sua percepção e sua memória eram infalíveis.⁵⁷

⁵⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva* Da Utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Pp 9,10.

⁵⁵ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

⁵⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva...* 2003. Pp 9,10.

⁵⁷ BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: *Ficções*. Porto Alegre: Editora Globo.

A memória irrepreensível de Irineu Funes limitou a sua existência muito mais do que qualquer debilidade física poderia fazer: impediu-lhe de continuar construindo a vida no presente. Os seus dias passaram então a ser intermináveis reconstruções de acontecimentos passados, pois, ao recordar um dia inteiro, levava outro dia a recordar e reconstruir nos mínimos detalhes e sensações do referido dia.

Nesse sentido, quando Irineu perde a capacidade de recortar e selecionar o passado, permanece preso nesse último, e o seu presente passa a ser uma mera rememoração do passado. Funes perde a possibilidade do novo.

Podemos entender agora a importância de se “deletar” acontecimentos do passado para se construir uma nova estrutura de poder. As instituições oficiais de memória tinham, então, a função de selecionar o que deveria ser lembrado, seja para glorificar as novas estruturas de poder ou para ressaltar os perigos do “velho” mas, principalmente, para possibilitar a criação do novo, do presente.

Foucault ressalta que devemos romper com a idéia de que a repressão é apenas algo negativo. Ao contrário, ela é muitas vezes positiva, no sentido de produzir positivamente, saberes, relações, reações, verdades. A repressão ou exclusão de aspectos da história, nesse contexto, é vista como algo positivo, pois só assim é possível a construção do novo, do presente.

A disciplinarização do século XIX, apesar de enquadrar e domesticar o sujeito produziu idéias de verdade por meio da construção de uma história oficial, baseada em métodos ‘científicos’ de seleção e uso de documentos, verdade essa que, profundamente difundida nas escolas, contribuía para reforçar e legitimar as novas relações de poder.

Nos próximos capítulos faremos um estudo da criação do Arquivo Público Mineiro para tentar compreender por meio de atos e relações concretas, como se dá esse uso da memória como um mecanismo de poder, quais os instrumentos e as estratégias utilizadas, quais seleções são feitas, o que é preservado e o que deve ser esquecido.

Capítulo II - O Arquivo Público Mineiro como projeto político

Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não lingüística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas⁵⁸.

A nossa hipótese é que a criação do Arquivo Público Mineiro foi um projeto de poder, republicano, que buscava criar uma legitimação do novo governo por meio da criação de símbolos e heróis que corroborassem com o novo ideal. Além disso, acreditamos que o arquivo tenha representado, na época, uma grande importância, criando em torno de si microrelações de poder. Nesse sentido, nos perguntamos: o que representou a criação de uma instituição arquivística em Minas Gerais no começo do período republicano? Quem foram as pessoas que contribuíram para a formação do acervo da instituição? Quais os interesses que envolviam essas relações? De que tipo eram essas relações?

O surgimento de instituições responsáveis pela guarda dos documentos produzidos pela administração pública no Brasil ocorreu somente após a Proclamação da Independência. Colocava-se nesse momento a necessidade de se criar um imaginário de unidade a partir da homogeneização de mitos e símbolos que legitimassem a nova nação. O desenvolvimento de um discurso voltado para a preservação de bens históricos e para a organização de uma

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. – *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

política sistemática de recolhimento e guarda de documentos constitui um elemento fundamental do processo de formação dos Estados Nacionais e da construção da idéia de nacionalidade de um país.

É importante destacar a vinda da família real portuguesa para o Brasil e a sua emancipação política como fator fundamental para a criação de uma história nacional independente. Ainda no ano de 1808, D. João VI apoiou a fundação de instituições culturais, como a Imprensa Régia, a Livraria (futura Biblioteca Nacional), o Real Horto e o Museu Nacional, que tinha como objetivo estimular os estudos de botânica e zoologia. O papel de D. João VI foi fundamental, pois ele foi o primeiro responsável pela constituição do acervo com a doação de uma pequena coleção composta de peças de arte, gravuras, objetos de mineralogia, artefatos indígenas e produtos naturais. O objetivo dessas instituições era, sobretudo, comemorativo, acúmulo de curiosidades sem qualquer preocupação com relação à classificação e aprofundamento teórico.

Com o retorno de D. João VI para Portugal, D. Pedro prosseguiu com a política de apoio à fundação de novas instituições de saber. Um bom exemplo foi a criação das Escolas de Direito que possibilitaram a elaboração de um código único e desvinculado da tutela colonial, além da formação de uma elite intelectual mais autônoma.

Teve início, assim, a formação de uma “classe ilustrada nacional”, mas que ainda estava profundamente vinculada aos modelos metropolitanos.

No mesmo sentido, foram criados em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Público do Império – hoje Arquivo Nacional – ambos com o objetivo de guardar e conservar a documentação produzida pela

administração pública. Além disso, eram também responsáveis pela construção de uma história nacional, pela recriação de um passado e também pela solidificação dos mitos fundadores e da ordenação dos fatos históricos buscando criar uma certa homogeneidade dos acontecimentos e dos personagens até então dispersos⁵⁹.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim como os regionais, deram importante contribuição à emancipação política do país, pois se constituíram fortemente relacionados às oligarquias locais e, principalmente, a um monarca ilustrado e centralizador.

O IHGB⁶⁰ era formado, inicialmente, por vinte e sete sócios fundadores que reuniam a nata da política imperial, boa parte dela nascida em Portugal e fiel defensora da Casa de Bragança. Além disso, é importante salientar que 75% do orçamento da instituição era mantido pelo monarca.

Assim como o APM, o IHGB significava para alguns, não só um lugar de projeção intelectual, mas um espaço de projeção nacional, já que os critérios e condições de admissão eram bastante elásticos, ou seja, incluía tanto pessoas que comprovassem trabalho sobre história, geografia ou etnografia, mas também quem ofertasse doação de valores em dinheiro ou objetos. Reforçando a idéia de promoção pessoal, Schwarcz chama a atenção para a distribuição dos cargos.

Segundo ela

enquanto a posição de presidente honorário era cativa do imperador, a de presidente era ocupada por políticos renomados. Por sua vez, os sócios que adentravam o instituto por méritos

⁵⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras: 1993.

⁶⁰ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

acadêmicos ocupavam majoritariamente postos de secretários e oradores. Cabe notar ainda que, enquanto os presidentes cumpriam funções basicamente figurativas – abrindo seções ou lendo atas previamente elaboradas - aos secretários cabiam papéis bem mais trabalhosos⁶¹.

Durante o Império, a característica centralizadora do governo restringiu a ação política à então capital do império. Com o advento da República, o processo iniciado no Rio de Janeiro começa a se expandir para as províncias, integrando-as ao projeto de unificação do Estado e criando os suportes necessários para a construção da tão almejada “Nação Brasileira”.

De acordo com Carvalho⁶², o Império brasileiro realizou uma política centralizadora, cuja inspiração veio de Portugal e da França, ao contrário do que aconteceu no período colonial. A colônia portuguesa na América caracterizou-se por uma fraca presença do poder metropolitano e por uma tênue ligação entre as várias regiões que a compunham, pela própria incapacidade de Portugal em garantir uma maior centralização. No período colonial, o poder local estava nas mãos dos capitães e das câmaras que, por sua vez, também eram controladas pelos “homens bons”, isto é, proprietários rurais.

Para Carvalho, a herança colonial pode ser resumida em três aspectos: uma fraca presença metropolitana, incapaz de exercer administração centralizada, recorrendo, então, à descentralização política e administrativa; um poder privado forte mas oligárquico, centrado na grande propriedade da terra e na posse de

⁶¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz – O espetáculo das raças2000, pp 105.

⁶² CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

escravos; a colônia consistia num ajuntamento frouxo de capitanias, para as quais o poder do vice-rei era pouco mais que nominal.

Durante o primeiro reinado e o período regencial, a principal preocupação era a organização de um governo que mantivesse, ao mesmo tempo, a unidade territorial e a autonomia das províncias, já que a tradição colonial, como ressaltamos acima, era de ausência de uma tradição de governo central e de frouxos laços de união entre as antigas capitanias. Já a partir da segunda metade do século XIX, após a consolidação da unidade política, as principais discussões giravam em torno de questões relacionadas à formação da nação, como a ordem social e a unidade do país. Após 1860, liberais e conservadores envolveram-se em grandes discussões sobre o governo representativo. Os liberais defendiam que a autonomia das províncias devia ser a base do governo representativo, ou seja, descentralização dos assuntos provinciais e locais, maior autonomia dos presidentes de província, garantia dos orçamentos municipais.

Essas reivindicações aparecem abertamente no manifesto republicano de 1870, que reforçou a idéia de autonomia das províncias, inclusive como condição para a manutenção da unidade territorial.

Já para os conservadores, a descentralização não era uma questão a ser levada em consideração, “pois a liberdade não era um valor que superasse o valor da ordem e da unidade nacional. Para eles, a centralização era a única opção aceitável”⁶³.

⁶³ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados...* 1998. p. 175.

Para o visconde de Uruguai, um tradicional conservador, o Estado poderia se constituir num fator de garantia da liberdade contra o poder local.

O poder distante era menos despótico do que o poder próximo. Não só menos despótico: podia ser um elemento de civilização, de garantia de direitos graças a uma justiça independente dos potentados locais e graças ao arbitramento pacífico das lutas políticas locais.

[...]. Uruguai achava que o Estado podia exercer o papel de pedagogo da liberdade, de educador do povo para o auto-governo, de instrumento de civilização⁶⁴.

No início da República, essas discussões permaneceram, pois inexistia aqui um sentimento de nação e patriotismo, e sem esse sentimento, o modelo republicano se desintegraria. Nesse sentido, os intelectualizados da Primeira República buscaram exatamente a criação de uma identidade coletiva para o país, uma base para a construção da nação.

Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo. Porque foi geral o desencanto com a obra de 1889⁶⁵.

Um dos exemplos de tentativa de construção dessa identidade nacional veio com José de Alencar, de quem Xavier da Veiga era profundo admirador, em cujas obras buscava-se uma definição da identidade nacional pela ligação simbólica de uma jovem loura portuguesa e um chefe indígena.

A união das duas raças num ambiente de exuberância tropical, longe das marcas da civilização européia, indicava uma primeira tentativa de

⁶⁴ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados ...* 1998. p. 176-177.

⁶⁵ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados ...* 1998. p. 102.

esboçar o que seriam as bases de uma comunidade nacional com identidade própria⁶⁶.

Garantida a unidade territorial, o Império se deparou com um novo problema: a questão republicana. A base mais sólida de oposição ao regime monárquico foi o Partido Republicano Paulista, criado em 1873. Os republicanos de São Paulo insistiam na defesa do federalismo, enquanto os do Rio de Janeiro preferiam como alvo a democratização do governo, o fim do poder pessoal do imperador, do senado vitalício, do Conselho de Estado. Ambas as correntes se consideravam portadoras do progresso contra o atraso monárquico⁶⁷.

Diante da opção republicana, principalmente para as províncias de São Paulo, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, o federalismo era, segundo Carvalho, o aspecto mais importante que buscavam no novo regime.

Após a Proclamação da República, a organização do poder baseada no modelo federalista norte-americano, foi bastante conveniente aos proprietários rurais, pois ele lhes garantia autonomia política e uma maior proximidade no estabelecimento de micro-relações de poder, do tipo oligárquico. No entanto, o federalismo brasileiro garantido na Constituição de 1891, tinha sentido profundamente distinto daquele que teve nos Estado Unidos.

Segundo Hannah Arendt⁶⁸, nos EUA a revolução já estava presente na nova sociedade formada pelos colonos. No Brasil, como não houvera revolução

⁶⁶ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados...* 1998. p. 91.

⁶⁷ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados ...*, 1998. p. 108.

⁶⁸ ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: 1990.

social anterior, a organização do governo republicano federalista significou, nas palavras de Carvalho, a consagração da desigualdade.

A maior dificuldade brasileira em implantar um sistema republicano federalista que garantisse a liberdade era, exatamente, a inexistência do sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que já existia entre os colonos ingleses antes de 1776.

Foi diante da ausência de nação, que os intelectuais do início da república buscaram construir as bases de uma identidade coletiva para o país.

De acordo com Janotti⁶⁹, na passagem do Império para a República, os conservadores buscaram diversas formas de solução política e de organização da Nação. Uma solução encontrada foi a tentativa de superação das antigas rivalidades partidárias, em busca da garantia da unidade nacional sob o regime republicano. A necessidade de se aparentar uma união nacional encobriu, de certa forma, a inexistência de coesão entre os grupos que ascenderam ao poder.

Janotti destaca também que, logo após a Proclamação, foi imediata a enxurrada de adesões de liberais e conservadores à República.

Como os republicanos não tinham quadros suficientes para prescindir da influência dos políticos das extintas organizações partidárias, compuseram-se facilmente com os antigos chefes, mormente quando se lhes afigurou a necessidade de frear a influência militar e os movimentos populares jacobinos⁷⁰.

Carvalho salienta que até o imaginário social sofreu transformações no período que vai de 1870 a 1914, no qual foi aproveitada a data do 5.º centenário

⁶⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O diálogo convergente* políticos e historiadores no início da República. In.: SOUZA, Laura de Mello e. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

⁷⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O diálogo convergente*: ... 1998. p. 108.

da viagem de Colombo como oportunidade à tentativa de reforçar a identidade americana no país. A propaganda republicana buscava enfatizar o argumento de que a República fazia parte da nossa identidade e que, por outro lado, a monarquia era resquício da velha Europa na América. Os Estados Unidos eram o modelo que representava

[...] o espírito de iniciativa, o liberalismo econômico, o federalismo, o industrialismo, o pragmatismo, em oposição ao paternalismo, ao protecionismo, ao centralismo, ao ruralismo, ao bacharelismo, da sociedade monárquica⁷¹.

No entanto, é preciso ter cautela ao se falar em espírito modernizante no Brasil. Não podemos nos esquecer de uma forte resistência marcada pelo ambiente rural, que se constituía na grande maioria da população. Além disso, havia também a resistência urbana, já que, inclusive na “moderna” capital, a maior parte da população se regia por valores estranhos aos da elite modernizante. Até 1914, apesar dos avanços da modernidade, predominou no Brasil a tradição, o mundo agrário, aristocrático, pré-industrial, pré-burguês.

Foi nesse contexto que se inseriu a valorização da memória histórica e o surgimento de instituições regionais que viessem colaborar com o projeto nacional, como o Arquivo Público Mineiro

O Arquivo Público Mineiro foi criado pela Lei número 126 de 11 de julho de 1895, na então capital mineira Ouro Preto tendo como primeiro diretor o político e jornalista José Pedro Xavier da Veiga, que ceder a parte térrea de sua casa com o propósito de abrigar o Arquivo. A instituição foi criada com a função de receber e

⁷¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O diálogo convergente*. ... 1998. p. 110.

conservar os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e à geografia, ao movimento científico, literário e artístico do Estado, inclusive com o recolhimento de documentos pertencentes a outros Estados, que fizessem referência à história de Minas⁷².

As diretrizes utilizadas como referência para a constituição da Instituição e de seu acervo já eram práticas rotineiras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O Arquivo Público Mineiro, assim como o IHGB, destinou grande atenção ao acúmulo e publicação de fontes documentais⁷³. Ambas as instituições não se limitaram apenas ao recolhimento de documentos administrativos, mas buscavam documentos importantes para a escrita da história do Estado de Minas Gerais e do Brasil, respectivamente.

Xavier da Veiga vem de uma família de letrados. A começar pelo seu avô, português, que, vindo ainda moço para o Brasil, dedicou-se ao ofício de professor e livreiro. Seus tios dedicaram-se à publicação de jornais de significativa repercussão, como o jornal carioca *Aurora Fluminense*. Além disso, dedicaram-se também à carreira política.

Seu pai, Lourenço Xavier da Veiga, atuou também na imprensa, publicando na cidade de Campanha os periódicos *Nova Província* e *O Sul de Minas*, ambos dedicados à defesa da criação de uma nova província no sul de Minas. De acordo com o que veremos adiante, a família Veiga não tinha pretensões republicanas ou separatistas, ao contrário, a família é tradicionalmente conservadora, defendendo

⁷² Lei 126 de 11 de julho de 1895. Revista do Arquivo Público Mineiro, 1896.

⁷³ Segundo a Lei 126 de 11 de julho de 1895 que cria o APM era considerado fonte papéis ou objetos referentes ao direito público, legislação e administração; história, geografia e quaisquer manifestações do desenvolvimento científico, e também relativos à literatura e a arte em geral.

a centralização política pelo Estado Monárquico, com a reivindicação de que, apenas administrativamente, era preciso que houvesse um movimento de descentralização.

Xavier da Veiga nasceu na cidade de Campanha em 13 de abril de 1843. Alfabetizado pelo pai, permaneceu sem freqüentar a escola até os dez anos, devido a sérios problemas pulmonares. Durante a adolescência, trabalhou com o tio João Pedro em sua livraria no Rio de Janeiro, chegando a participar da fundação da Sociedade de Ensaio Literários, quando publicou seus primeiros ensaios. Por motivo de doença, em 1862 voltou a viver com a família em Campanha, colaborando no periódico familiar *O Sul de Minas*.

Em 1867 mudou-se para São Paulo com o objetivo de cursar direito, como era comum aos jovens da elite naquele período. Sem conseguir concluir o curso por problemas de saúde, estabeleceu importantes relações com futuros políticos mineiros, na sua estada na capital paulista: Silviano Brandão, Afonso Pena, Feliciano Pena e Crispim Jacques Bias Fortes.

Apesar da interrupção do curso de Direito, segundo CARNEIRO e NEVES⁷⁴, esse fato não implicou na exclusão de Xavier da Veiga da vida política, social e cultural de Minas Gerais.

Na década de 1870, estabeleceu cartório na cidade de Lavras e integrou-se ao Partido Conservador. Nesse período, participou da fundação da Sociedade Lavrense Propagadora da Instrução, que tinha como principal objetivo proporcionar a meninos órfãos e pobres a instrução primária.

⁷⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da – Efemérides Mineiras 1664-1897; introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. Pp. 19

Em 1873, foi eleito deputado à Assembléia Legislativa Provincial. Em 1878, deixa o ofício de escrivão e muda-se para Ouro Preto, passando a publicar o jornal *A Província de Minas*, intitulado “Órgão do Partido Conservador”. Foram essas atividades, tanto de jornalista quanto de político que garantiram a Xavier da Veiga uma projeção e inserção na elite mineira do final do século XIX. Segundo Veiga, essas atividades representariam para ele uma “alternativa às injustiças cruéis” e às “perseguições revoltantes” de que os conservadores eram vítimas naquele momento”⁷⁵.

Como importante membro do Partido Conservador, Xavier da Veiga se mostrou um grande defensor das causas dos grandes agricultores. No entanto, nas eleições de 27 de maio de 1889 foi eleito senador como candidato extrachapa, ou seja, independente de filiação partidária, por dissidência com o partido devido à sua oposição à lei de 13 de maio. Xavier da Veiga pregava o fim da escravidão, mas em uma perspectiva de longo prazo, sem prejuízos à classe proprietária do país.

A lei da Abolição foi em geral bem acolhida, mas para isso contribuiu, e muito, a crença de que se lhe seguiriam providências legislativas, tendo por objeto não só a reorganização real e eficaz do trabalho, como a reparação de enormes prejuízos sofridos pelos ex-proprietários de escravos, que os adquiriram em boa fé e na segurança da lei, pagando impostos por eles e, assim, mantendo com o Estado uma espécie de contrato bilateral, que não poderia ser roto caprichosa e violentamente, com sacrifício exclusivo deles.

Mas nada disso veio até hoje, e a tão falada imigração quase só tem servido para enriquecer alguns espertalhões audazes à custa dos cofres públicos, escandalosamente dilapidados em somas enormes!

⁷⁵Para maiores informações sobre a biografia de Xavier da Veiga ver: VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras*. Introdução 1998. Pp. 20.

Entretanto, diz o governo que a classe agrícola abra mão daquela propriedade, considerando-se sem valor! É escarnecer dela e, ao mesmo tempo, da opinião pública.⁷⁶

Uma outra posição heterodoxa defendida por Veiga dizia respeito à descentralização administrativa. Ele combateu o lema republicano “República pela federação”, defendendo o regime monarquista, mas com uma descentralização administrativa.

Tão necessária é a centralização política, quão detestável é a centralização administrativa. Esse conceito é de Luiz Blanc, um dos mais extremados publicistas da democracia e, portanto, insuspeitíssimo aos nossos federalistas.

Luiz Blanc, é evidente, quer para a república o que nós desejamos para a monarquia: um centro político forte, um regime administrativo calcado nos moldes da fecunda descentralização. (...). Adotado, pois francamente, o lema – república pela federação – só resta aos monarquistas sinceros respeitá-lo e combatê-lo sem tréguas⁷⁷.

Mas a descentralização não deveria, jamais, ser um caminho a ser traçado em direção à República, pelo contrário, seria uma maneira de garantir a sobrevivência do regime monárquico.

O que o adversário deseja não nos pode convir. Eis porque nossos votos são pela reorganização dos partidos constitucionais, com programas distintos mas ambos dentro da órbita traçada pelo pacto fundamental da Nação, amplo assaz para acolhê-los e vivificá-los no interesse da – Liberdade e da Ordem – que são o moto das respectivas bandeiras, a tradição honrosa do Império, e a aspiração esclarecida da Pátria⁷⁸.

⁷⁶ Jornal A Província de Minas. In: VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras*. Introdução. 1998. p. 22.

⁷⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. Jornal “A Província de Minas”, 25 de julho de 1888.

⁷⁸ VEIGA, José Pedro Xavier da. Jornal “A Província de Minas”, 25 de julho de 1888.

Xavier da Veiga, durante todo o período imperial, se mostrou um conservador convicto, defendendo os seus ideais tanto na tribuna da Câmara quanto na tribuna da imprensa, apesar de, em alguns momentos, sustentar uma posição dissidente com o Partido.

O núcleo do Partido Conservador surgiu com um antigo liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos, como reação à grande instabilidade política e o risco de desmembramento do Império no período regencial diante de tantas revoltas separatistas.

Nas palavras de Veiga, ao Partido Conservador coube a missão

difícilima mas gloriosa, que desempenhou intrépido e firme, de salvar a ordem pública perturbada e a integridade nacional rudemente ameaçada pela revolução praieira, que, se vingasse, teria iniciado naquela época, sobre as ruínas dos campos de batalha, o que hoje pretendem insidiosamente outros revolucionários, não pelo fuzil ou pelo sabre, mas pelos eufemismos de retórica fraudulenta.

(...)

Quarenta anos são passados e ainda hoje os altos interesses conservadores da sociedade carecem, mais do que nunca, de esforçados estadistas que o defendam, de patriotas sinceros que por eles se sacrifiquem!

Duas épocas distanciadas – características idênticas. Sejam também equivalentes o patriotismo e a benemerência dos palindros!⁷⁹

Os principais defensores do centralismo político estavam na burocracia central e entre os grandes cafeicultores e comerciantes da cidade e da província do Rio de Janeiro, além dos setores vinculados ao comércio externo nas outras províncias. Já na oposição à centralização do poder, estavam pessoas ligadas às

⁷⁹ VEIGA, José Pedro Xavier da. Jornal "A Província de Minas", 29 de setembro de 1888.

profissões liberais urbanas e à agricultura de produção para o mercado interno. Esses dois grupos correspondiam, respectivamente, aos partidos Conservador e Liberal.

A partir da década de 1860, liberais e conservadores envolveram-se em grandes discussões sobre o governo representativo. O ataque liberal dirigia-se, sobretudo, ao Poder Moderador, que garantia ao Imperador a livre indicação dos ministros, independente da maioria da Câmara, instaurando o que os liberais chamavam de poder pessoal. Além disso, combatiam a gravitação dos assuntos provinciais e locais em torno do Rio de Janeiro.

Essas reivindicações dos liberais apareceram abertamente no manifesto republicano de 1870 no qual defendiam que a unidade territorial só poderia ser garantida num cenário de descentralização, do contrário, a única saída seria o desmembramento.

A centralização, tal qual existe, representa o despotismo, dá força ao poder pessoal [...], constrange o cidadão, subordina o direito de todos ao arbítrio de um só poder, [...] mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias [...]. O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade [...] é aquele que adotamos no nosso programa [...]⁸⁰.

O Partido Liberal exerceu intensa campanha na imprensa defendendo o federalismo. Segundo eles, não era mais possível conter a força separatista, a não ser por meio da federação.

⁸⁰ Manifesto republicano publicado no jornal A República, na cidade do Rio de Janeiro, a 3 de dezembro de 1870. PESSOA, R. C. *A idéia republicana no Brasil através de documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

Para os liberais, a centralização era sinônimo de despotismo; já a descentralização era tida como sinônimo de liberdade.

Ao contrário, para os conservadores, a liberdade não era um valor primordial a ser levado em consideração, o imperativo era o valor da ordem e a garantia da unidade nacional.

Fiel à tradição conservadora, Xavier da Veiga destacou em seus discursos a necessidade de um centro político forte ao mesmo tempo em que defende a necessidade de uma descentralização administrativa. Na sua visão, esse centro político forte só poderia ter legitimidade num regime monárquico. A federalização administrativa não seria um caminho a ser trilhado rumo à República, ao contrário, era uma maneira de garantir a continuidade do sistema monárquico de governo.

Xavier da Veiga assumiu para si e convocou os sinceros monarquistas, na edição do “A Província” de 25 de julho de 1888, a tarefa de combater, sem tréguas, o lema “República pela federação”. Nesse momento, destacou a grande diferença entre liberais e conservadores: os primeiros seriam os defensores de um federalismo com tendências republicanas, já os segundos seriam leais ao governo monárquico que herdaram de seus antepassados.

Xavier da Veiga vota

[...] pela reorganização dos partidos constitucionais, com programas distintos mas ambos dentro da órbita traçada pelo pacto fundamental da nação, amplo assaz para acolhê-los e vivificá-los no interesse da – Liberdade e da Ordem – que são o moto das respectivas bandeiras, a tradição honrosa do Império, e a aspiração esclarecida da Pátria⁸¹.

⁸¹ VEIGA, José Pedro Xavier da. Jornal “A Província de Minas”, 25 de julho de 1888.

Para Xavier da Veiga⁸², a legitimidade da instituição monárquica advém, em primeiro lugar, da alta adesão da maioria da população; em segundo lugar porque ela concilia-se com os direitos e aspirações de um povo livre; em terceiro lugar porque se radica nas tradições históricas do país; em quarto, porque o nosso meio social não comportaria mudanças bruscas; e, por último, a dinastia imperante teria a seu favor o amor, o respeito e a confiança dos brasileiros.

Veiga destacou que na Câmara dos Deputados, representante imediata do povo, eleita ainda sob o regime monárquico, apenas um representante é declaradamente republicano, todos os demais – liberais e conservadores – são monarquistas confessos. Já o senado é monarquista na sua totalidade. E, em Minas Gerais, província de forte movimento republicano, o partido republicano teve representatividade na câmara de apenas quatro integrantes. E, para reforçar o argumento, Xavier da Veiga não poderia deixar de ressaltar o caráter generoso do sistema imperial que permitia que vozes opostas ao regime se exaltassem em campanhas republicanas.

É certo que, nos últimos meses sobretudo, tem-se levantado grande alarido em derredor de oradores – viajantes que por aí andam, inflamados de cóleras patrióticas, a vituperar a monarquia preconizando a república como panacéia para a cura instantânea de todos os males nacionais. Mas o que prova isso? Em primeiro lugar, que o “horrendo” regime imperial tem válvulas generosas [...] para os excessos de seus implacáveis difamadores (...)⁸³.

Comparando a nossa constituição com a Carta da Restauração Francesa, Veiga enfatizou o caráter democrático da primeira, parafraseando Luis XVIII,

⁸² VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Província de Minas”, 08 de agosto de 1888.

⁸³ VEIGA, José Pedro Xavier da. Jornal “A Província de Minas”, 08 de agosto de 1888.

dizendo que a nossa constituição contém em si o “germe de todas as liberdades públicas de todos os progressos e de todas as instituições civilizadoras a que possa aspirar um povo adiantado e livre”⁸⁴.

Na mesma edição, Xavier da Veiga reproduziu, na íntegra, o artigo 179, que trata de direitos civis e políticos, como o direito ao voto, a liberdade de pensamento e sua manifestação, liberdade de consciência e seu culto, o direito à igualdade, segurança, propriedade, ressaltando que a constituição brasileira em nada contraria os direitos e as mais profundas aspirações de um povo.

Seu artigo 179 – um monumento de sabedoria e patriotismo – de per si demonstra o nosso acerto, exagerando em cada um dos seus 35 parágrafos outros tantos direitos preciosos e garantias importantíssimas, para os cidadãos brasileiros e para a associação política – o Império do Brasil – a que eles pertencem⁸⁵.

Xavier da Veiga defende a idéia de que o atraso e os vícios da civilização brasileira – dando ênfase à questão educacional – seriam os maiores empecilhos para a mudança do regime político. Como garantir que um país que tem 80% da população analfabeta saiba agir com responsabilidade, diante da liberdade adquirida? Em suas palavras: “[...] a pretendida e radical mudança não é oportuna e nem o nosso meio atual a comporta”⁸⁶. Com um discurso paternalista e conservador, ele enfatiza que é necessário que o povo seja preparado para o uso da liberdade.

⁸⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Província de Minas”, 22 de agosto de 1888.

⁸⁵ VEIGA, José Pedro Xavier da. - Jornal “A Província de Minas”, 22 de agosto de 1888.

⁸⁶ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Província de Minas”, 19 de setembro de 1888.

Uma verdadeira democracia deve repousar sobre o sufrágio unânime dos cidadãos cientes e conscientes do alcance e responsabilidade do voto. Tenham os propagandistas da república um movimento de sinceridade e respondam-nos: estará apta para o legítimo exercício d'aquele direito a grande maioria dos brasileiros?...⁸⁷

A implantação do regime republicano no contexto histórico brasileiro do final do século XIX acarretaria, para Xavier da Veiga, em um drama de agitação e de sangue em três atos:

[...] a anarquia com todo o seu cortejo de horrores; o predomínio militar, ditando a lei brutalmente a golpes de sabre; e por fim, a entronização de um aventureiro, bastante audaz e bastante sagaz para (...) escravizar o povo e proscrever os incorruptíveis⁸⁸.

Veiga enfatizou a inadequação da sociedade e cultura brasileiras ao sistema republicano, segundo ele, o regime político deveria estar de acordo com os costumes e tradições do povo. E a tradição do povo brasileiro está vinculada à instituição monárquica desde a “descoberta” do país.

Estes conceitos irrefutáveis condenam virtualmente a propaganda republicana no Brasil, onde instintos, gênio, costumes e tradições do povo vinculam-se à instituição monárquica, desde a descoberta do país até hoje, sem interrupção de um momento, dando-se o fato histórico memorável da proclamação da Independência Nacional por um príncipe da mesma dinastia imperante na mãe-pátria, que foi naquele grande acontecimento o órgão generoso da aspiração do país e, em seqüência, o augusto fundador do Império.⁸⁹

⁸⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. - Jornal “A Província de Minas”, 19 de setembro de 1888.

⁸⁸ VEIGA, José Pedro Xavier da. - Jornal “A Província de Minas”, 19 de setembro de 1888.

⁸⁹ VEIGA, José Pedro Xavier da. - Jornal “A Província de Minas”, 11 de outubro de 1888.

Além disso, corroborando a tese de que o regime monárquico é o mais adequado ao país, Xavier da Veiga lembrou o evento da maioridade de D. Pedro II, aclamada pelo povo em nome da paz e da liberdade.

Não há negá-lo: - por infelicidade, ou felicidade nossa, como quiserem, o estado presente da educação popular no país não exige, nem comporta, outro regime governativo. Ao contrário – temos até leis e instituições superiores ao nível médio de nossa civilização. Esta é que é a verdade, patente e irrecusável.⁹⁰

Buscando na História respaldo para os seus argumentos, ele se utiliza do exemplo dos Persas para mostrar a importância de um poder político bem constituído.

Outrora entre os Persas, ao falecer um rei, era uso deixarem o país sem governo e entregue a si mesmo durante cinco dias, a fim de que, instruídos pelas desgraças e horrores da anarquia, os cidadãos se compenstrassem melhor da necessidade de um poder público bem constituído e acatassem mais espontaneamente o novo rei.

A julgar-se pelas *esperanças* de muitos órgãos republicanos brasileiros, ainda em vida do nosso magnânimo Imperador teremos de assistir horrorizados ao interregno da anarquia. Que ao menos seja ele, como na antiga Pérsia, apenas de cinco dias! Será tempo suficiente para desilusão dos crédulos e ensino da arte ignara de nossa população, ora desvairada pelas promessas atultas da propaganda demolidora⁹¹.

Além disso, busca também respaldo na própria história e costumes brasileiros para afirmar ser a monarquia o melhor sistema de governo.

⁹⁰ VEIGA, José Pedro Xavier da. - Jornal "A Província de Minas", 19 de setembro de 1888.

⁹¹ VEIGA, José Pedro Xavier da. - Jornal "A Província de Minas", 11 de outubro de 1888.

(...) dando-se o fato histórico memorável da proclamação da Independência nacional por um príncipe da mesma dinastia imperante da mãe-pátria, que foi naquele grande acontecimento órgão generoso da aspiração do país e, em seqüência, o augusto fundador do Império.

Firmado em princípios democráticos pela sua própria origem constitucional, o governo do Brasil foi, nos dez anos do período regencial, exercido em nome do atual Imperador por insignes varões eleitos e que gozaram da plenitude do poder. E a História nos diz que eles próprios, e com eles os estadistas mais distintos de todos os partidos, os patriotas, a nação enfim, fez a revolução da maioria, antecipando o governo do Sr. D. Pedro II, porque só a ação direta, o influxo pessoal do monarca, poderia, como pode, salvar o país de uma geral conflagração, de que foram sintomas assustadores as sucessivas revoltas em diversas províncias, as desordens e anarquia que desolavam e barbarizavam o Brasil⁹².

No jornal de 20 de julho de 1889⁹³, Xavier da Veiga proclamou um discurso mais temeroso com relação ao perigo republicano, percebendo uma infiltração cada vez maior de republicanos na burocracia estatal. Aproveita para convocar uma atuação mais enérgica do Império para conter essa onda.

(...) as adesões republicanas contam-se por dezenas cotidianamente, e, forçoso é reconhecer, por melhor que seja o êxito do governo na catequese – nem os quadros de nossa burocracia comportam correspondentes enxertos, nem a integridade moral do nascente partido, na grande maioria de seus adeptos, autoriza suspeitas vilipendiosas.

Em tais condições, e devendo ser o empenho máximo do governo salvar nossas instituições fundamentais, seriamente ameaçadas, cumpria-lhe agir, antes de tudo, no sentido de congregar todas as forças constitucionais para conjurar a crise, de dia a dia mais acentuada e temível. E ainda congregadas, aquelas forças não seriam demais: tantos são os elementos demolidores acumulados, tão impetuosos e rijos sopram já, por todos os lados, os ventos da tempestade.

⁹² VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Província de Minas”, 11 de outubro de 1888.

⁹³ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Província de Minas”, 20 de julho de 1889.

No dia 23 de julho de 1889, o jornalista conservador, diante da visita da família real, exalta em encarte especial, a figura do Imperador e sua família, e ressalta a grandiosidade da ameaça que sofria o país pelo movimento republicano:

O Brasil passa nesse momento um transe bem doloroso. Se a rotação dos estados tem seus dias e suas noites, nos chegamos já às sombras crepusculares de uma tarde medonha; os podromos da tormenta são sinistros, a clama pobre da opinião assusta os espíritos mais intrépidos⁹⁴.

Após atribuir adjetivos tão fortes e dramáticos ao movimento republicano, logo após a mudança política, Xavier da Veiga rapidamente amenizou o seu discurso.

No final do período monárquico houve, no entanto, um momento de trégua entre monarquistas e republicanos, que atuavam na oposição naquele momento. Uma convivência política marcada pela tolerância contribuiu para a nova composição de forças inaugurada com a ordem republicana.

Monarquistas como ele (Xavier da Veiga) foram atuantes tanto no processo de redefinição dos instrumentos jurídicos do Estado republicano quanto na ocupação de cargos públicos de direção. Assim foi que, além de ter sido eleito senador constituinte em 1891, integrou a comissão encarregada de emitir parecer sobre o anteprojeto da primeira constituição republicana do Estado, sendo ainda nomeado, em 1895, diretor do Arquivo Público Mineiro⁹⁵.

⁹⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Província de Minas”, 23 de julho de 1889. Grifo nosso.

⁹⁵ Carneiro, Edilane Maria de Almeida e Neves, Marta Eloísa Melgaço. Introdução. In: VEIGA, José Pedro Xavier da – Efemérides Mineiras 1664-1897;. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

Arnaut⁹⁶ afirma que, aos jovens republicanos, faltava experiência política e administrativa, daí o motivo dessa conciliação com antigos monarquistas.

Proclamada a República, foi suspensa, pelo novo regime, a publicação do “A Província de Minas”, que funcionava como um órgão do Partido Conservador. Xavier da Veiga passa, então, a editar um novo periódico, “A Ordem”.

Muito curiosa a denominação do seu novo jornal, pois possibilita uma dupla interpretação. Atribuindo esse novo nome ao periódico foi possível, a Xavier da Veiga, manter-se fiel à sua tradição iluminista, hegeliana, se entendermos “A Ordem” como “A Lei”. Segundo a tradição hegeliana, o Estado, a Moral e a Lei são a satisfação e a realidade positiva da Liberdade⁹⁷. Para Hegel, apenas a vontade que obedece à Lei é livre.

“Quando o Estado, nosso País, constitui uma comunidade de existência e quando a vontade subjetiva do homem se sujeita às leis, a contradição entre a liberdade e a necessidade desaparece”⁹⁸.

A idéia de Liberdade pressupõe Lei e Moral. Não é por acaso que, na sua fase republicana, Xavier da Veiga se dedicou à defesa da causa legalista, aconselhando aos líderes do novo regime a providenciarem logo a nova Constituição.

Por outro lado, o nome “A Ordem” seria também uma maneira inteligente, encontrada por ele, de se manter sintonizado com o discurso positivista, baseado

⁹⁶ ARNAUT, Luiz Duarte Haele – Reinado do Direito: Minas Gerais 1892 – 1911. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

⁹⁷ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História*; Uma Introdução Geral à Filosofia da História. São Paulo: Centauro, 2001. p. 88.

⁹⁸ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História*; ..., 2001. . Pp. 91.

na divisa “Ordem e Progresso”, apesar da sua oposição declarada a essa doutrina.

(...) parece, pois, que ficarão à margem os atos e palavras da propaganda republicana, em longos anos de luta no Brasil: - em vez de instituições democráticas, que repousam sobre a soberania do povo, aguarda-nos o domínio do positivismo, no vago e contraditório de sua teorias liberticidas!
O espírito doutrinal da política positiva, sabem todos, é a negação da soberania do povo e da autonomia individual às quais, na frase de um publicista, os positivistas substituem a “soberania de seu fim”, que reputam progressivo, e a de “seu dogma”, que pretendem seja científico. Profundamente anti-democrático, fere de frente a doutrina dos direitos do homem, opondo-lhe o que seus sectários chamam – progresso contínuo oriundo da ciência...⁹⁹

Na primeira edição do “A Ordem”¹⁰⁰, Xavier não questionou mais a implantação da República, e começou a discutir qual seria o seu melhor formato: unitária ou federativa. Ele clamou pelo Congresso Constituinte, que seria o único órgão com capacidade verdadeira de definir os rumos do novo governo e acalmar a população mas, ao mesmo tempo, declara não querer entrar na discussão, lançando apenas ‘notas de cronista’ sobre o assunto:

Se a Revolução trouxe, conquanto por ora de caráter provisório, um novo regime que não podemos festejar mas respeitamos, e cuja responsabilidade cabe inteira a seus autores, partilhemos com estes, como bons cidadãos, a glória de uma solução feliz, que restaure a legalidade, avivente as origens do direito, e assegure, em bases sólidas, o progresso e regeneração nacional”¹⁰¹.

⁹⁹ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Ordem”, 18 de dezembro de 1889.

¹⁰⁰ VEIGA, José Pedro Xavier – Jornal “A Ordem”, 30 de novembro de 1889.

¹⁰¹ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Ordem”, 14 de dezembro de 1889.

O editor do “A Ordem” ressaltou que o perigo para o governo republicano, nos momentos iniciais, não está na restauração da monarquia, hipótese completamente descartada por ele, mas na desordem causada pela indefinição do governo provisório. A única forma de acabar com a ‘anarquia mental’ que toma conta do período seria o governo substituir a lei da ditadura pela ditadura da lei.

[...] só temos louvores para a deliberação do governo provisório, na preferência que se lhe atribui quanto ao ponto principal da questão, isto é – a decretação constitucional abreviando quanto possível o período da ditadura, e reconhecendo-se nesse primeiro Congresso Legislativo a faculdade, que lhe indisputável, de rever e alterar a Constituição.¹⁰²

A República deve garantir a vontade popular de liberdade pela lei, ao invés de ser “o asilo estreito de uma seita, na penumbra dos preconceitos fatais”¹⁰³.

Usando de um discurso elogioso ao sentimento republicano, Xavier da Veiga se manifestou contrário ao banimento da família Real e ao confisco de seus bens: “[...] cumpre que ninguém se iluda: não causarão boa impressão, quer os decretos banindo a família de Bragança, quer os que lhe suprimiu as dotações”¹⁰⁴. Além disso, segundo ele, não seria necessário o banimento, pois a família real não tinha o menor interesse em promover a restauração, não oferecendo, assim, nenhum risco ao novo governo.

O discurso de Xavier da Veiga era voltado para a defesa da causa nacional e de tudo que diz respeito à grandeza da nação, à conservação da sua integridade e da paz e da segurança “de que sempre gozou” e, conseqüentemente, também ao novo regime. Veiga assumiu publicamente o compromisso, na edição de 12 de

¹⁰² VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Ordem”, 17 de maio de 1890.

¹⁰³ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Ordem”, 17 de maio de 1890.

¹⁰⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Ordem”, 24 de dezembro de 1889.

dezembro de 1889, de prevenir os membros do governo provisório sempre que algum ato deste não se inspirar no interesse nacional.

A nova forma de governo deve querer que ao redor de si seja criada uma grande atmosfera de simpatia: jamais se poderá impor pela força ou pelas medidas de violência, incompatíveis com os atos de paz, de liberdade e de fraternidade de que tem sempre gozado esse país¹⁰⁵.

Utilizando-se de um discurso próximo e fraterno, Xavier da Veiga exaltou a nobreza da responsabilidade moral do Governo Provisório, destacando a confiança inspirada por seus representantes:

[...] os seus membros inspiram tanta confiança, que sentimos vê-los desviarem-se um pouco da grande reta que a Proclamação de 15 de novembro lhes traçou¹⁰⁶.

Já em 6 de março de 1890, o jornalista que havia publicado um encarte especial em homenagem a D. Pedro II, não só mudou o tom completamente do seu discurso antes anti-republicano, como agora nem mais se incomoda com o caráter ditatorial do regime:

Se, como dizem os franceses, *a quelque chose malheur est bon*, a restrição da liberdade pelo regime vigente pode proporcionar ao país benefícios que não são certamente para se desprezar. Entre eles sobressaem, pela elevação de seus fins e magnitude de seus resultados, as providências oficiais no empenho de concentrar no trabalho útil e regenerador forças e atividades que, em quantidade enorme, se perdem e corrompem na ociosidade enervadora e em vícios deprimentes e funestos. (...) quaisquer que sejam as dificuldades da transição regeneradora – e elas são muitas e duradouras, ninguém se iluda – devemos bendizer o Destino que nos sobrecarregou de embaraços e de lutas para que possamos transmitir a nossos descendentes uma pátria vigorosa, saneada e mais cristã do que aquela que nos deixaram os nossos antepassados.¹⁰⁷

¹⁰⁵ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Ordem”, 24 de dezembro de 1889.

¹⁰⁶ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Ordem”, 24 de dezembro de 1889.

¹⁰⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Ordem”, 06 de março de 1890.

Procurando garantir o seu lugar na política republicana, Veiga apareceu em seu discurso coberto pelo manto do patriotismo, criticando os velhos partidos e as velhas rivalidades, que já haviam lhe garantido muitas colocações:

Estão mortos os velhos partidos. Sepultemos com eles antigas e perniciosas rivalidades, antigos e funestos ódios, antigas e apaixonadas recriminações.

Mas, graças a Deus – não estão mortos ainda todos os patriotas, não desapareceram ainda todos os espíritos criteriosos, não sucumbiram ainda todos os homens de bem. E é só na tríplice esfera do patriotismo, da inteligência e do caráter que o povo deve escolher os cidadãos a quem vai outorgar o mais belo e excelso dos mandatos: - o da reorganização nacional do grande Congresso da Pátria.¹⁰⁸

Em 14 de junho de 1890, o “A Ordem” publicou um convite que Veiga recebeu para fazer parte do Diretório Político de São João Nepomuceno, grupo declaradamente composto, segundo suas próprias palavras, por “republicanos acima de qualquer suspeita”.

Em 19 de junho de 1890, Veiga participou da fundação do Centro Político de Ouro Preto, do qual foi escolhido um dos diretores. O Centro foi fundado em concordância e sob orientação do Partido Republicano com vistas ao pleito eleitoral que se aproximava. Na reunião de fundação, estavam presentes

[...] antigos republicanos, antigos liberais e antigos conservadores – dentre os quais viam-se cidadãos dos mais qualificados da nossa sociedade e na estima pública – não se ouviu, entretanto, uma frase, uma palavra sequer, que não traduzisse o pensamento elevado, que a todos animava, de ser aquela esplêndida reunião, como foi felizmente, a base segura para o conagraçamento da família mineira, e assim justo motivo para todos os contentamentos e todas as esperanças.¹⁰⁹

Xavier da Veiga falou de conciliação sob a bandeira do patriotismo. Mudam-se os regimes, mudam-se os jornais, dissolvem-se os partidos, alteram-se os

¹⁰⁸ VEIGA, José Pedro Xavier da – Jornal “A Ordem”, 06 de março de 1890.

¹⁰⁹ VEIGA, José Pedro Xavier da – Jornal “A Ordem”, 19 de junho de 1890.

ideais, mas os jogos e disputas de poder continuam os mesmos. Xavier da Veiga não deixou de ter uma visão conservadora do processo político e da participação popular, mas adaptou o seu discurso ao novo contexto. E seu discurso era eficiente, Xavier da Veiga era um dos políticos mais proeminentes de Minas Gerais, também no período republicano.

Fato que comprova isso é a participação de Xavier da Veiga na reunião de conciliação realizada em Ouro Preto em junho de 1890, na qual confraternizaram-se ex-liberais e conservadores com os republicanos situacionistas sob a bandeira do Partido Republicano¹¹⁰.

Sérgio Buarque de Holanda¹¹¹ destacou, na tradição ibérica, uma herança cultural que valoriza, ao contrário dos demais países europeus, mais o mérito pessoal do que o mérito herdado.

A verdadeira, a autêntica nobreza já não precisa transcender ao indivíduo; há de depender das suas forças e capacidades, pois mais vale a eminência própria do que a herdada. A abundância dos bens da fortuna, os altos feitos e as altas virtudes, origem e manancial de todas as grandezas, suprem vantajosamente a prosápia de sangue. E o círculo de virtudes capitais para a gente ibérica relaciona-se de modo direto com o sentimento da própria dignidade de cada indivíduo¹¹².

No Brasil, imperou o tipo primitivo da família patriarcal, ou seja, a valorização de laços familiares excessivamente estreitos, a educação das crianças circunscrita à paisagem doméstica.

¹¹⁰ RESENDE, Maria Efigênci Lage de – Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM 1889 – 1906. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982.

¹¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹¹² HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil...*, 1995. p. 37.

Para os homens públicos, criados dentro de uma paisagem excessivamente doméstica, era extremamente difícil compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do público e do privado.

Como pudemos notar Xavier da Veiga foi criado de forma muito restrita ao âmbito familiar, fato agravado pelos problemas de saúde, variando de uma educação doméstica ao trabalho com o tio, seguindo em tudo – profissão e concepções políticas – o eixo familiar.

Ele levou para a sua vida de homem público muito de sua história privada, promovendo assim uma certa confusão entre as relações familiares e as públicas, privatizando as relações que deveriam ser exclusivamente públicas, e tornando públicas, as relações familiares.

Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático¹¹³.

Podemos reconhecer em Veiga o “homem cordial” de Sérgio Buarque. O diretor do APM fez uso de seu prestígio, construindo relações microscópicas, familiares, pessoais, nos meandros da política mineira, estabelecendo as mínimas disputas por espaço e poder, promovendo uma familiaridade com o Estado “burocrático”.

¹¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil...*, 1995. p. 146.

Apesar da sua tradição conservadora, Xavier da Veiga foi convidado a exercer um papel fundamental para a política do Estado: ser responsável pela construção e organização da memória histórica mineira. Mas Veiga não exerceu essa função sozinho, ele se utilizou do seu cargo e da proximidade que ele lhe proporcionava do governo, para estabelecer vínculos, estreitar laços, conceder favores, prestar homenagens, proporcionar agrados. O diretor do APM estabeleceu, em torno de si, uma rede de relações composta por cidadãos de destaque em todo o Estado, mantendo-se, assim, vivo politicamente. Além disso, ele, por meio de suas relações, foi o responsável pela constituição da maior parte do acervo do Arquivo Público Mineiro

Logo que assumiu a direção do Arquivo Público, Veiga estabeleceu uma lista de correspondentes¹¹⁴ que teriam como função contribuir, a partir da seleção e do envio de documentos históricos importantes sobre Minas Gerais, para a construção da história mineira, tarefa esta encomendada a ele pelo então governador de Minas, Chrispin Jacques Bias Fortes.

A lista de correspondentes é composta de 114 (cento e quatorze) integrantes, todos nomeados oficialmente pelo governador. Dessa lista, conseguimos encontrar informações como profissão, filiação partidária, formação, referências familiares, de apenas 53 (cinquenta) deles. Desses 53 nomes, 90% exerciam a carreira de políticos, tendo sido eleito pelo menos uma vez para o cargo de vereador ou deputado.

¹¹⁴ A lista completa dos correspondentes se encontra no anexo 1.

Partindo desses números, podemos perceber que o critério de escolha dos correspondentes não foi o conhecimento da causa arquivística ou uma relação profissional com o conhecimento histórico, mas sim as relações políticas.

Além de políticos, todos eles exerciam algum outro tipo de profissão paralelamente. Como podemos ver na tabela abaixo, 44% eram advogados de formação ou de carreira, ou os dois; 26% eram médicos; 22% eram professores das mais diversas áreas do conhecimento; também 22% exercendo atividades jornalísticas; 16% eram fazendeiros e apenas 4% exerciam algum tipo de atividade ligada ao conhecimento histórico.

TABELA: Profissão dos correspondentes do APM.

PROFISSAO	PORCENTAGEM
Político	90%
Advogado ¹¹⁵	44%
Médico	26%
Professor	22%
Jornalista	22%
Fazendeiro	16%
Engenheiro	6%
Industrial	6%
Historiador	4%

Fonte da tabela: Levantamento realizado a partir de pesquisa

sobre as profissões dos correspondentes do APM. Ver anexo 1.

Não podemos nos esquecer que, na grande maioria das vezes, esses correspondentes estavam ligados a mais de um tipo de profissão relacionada na tabela. Praticamente todos eles eram, ao mesmo tempo, políticos, advogados e jornalistas ou, político, médico e fazendeiro. É importante destacar que todos eles

¹¹⁵ Muitos desses advogados exerciam também a carreira de magistratura.

faziam parte da elite política e intelectual mineira, muitos eram filhos de políticos conhecidos. Tal é o caso do próprio Xavier da Veiga, como vimos anteriormente. De família rica e influente, Xavier da Veiga aprendeu desde criança a cultura da escrita, com as suas primeiras participações em periódicos de familiares¹¹⁶.

Além da variável profissão, também podemos analisar as relações partidárias desses correspondentes: 14% estavam tradicionalmente vinculados ao Partido Liberal; 8% estavam vinculados, no período imperial, ao Partido Conservador; e 60%, no período republicano, já se encontravam ligados ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Mas, o que é mais interessante de se observar é que, apenas 24% eram declaradamente republicanos deste os tempos do Império, o que nos leva a pensar que muitos dos políticos vinculados ao PRM poderiam ser, originariamente, ligados aos partidos Conservador ou Liberal, e não apenas ao Partido Republicano.

TABELA: Filiação partidária dos correspondentes do Arquivo Público Mineiro

VÍNCULO POLÍTICO	PORCENTAGEM
Partido Liberal	14%
Partido Conservador	8%
Partido Republicano Mineiro	60%
Declaradamente republicano desde os tempos do Império	24%

Fonte da tabela: Levantamento realizado a partir de pesquisa sobre as profissões dos correspondentes do APM. Ver anexo 1.

¹¹⁶ Apesar de parecer, a princípio, óbvio que esses políticos tenham uma proveniência social de elite, Schwarcz enfatiza que, no final do século XIX, essa elite ilustrada não pode ser entendida como totalmente oriunda ou até mesmo portadora exclusiva dos interesses da classe dominante. Além disso, essa elite ilustrada não pode ser exclusivamente explicada em termos de pertinência de classe. Segundo a autora, é necessário destacar que, a despeito da origem social, essa elite intelectualizada procurava legitimar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam e por meio delas.

Para maiores informações ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz – O espetáculo das raças ...2000, pp 26.

Além de constatar que, em grande parte, a maioria dos políticos mineiros de maior destaque se filiaram ao PRM como mecanismo de sobrevivência política, podemos perceber que Xavier da Veiga fez escolhas não apenas sábias, mas diversificadas. Quando ele escolheu como representantes personalidades das diversas vertentes políticas do Estado, ele conseguiu estabelecer novas microrelações e se manter inserido no novo contexto político.

Além da diversidade, Xavier da Veiga deu início à sua lista com políticos de altíssima representatividade, como o então presidente de Minas Gerais Chrispin Jacques Bias Fortes (1894 – 1898); o vice-presidente João Nepomuceno Kubitschek (1894 – 1898); o futuro presidente do Estado Francisco Silviano de Almeida Brandão (1898 – 1902); o também vice-presidente de Minas logo após a proclamação da República Fernando Leite Pereira, que também exerceu os cargos de Ministro das relações Exteriores (1891-92), Ministro do Interior, Ministro interino da Justiça, da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, braço direito do marechal Floriano Peixoto, Vice-presidente do Banco do Brasil, Senador federal por Minas Gerais, Presidente do Banco de Crédito Rural de MG; João Pinheiro da Silva, nomeado governador de Minas em 1890 e eleito presidente do estado em 1906 – 1910; o senador federal e também futuro presidente do Estado Júlio Bueno Brandão.

Seus correspondentes eram, então, homens de grande destaque no cenário político nacional e, principalmente, em Minas. Xavier da Veiga pôde estabelecer correspondências, relações, facilitadas pelo próprio princípio federativo. Aqui nos parece que o diretor do Arquivo Público Mineiro revela seu verdadeiro interesse no pacto federativo que ele defendia ainda sob regime monárquico. Na verdade, mais

do que a descentralização do poder, ele desejava a descentralização das intimidades do poder, desejava sentir-se mais próximo do Estado burocrático, desejava romper com a centralização das relações políticas.

De acordo com Schwarz, a colônia produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”. Xavier da Veiga pertence a essa terceira classe que, segundo o autor, “seu acesso à vida social depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande”.

[...] (O favor) esteve presente por toda a parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais ou menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. [...]. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionamento para o seu posto. O favor é a mediação quase universal – [...]”¹¹⁷.

Ocorre que o pacto federativo e a descentralização do poder, teorizadas por Montesquieu e colocadas em prática nos EUA, não tinham nenhuma relação com a busca pela intimidade e proximidade com o Estado. O que Montesquieu pensou e os americanos realizaram, segundo Hannah Arendt, foi uma separação de poderes para gerar mais democracia, maior presença popular nas esferas políticas.

O poder só pode ser contido, e, ainda assim, permanecer intacto, através do poder, de forma que o princípio de separação do poder não apenas proporciona uma garantia contra a monopolização do poder por uma parte do governo, como também oferece, na realidade, uma espécie de mecanismo, incrustado no próprio cerne do governo, através do qual novo poder é constantemente gerado, sem que, no entanto, venha a crescer demasiadamente e se expandir, em detrimento de outros centros ou fontes de poder ¹¹⁸.

¹¹⁷ SCHWARZ, Roberto – Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

¹¹⁸ ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: 1990. p. 121.

Podemos perceber que Veiga escolheu políticos altamente gabaritados, mas com pouca ou praticamente nenhuma dedicação à causa histórica. Durante a sua direção à frente do APM, não consta nenhum registro de doação de documentos por parte dos políticos citados acima, nem de correspondências que demonstrassem algum empenho nesse sentido.

Retomando as idéias de Sérgio Buarque, podemos claramente perceber a presença da herança patriarcal no estabelecimento das relações na política mineira, quando Xavier da Veiga transforma as relações de caráter público em relações próximas, quase familiares. Procura-se estabelecer vínculos de aspecto familiar como uma estratégia de poder, de combate, uma maneira de estar por dentro das relações políticas, de ser eleito e nomeado.

Fazendo um cruzamento de dados entre a lista de correspondentes e os nomes daqueles que realmente doaram documentos ao Arquivo, constatamos que não há uma correlação.

A doação de documentos e de cópias de documentos se baseou em duas vertentes: primeiro, nas relações entre instituições, sejam elas instituições públicas administrativas, sejam instituições de pesquisa ou arquivísticas; em segundo, muitas doações eram provenientes de particulares, indivíduos públicos ou não, que doavam documentos de família, publicações acumuladas durante a vida.

Xavier da Veiga recebeu documentos referentes à história de Minas de diversos órgãos como: Secretaria do Interior, Congresso Mineiro, Repartição de Terras, Delegacia Fiscal, Câmaras Municipais de Ouro Preto, Mariana e Paracatu. Ele também se empenhou em adquirir cópias na Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e também no Arquivo Ultra Marino, em Portugal.

Nesse caso, além de estabelecer relações pessoais de poder com os correspondentes oficiais do Arquivo Público Mineiro, Xavier da Veiga procura também estreitar laços com diretores de instituições de saber e órgãos da administração pública.

Ilustre Cidadão:

O Dr. João Pedro da Veiga Filho, ilustre [] da Academia de Direito desta Capital, acaba de comunicar-me a criação de uma repartição do Arquivo Público, no Estado de Minas Gerais, e com sede em Ouro Preto, da qual fostes nomeado diretor.

Propondo-me a travar relações cordiais com todas as repartições deste gênero, criadas nos diversos estados da União, tomo a liberdade de dirigir-vos esta dando-vos os meus cumprimentos pela acertada escolha, que de vós fez o governo de Minas para dirigir essa repartição, que tantos serviços pode prestar ao Estado e a história pátria.

Para incitar a troca de correspondências e publicações, envio-vos o meu relatório de 1893 e uma coleção dos volumes (...) do Arquivo do Estado de S. Paulo, modesta revista de documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo, iniciada por mim há pouco mais de um ano.

(...)¹¹⁹.

O diretor do Arquivo estabelece uma relação de troca na qual ele envia publicações da revista do Arquivo Público e recebe em troca publicações e documentos desses órgãos e instituições.

Certamente já estareis de posse do primeiro fascículo da Revista do Arquivo que, em dias do mês passado, tive a honra de endereçar-vos juntamente com um outro para a Biblioteca Nacional em boa hora sob a vossa competente direção. Instituição nascente, o Arquivo Público Mineiro, não pode deixar de contar com o auxílio dos bons patriotas, principalmente daqueles que se entregam ao mesmo gênero de preocupação, tornando-se portanto natural a permuta de serviços que devem fazer o desenvolvimento, a prosperidade comuns. No intuito de

¹¹⁹ Correspondência recebida de Antônio de Toledo Piza, 28 de agosto de 1895. Fundo Arquivo do Arquivo, caixa 2, documento 9.

enriquecer a Biblioteca Mineira, venho pedir-vos uma coleção completa dos [anais] da Biblioteca Nacional e bem assim de quaisquer outras publicações por ela feitos¹²⁰.

Essa troca é importante não só para a composição do acervo das respectivas instituições, como também para a propagação do nome da instituição e de seu diretor em outras cidades e ou estados.

Mais do que uma simples troca de papéis, Xavier da Veiga institui uma troca de relações e contatos.

Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transforma prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma¹²¹.

O historiador Diogo de Vasconcelos, que não foi nomeado correspondente legal do Arquivo Público Mineiro, foi um importante contribuinte para a formação do acervo do APM, enviando inclusive obras raras sobre o período colonial e a organização do Reino.

(...)

Muito apreciei a Revista e já dela me aproveitei, corrigindo uns erros em que me achava.

Não tenho muito que dar ao Arquivo, os papéis que tenho são quase todos de família; e [] no melhor em Mariana, onde eu irei remexer a ver se esmerilho coisa de valor. Para que vossa Excia. porém não me averbe de ingratidão a sua benevolência envio-lhe [] dois volumes velhos, que suponho, ou são únicos, ou são raríssimos em Ouro Preto. Um é o espelho da época de Portugal, onde podemos colher o que era então o mundo. Outro contém esparsas as informações que habilitam reconstituir-se a idéia da organização do Reino. Por essas relações históricas não me parecem indignas de um lugar no Arquivo.

¹²⁰ Correspondência expedida ao Sr. Jose Alexandre Ferreira. Fundo Arquivo do Arquivo, caixa 2, documento 14.

¹²¹ SCHWARZ, Roberto – Ao vencedor as batatas ... 1981. p 18/19.

Sobre o Áureo Trono, como [] os mais volumes, que terei de enviar a VExcia. a [] no Arquivo depende de VExcia. mas com uma condição, esta irredutível, e absoluta é que todos sejam oferecidos em seu próprio nome, como deles sendo o dono. Este meio é exigido. É verá que assim, sem prejudicar o destino, que a VExcia. agrada, e faz honra em servir, sirvo eu ao que mais tenho em vista: significar a VExcia o apreço, bem que humildemente reconheça não ser de grande utilidade, à sua pessoa¹²².

É interessante observar que a doação de Diogo de Vasconcelos tem por motivação relações pessoais. Ele está doando para e pelo Xavier da Veiga, a instituição entá em segundo plano. O objetivo, mais do que contribuir com a instituição, era mostrar o seu apreço à pessoa do seu diretor. Podemos perceber aqui o tipo de relação que Veiga estabelece com os correspondentes e também com os contribuintes voluntários. Podemos chamar, em se tratando do nosso homem cordial, de relações cordiais.

O Inspetor da 3.^a Circunscrição Escolar do Estado de Minas Gerais, que também não foi nomeado correspondente do APM, enviou para a Biblioteca Mineira – ligada ao Arquivo – um exemplar encadernado contendo toda a coleção da *Pátria Mineira*, folha de propaganda republicana do qual foi redator.

Para a Biblioteca Mineira, em anexo ao Arquivo, remeterei brevemente um exemplar encadernado, contendo toda a coleção do “A Pátria Mineira”, folha de propaganda republicana, da qual fui o redator efetivo, durante os cinco anos de sua existência. Enviarei igualmente outros trabalhos literários logo que estiverem reduzidos à devida forma¹²³.

¹²² Correspondência recebida do Sr. Diogo de Vasconcelos, em 25 de maio de 1896. Fundo Arquivo do Arquivo, caixa 2, documento 10.

¹²³ Correspondência recebida do Sr. Sebastião Rodrigues Sette Câmara, em 23 de maio de 1896. Fundo Arquivo do Arquivo, caixa 2, documento 11. Grifo nosso.

Outro caso é o de Paulino Augusto dos Santos que, mesmo não sendo correspondente oficial, envia para o APM diversos manuscritos sobre a Revolução de 7 de abril, além dos exemplares do jornal *Igualdade*, do qual é redator na cidade de Pouso Alto.

"Ilmo. Sr. Comor. Jose Pedro Xavier da Veiga

Tomo a liberdade de enviar ao Arquivo Publico Mineiro, do qual é VEcia. o digno diretor, dois manuscritos de algum valor para a história do nosso Estado. Por saber que Vcia esta colecionando documentos e subsídios para que o Arquivo a seu cargo torne-se de importância a que tem feito pelos esforços postos em prática por por Vcia., é o motivo da remessa que faço desses manuscritos por julgá-los, embora incompetente, de algum merecimento não só pela época como também por serem produzidos em tempos agitados, como o da Revolução de 7 de abril.

Também remeto ao Arquivo o "Igualdade" jornal que se publica nesta cidade sob a minha redação.

(...)¹²⁴.

Houve outros casos semelhantes a esse, como o de Raymundo Nonato que enviou para o Arquivo a ata da Junta Municipal Provisória de Três Corações do Rio Verde, em 8 de março de 1899. Na mesma situação, Affonso Celso envia para o APM um manuscrito de sua autoria sobre "um fato autêntico que evidencia a nobreza de sentimento de seus patrícios".

O caso que mais chama à atenção é o de Luiz Antônio Pinto que, apesar de também não ter sido nomeado correspondente do APM é, sem sombra de dúvida, o seu contribuinte mais freqüente. Luiz Antônio dedicou toda a sua vida a pesquisar e estudar nos velhos arquivos da cidade, tendo acumulado milhares de

¹²⁴ Correspondência recebida do Sr. Paulino Augusto dos Santos, em 5 de junho de 1896. Fundo Arquivo do Arquivo, caixa 2, documento 12.

notas. Ele não tinha como intenção apenas enviar documentos, mas, cuidadosamente, se dedicava à organização de suas notas, encadernação de volumes, limpeza, além de uma incansável pesquisa:

Procurando por todos os cantos dos velhos arquivos – livros e papéis ainda mais velhos – tenho de tal forma enchido os meus aposentos, que muitas pessoas já me julgam doido; e não deixam de ter certa razão por ser demais a carga para tão fracos ombros¹²⁵.

Com essa pesquisa intensa, Luiz Antônio chegou a enviar um grande volume de documentos, jornais, coleção de folhinhas, etc, dedicando muito mais do que qualquer correspondente oficial jamais procurou fazer.

Luiz Antônio não era político, nem pessoa de destaque na sociedade mineira, não tendo sido, portanto, lembrado ou merecido a nomeação de correspondente. No entanto, para alguém que se dedicava ao estudo da história e à coleção de documentos antigos, ter seu nome e seus estudos em uma instituição como o APM significaria a imortalidade.

“Ilmo. e Exmo Sr.

Perto de trinta anos tenho já empregado no estudo dos velhos e preciosos arquivos desta cidade, e vejo agora que perdi todo o meu tempo, pois faltam-me as necessárias habilidades para escrever – sob qualquer forma – o que aprendi e aproveitar as milhares de notas colhidas. Talvez mais de três resmas de papel estejam escritas, mas ninguém, senão eu as entenderá.

Velho já e bem velho, presumo que pouco tempo poderá me restar de vida, pois os achaques próprios da idade, ultimamente, tem se multiplicado de uma maneira assustadora, ao ponto de já me sentir sem forças para continuar na luta.

Conquanto eu nunca desejasse sair de minha humilde [observidade], com tanto – para que não se perca tanto trabalho – vejo-me forçado a vir solicitar de V. Exa. O obsequio de consentir para esse arquivo, tão sabiamente dirigido por V. Exa., eu remeta

¹²⁵ Correspondência recebida de Luiz Antônio Pinto, cidade do Serro, 9 de maio de 1897. Fundo Arquivo do Arquivo, caixa 3, documento 5.

tanto quanto puder ir pondo em ordem de ser entendido por quem algum dia se proponha escrever alguma coisa séria e verdadeira a respeito do norte do nosso Estado; assim como alguns livros e jornais antigos, e outras [coisas] curiosas.

Vou começar remetendo a V.Exa pelo correio de hoje, uma coleção de folhinhas de algibeira, quase toda encadernada, (...). São preciosas por causa da crônica que trazem.

Pelo correio seguinte remeterrei alguns números de jornais antigos e curiosos.

Antes de começar a remessa das notas que pretendo por em ordem, farei a de algumas coleções de jornais que, presumo, serão bem aceitas por Vexa., e assim desbastarei o meu arquivo, e porei o que ficar em melhor ordem para o trabalho.

Joubert dizia: quando apanho conchas e dentro d'elas encontro pérolas, extraio as pérolas e deito fora as conchas", assim deve Vexa. proceder em relação ao que for por mim remetido, certo de que darei por bem feita a seleção sábia e judiciosa de VExa¹²⁶.

Ribeiro Junqueira, da cidade de Leopoldina, foi um dos poucos correspondentes – para não dizer o único – de que temos registro, que chegou a enviar algum papel ao APM: enviou uma coleção da *Gazeta Leopoldina*, jornal editado por ele mesmo.

"Ilmo Sr. Xavier da Veiga

(...)

Junto remeto-vos uma coleção da "Gazeta de Leopoldina" correspondente ao ano de 1825 para que figure no mais recôndito canto do Arquivo Publico.

Não pretendemos eu e o meu colega da redação nada mais do que o desejo que temos de que ela possa com a narração fiel dos fatos ocorridos naquele município prestar futuramente serviços para a narração de sua história.

Em Leopoldina continuarei a [envidar] todos os esforços para que a benfazeja instituição a que tão dignamente presides possa prestar ao nosso Estado e a todo o Brasil os serviços que dela esperamos¹²⁷.

¹²⁶ Correspondência recebida de Luiz Antônio Pinto, 22 de setembro de 1896. Fundo Arquivo do Arquivo, caixa 2, documento 21.

¹²⁷ Correspondência recebida de Ribeiro Junqueira. Fundo Arquivo do Arquivo, caixa 3, documento 12.

Com base nos casos relatados acima, podemos constatar que as relações que envolveram o diretor da instituição e os seus correspondentes, foram relações políticas, relações de poder. Além disso, essas relações políticas são de mão dupla, ou seja, os interesses não circulam apenas em torno de Veiga, mas também em torno de quem envia os documentos. Para essas pessoas enviar documentos e publicações para o Arquivo Público Mineiro seria uma maneira de conceder favores a um dos políticos mais significativos do Estado.

Quando nosso homem cordial incluiu na lista dos correspondentes nomeados o próprio governador do Estado, o vice-governador, senadores, ministros e pessoas de alta importância no meio político da época, a última coisa que ele esperava era receber deles uma dedicação em buscar documentos antigos e remetê-los à instituição, mas sim uma forma de se afirmar politicamente.

Os documentos que foram para o APM, em sua grande maioria, vieram de instituições semelhantes ou de órgãos do governo, cumprindo uma atividade rotineira, ou originaram de pessoas que tiveram como projeto pessoal contribuir para a construção da história de Minas, preservar anos de trabalho e dedicação, conseguir algum reconhecimento tendo manuscritos ou publicações periódicas na instituição.

Além disso, estava previsto em decreto que o diretor do Arquivo poderia dar pronta publicidade por meio da folha oficial do Estado das contribuições feitas pelos correspondentes ou de qualquer pessoa que contribuísse para o aumento da coleção da instituição. Mais ainda, a todos aqueles que se distinguiram em tais serviços seriam conferidos diplomas de “Beneméritos do Arquivo Público Mineiro”.

Graças a essas doações, que foram responsáveis pela constituição da maior parte do acervo do Arquivo Público Mineiro, a instituição se tornou, hoje, a maior referência no Estado em termos de pesquisa histórica.

Em uma pesquisa realizada em 1994, 36,3% das citações da totalidade dos trabalhos realizados sobre história de Minas Gerais foram pesquisados no Arquivo Público. Segundo a pesquisadora¹²⁸, o acervo do Arquivo é considerado, sem sombra de dúvidas, um dos mais ricos do país, principalmente com relação à seção colonial. O seu acervo é composto de documentação de origem pública, relativo aos poderes executivo e legislativo, abrangendo os períodos colonial, imperial e parte do republicano. O APM é também composto de acervos privados e grande número de registros, como coleções de leis, além da biblioteca de obras raras.

“Esta vasta coleção documental tem se constituído no acervo institucional mais importante para a pesquisa histórica em Minas, como os resultados do presente estudo constatarem seguramente”¹²⁹.

No mais, os correspondentes, em nenhum registro preservado, demonstraram alguma preocupação em contribuir com a instituição. As relações estabelecidas entre Xavier da Veiga e seus correspondentes eram relações de poder, mais precisamente, disputas políticas, meio de estabelecer relações, de prestigiar possíveis aliados em futuras eleições, estabelecer alianças, estreitar laços.

¹²⁸ GOMES, Maria do Carmo Alvarenga Andrade – A produção do conhecimento histórico e o documento: estudo da relação entre a historiografia mineira e as fontes. 1979/1990. Belo Horizonte, 1994. Dissertação (mestrado) – Escola de Biblioteconomia, UFMG. p 116.

¹²⁹ GOMES, Maria do Carmo Alvarenga Andrade – A produção do conhecimento histórico ... 1994. Dissertação (mestrado) – Escola de Biblioteconomia, UFMG. p 116.

Diante desse quadro, podemos nos fazer a pergunta de Nietzsche¹³⁰: “a que moral ele quer chegar?” De acordo com Nietzsche o que mobiliza para a produção de conhecimento, seja ele filosófico ou não, não é um “impulso ao conhecimento”, mas sim que um outro impulso tenha se utilizado do conhecimento como um simples instrumento.

[...] os verdadeiros interesses do homem douto se acham normalmente em outra parte, talvez na família, na obtenção de dinheiro ou na política; quase não faz diferença se a sua pequenina máquina é empregada nesta ou naquela área da ciência, ou que o jovem e ‘esperançoso’ trabalhador se transforma num bom filólogo, químico ou especialista em cogumelos: - ele não é caracterizado pelo fato de se tornar isso ou aquilo¹³¹.

O que caracterizou o trabalho de Xavier da Veiga e seus correspondentes foi a sua capacidade de sobrevivência política e a sua refinada percepção sobre os meandros da política. Xavier da Veiga conseguiu utilizar o contexto histórico, extremamente útil naquele período de indefinição política, para se manter no poder, se manter elegível, de reforçar os seus laços políticos.

“Uma criatura quer antes de tudo dar vazão à sua força – a própria vida é vontade de poder”¹³².

Nietzsche fala de observadores ingênuos de si mesmos que acreditam existir ‘certezas imediatas’, como se o conhecimento tivesse a capacidade de apreender seu objeto puro e nu. “O mundo visto de dentro, o mundo definido e

¹³⁰ NIETZSCHE, Friederich. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹³¹ NIETZSCHE, Friederich. *Além do bem e do mal...*, 2005.. p 13.

¹³² NIETZSCHE, Friederich. *Além do bem e do mal...*, 2005. . p 19.

designado conforme o seu 'caráter inteligível' – seria justamente 'vontade de poder', e nada mais"¹³³.

A motivação de Veiga e seus contribuintes não era apenas histórica, mas cada doação, cada citação, cada recorte poderia significar um laço fortalecido, tanto para quem doou, quanto para quem recebeu.

O que mobilizou – o jornalista, o político, o historiador, o primeiro diretor do APM – o cordial Xavier da Veiga, foi a sua própria vida. E a vida, segundo Nietzsche, nada mais é do que vontade de poder.

A esses pesquisadores compete tornar visível, apreensível, pensável, manuseável, tudo até hoje acontecido e avaliado, abreviar tudo o que é longo, o 'tempo' mesmo, e subjugar o passado inteiro: imensa e maravilhosa tarefa, a serviço da qual todo orgulho sutil, toda vontade tenaz pode encontrar satisfação. *Mas os autênticos filósofos são comandantes e legisladores*: eles dizem 'assim deve ser!', eles determinam o para onde? E para que? Do ser humano, e nisso têm a seu dispor o trabalho prévio de todos os trabalhadores filosóficos, de todos os subjugadores do passado – estendem a mão criadora para o futuro, e tudo o que é e foi torna-se para eles um meio, um instrumento, um martelo. Seu 'conhecer' é criar, seu criar é legislar, sua vontade de verdade é – vontade de poder¹³⁴.

Como ressaltamos no primeiro capítulo, o arquivo representa o poder político, uma autoridade publicamente reconhecida.

De acordo com Derrida, a salvação do documento é um ato de escolha, escolha de salvar para o futuro, essa escolha é um ato de poder, de exercício e de imposição de poder. Tanto o ato daquele que doa os documentos quanto daquele que recebe e é responsável pela guarda e organização desses registros é um ato de exercício de poder, que pode se dar pela troca de favores, ou simplesmente,

¹³³ NIETZSCHE, Friederich. *Além do bem e do mal...*, 2005. . p. 40.

¹³⁴ NIETZSCHE, Friederich. *Além do bem e do mal...*, 2005. . p. 106.

pela importância de se exercer o papel de *arconte*, de ser aquele que, de certa forma, mantém uma relação de poder com o passado.

Como não existe produção de conhecimento sem que hajam múltiplos interesses envolvidos, deter o acesso à informação do passado, à memória, também é uma forma de exercício de poder. Xavier da Veiga detinha o poder sobre a fonte de informação para a produção do conhecimento histórico. De alguma forma toda a produção de conhecimento sobre a história de Minas Gerais, passa pelos seus critérios de organização e seleção da memória. Definimos a memória e o objeto de arquivo, então, como um instrumento de poder.

Xavier da Veiga foi o responsável pela seleção de grande parte dos documentos que se encontram no Arquivo, influenciando até hoje a escrita da nossa história. É um exercício de poder que não está datado, mas que se estende e influencia os estudos atuais.

Como já dissemos no capítulo anterior, o século XIX inaugura uma nova forma de disciplinarização por meio da memória. Xavier da Veiga inaugura esse processo em Minas Gerais exercendo o seu poder não apenas na seleção de qual memória deveria ser preservada pelo Arquivo, mas principalmente, escrevendo as *Efemérides Mineiras*, uma maneira de iluminar os fatos do passado que interessariam à solidificação do novo sistema político, assunto que será tratado mais detalhadamente no próximo capítulo.

Capítulo III - Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo o que lhe escapou lhe será devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica - se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda a prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento¹³⁵.

Nesse capítulo, o nosso objetivo é analisar os discursos de Xavier da Veiga acerca da História e do Arquivo. A análise dos discursos será embasada pelas propostas de Michel Foucault na *Arqueologia do saber* e *A ordem do discurso*.

Segundo Foucault, não existe discurso verdadeiro ou falso. A veracidade ou a falsidade do discurso estão no contexto ao qual ele pertence.

“É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “política” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos”¹³⁶.

Foucault defende a idéia de uma *vontade de verdade*, ou seja, um conjunto de práticas, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, que conduzem o modo como o saber é aplicado em determinada sociedade, como ele é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído¹³⁷.

O nosso objetivo com a análise dos discursos, não é buscar a verdade do discurso ou as intenções que existiram por trás do discurso, mas compreender em

¹³⁵ FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber...* 2004. p. 14.

¹³⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 35.

¹³⁷ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso...* 2004. p. 17.

que circunstâncias aquele discurso foi possível. Analisar qual é o discurso da verdade que se delineou em Minas Gerais, na passagem do século XIX para o XX, levando-se em consideração que, o que está em jogo na análise da vontade de verdade é a vontade de poder.

[] é que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la¹³⁸.

Segundo Foucault, as regiões onde o discurso é mais nebuloso é na região da sexualidade e da política. O discurso, principalmente sob esses dois aspectos, não é transparente nem pacífico, mas “um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”¹³⁹. O discurso não é aquilo que manifesta ou oculta o desejo, ele é o próprio objeto de desejo, ele é o poder do qual se quer apoderar.

A análise do discurso, na fala de Foucault, trata de

compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui¹⁴⁰.

O discurso de Xavier da Veiga a ser analisado aqui é um discurso político. Especificamente, um discurso que representa o poder republicano, no momento

¹³⁸ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso... 2004. p. 20.

¹³⁹ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso... 2004. p. 10.

¹⁴⁰ FOUCAULT, M. Arqueologia do saber... 2004. p. 31.

de sua fundação. A nossa hipótese é que o discurso político-histórico do diretor do arquivo, representa, no momento de constituição do regime republicano, os interesses de consolidação do novo sistema político, por meio de um discurso histórico e da criação de mitos e heróis que fossem eficientes na construção de um imaginário civilizador e progressista.

A sua concepção de história é influenciada pelas correntes europeias que dominaram o cenário científico no século XIX na Europa e que chegaram ao Brasil, adaptando-se ao contexto sócio-político dos trópicos.

Apesar de não ser citado, acreditamos que a influência hegeliana tenha sido determinante na formação da concepção de história de Xavier da Veiga. O século XIX e também o XX foram muito marcados pelas idéias hegelianas sobre a história. Hegel influenciou não apenas historiadores e filósofos com a sua concepção de racionalidade, mas também diversas correntes do pensamento, como o positivismo, e também sistemas políticos, como o nazismo.

A narrativa histórica, para Ricoeur, é o que oferece o “reconhecimento da experiência vivida”¹⁴¹. Segundo a sua tese, os eventos históricos, os personagens, as épocas são distintas entre si e desconectadas. Quem organiza atribuindo sentido a isso é o historiador. Essa atividade de “atribuir sentido” é que faz surgir a idéia de universal, de um todo inteligível. E porque essa narrativa é importante? Porque ela cria uma identificação do leitor consigo mesmo e com a realidade vivida.

¹⁴¹ RICOEUR, Paul. – A Tríplice Mimese. In: Tempo e narrativa. Campinas: Papyrus, 1994.

Hegel¹⁴² foi um dos grandes filósofos iluministas que se dedicou à racionalização do mundo e das relações históricas. Uma das grandes preocupações de Hegel era a natureza do conhecimento histórico.

Para Hartman¹⁴³, Hegel foi, ao mesmo tempo, um grande filósofo da história e também um historiador da filosofia. Após Hegel, não há nenhum grande sistema político que tenha fugido à sua influência.

Segundo Hegel, a história utilizaria o conceito filosófico de Razão, ou seja, ela estudaria as coisas que aconteceram racionalmente. O objetivo no estudo das ciências não deveria ser, portanto, a simples acumulação dos fatos, mas a sua compreensão racional.

Para Hegel é a Razão que governa a história. Deve-se mostrar, por meio do estudo da história, que ela é racional e que ela representa a trajetória racionalmente necessária do “Espírito” do Mundo. O seu objetivo é apreender fielmente o histórico. O “Espírito” e o rumo de seu desenvolvimento são a matéria da história. O homem é a criatura na qual o Espírito obra.

A Razão é a lei que governa o mundo. A Razão é substância e poder infinito, ou seja, é por meio dela que a realidade subsiste, ela é o conteúdo infinito de toda a essência e verdade. A Razão é, ao mesmo tempo, a nossa base de existência e nosso objetivo, nossa meta.

Para Hegel, a história não pode ser vista como um simples jogo de paixões, mas ela deve ser compreendida levando-se em consideração o seu objetivo final.

¹⁴² HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – *A Razão na História ...*, 2001.

¹⁴³ HARTMAN, Robert. – Introdução. In: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – *A Razão na História ...*, 2001.

“A história do mundo é a exposição do espírito em luta para chegar ao conhecimento de sua própria natureza”¹⁴⁴. A história do mundo é o avanço da consciência da liberdade. Alcançar a liberdade é o propósito e o objetivo único do Espírito. Segundo Hegel, esse é o propósito de Deus para com o mundo.

A liberdade é um fenômeno interior, mas que utiliza como meios de realização os fenômenos exteriores, a história. As manifestações dos indivíduos e dos povos são os meios e os instrumentos para se alcançar o objetivo final da história que é a consciência de si, a Liberdade. A Razão governa a história.

Para Hegel, a história é o desenvolvimento da Idéia – ou do Espírito – no tempo. A história é um dos grandes movimentos do espírito, um movimento de alcance universal, é o avanço da liberdade.

Se a história, como ele sustenta, é o auto desenvolvimento do Espírito, a realização da Idéia divina, de um plano cósmico, então o homem histórico deve ser um em quem se concentram as potencialidades de seu tempo, a situação histórica. Mas ele é apenas uma fase no grande processo mundial, ligado aos estados individuais. Ao final do processo histórico, quando o Espírito já se realizou completamente, há um estado global de Razão universal, de toda a humanidade¹⁴⁵.

De acordo com Ricoeur¹⁴⁶, Hegel procura conferir à história uma unidade, por meio da idéia de liberdade, pois Hegel via a liberdade ao mesmo tempo como racional e real no processo de auto-realização do espírito. O principal postulado de Hegel é que a Razão governa o mundo e, conseqüentemente, a história do mundo também se desenrolou racionalmente.

¹⁴⁴ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – *A Razão na História ...*, 2001.

¹⁴⁵ HARTMAN, Robert. – Introdução. In: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – *A Razão na História ...*, 2001. p. 14.

¹⁴⁶ RICOEUR, Paul. – Renunciar a Hegel. ... 1994. p. 336-337.

O desenvolvimento da auto-consciência de si mesmo ocorre com o passar das gerações humanas organizadas em Estados e nações, ou seja, em História. “Assim, a História é a autodeterminação da Idéia em progresso, o auto desenvolvimento do Espírito em progresso. Além disso, como o espírito é livre por sua natureza interior, a História é o progresso da Liberdade”¹⁴⁷.

Segundo Hegel, é no Estado que se enraíza todo o processo da efetuação da liberdade, é ao redor desse pólo que gravitam as potências que dão um corpo ao espírito dos povos (religião, ciências, artes).

“Fora do Estado, não há conciliação entre o espírito, que visa à efetuação da liberdade, e os indivíduos, que buscam apaixonadamente sua satisfação no horizonte de seu interesse”¹⁴⁸.

Segundo Ricoeur, além do Estado, que concentra os interesses superiores da liberdade e também do “Espírito”, não podemos nos esquecer dos “agentes excepcionais”, que

seriam capazes de carregar esses destinos, eles próprios fora do comum, em que as conseqüências não visadas da ação concorrem para o progresso das instituições de liberdade. Esses agentes da história, nos quais a paixão e a idéia se recobrem, são os que Hegel chama de “grandes homens históricos”. Eles aparecem quando conflitos e oposições atestam a vitalidade do espírito de um povo, e quando uma “idéia produtora” procura abrir caminho. Essa idéia produtora não é conhecida por ninguém; ela habita os grandes homens sem que eles o saibam, e a paixão deles é inteiramente regida pela idéia que se busca.¹⁴⁹

¹⁴⁷ HARTMAN, Robert. – Introdução. In: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – *A Razão na História ...*, 2001. p. 17.

¹⁴⁸ RICOEUR, Paul. – *Renunciar a Hegel. ...* 1994. p. 341.

¹⁴⁹ RICOEUR, Paul. – *Renunciar a Hegel... 1994. p. 341.*

Dentro do ideal racional construído por Hegel, o Estado seria a única instituição capaz de fazer convergir a vontade subjetiva e a vontade universal em prol do mesmo objetivo: a auto-consciência de si, a Liberdade.

Este ser essencial é a união da vontade subjetiva com a vontade racional, é o conjunto moral, o Estado. É aquela forma de realidade em que o indivíduo tem e goza de sua liberdade, mas na condição de conhecer, acreditar e desejar o universo¹⁵⁰.

O Estado é a forma visível do universal. É o espírito objetivado. O Estado impede os impulsos individuais e o leva a refletir sobre o que deve fazer, levando-o à idéia de universal.

A idéia de história proposta por Hegel é a de uma história européia, política, que se refere prioritariamente à formação e consolidação das nações européias e de seus grandes heróis.

Veiga recebeu também a influência de outros pensadores europeus, como Cesare Cantu, e Langlois e Seignobos. Cantu¹⁵¹ teve uma grande atividade como historiador, mas também de polígrafo, político e educador. Cantu atuou na política, lutando pela independência e unificação do Estado italiano. Segundo o próprio autor, o seu estudo da "História Universal" apresentava a humanidade como pessoa vivente em progresso contínuo. A história é, para ele, a ciência que mais satisfaz a necessidade humana do verdadeiro, do belo e do bom e é ela que permite ao homem sair do estado bruto, do estado de natureza, dos instintos, das necessidades. Cantu, seguindo as tradições do século XIX, é um historiador iluminista, que pregava a regulação das ações pelas luzes da razão.

¹⁵⁰ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – *A Razão na História ...*, 2001. p. 88.

¹⁵¹ CANTU, Cesare – *História Universal*. São Paulo: Editora das Américas, 1946.

Mas, se a História se reduz a uma vasta coleção de fatos, dos quais o homem procura deduzir uma regra para se guiar em semelhantes circunstâncias, o conhecimento que dela resulta é tão incompleto quanto inútil, porque nenhum fato se reproduz com os mesmos acidentes. Ela adquire porém uma importância muito diversa, quando se observam os fatos como uma linguagem sucessiva que, de um modo mais ou menos claro, revela os decretos da Providência¹⁵².

Langlois e Seignobos, seguindo a mesma linha, defendem a utilização de métodos racionais, o que possibilitaria o alcance de verdades científicas. A obra “Introdução aos Estudos Históricos” é um ensaio sobre o método das ciências históricas. Os autores criticam a ausência de metodologia dos trabalhos históricos, defendendo a idéia de um método próprio. Segundo esse método, a primeira e uma das mais importantes partes do trabalho do historiador é a coleta de documentos, destacando, nesse sentido, a importância da criação de instituições arquivísticas que teriam a função de não apenas reunir documentos, mas organizá-los.

Já dissemos: onde não há documentos não há história. Mas a falta de bons inventários descritivos dos depósitos de documentos equivale, na prática, a impossibilidade de conhecer a existência dos documentos, a não ser por acaso. Afirmamos, portanto, que o progresso da história depende, em grande parte, dos progressos realizados na elaboração do inventário geral dos documentos históricos, que ainda hoje é fragmentário e imperfeito¹⁵³.

O Brasil, como herdeiro tradicional das idéias européias não escapou a essa influência. Mas, ao contrário da Europa, não teremos aqui grandes universidades abrigando grandes discussões, e sim debates circunscritos às

¹⁵² CANTU, Cesare – História Universal. São Paulo: Editora das Américas, 1946. p. 20.

¹⁵³ LANGLOIS e SEIGNOBOS – Introdução aos Estudos Históricos. P. 23.

academias de eleitos e às instituições de memória fundadas no século XIX, após a vinda da Família Real Portuguesa.

Essas instituições foram responsáveis pela construção das visões e interpretações sobre a questão nacional. Importante instituição fundada com esse propósito foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. O IHGB teve como objetivo

produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. É de novo uma certa postura iluminista – o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade¹⁵⁴.

A tradição iluminista se fazia presente no projeto historiográfico brasileiro pois este buscou não a ruptura com o colonizador ou a influência européia, mas, ao contrário, buscou uma “curiosa permanência a se observar ao longo da história brasileira essa tentativa de integrar o “velho” e o “novo”, de forma que as rupturas sejam evitadas”¹⁵⁵.

Para os historiadores do IHGB, a colonização portuguesa foi um grande feito, trouxe a civilização onde havia apenas barbárie e selvageria. Descobriu as novas terras, trazendo a elas a possibilidade de se transformar em uma grande nação, sob a tutela civilizatória de Portugal.

O IHGB se constituiu num espaço de academia de eleitos a partir de relações sociais, sob inspiração das academias ilustradas européias. A criação do

¹⁵⁴ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. nº 1, 1998. p. 6.

¹⁵⁵ GUIMARÃES. - O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ...1998. p. 7.

IHGB é a realização de um projeto de consolidação do Estado Nacional, delineando um perfil, por meio do conhecimento histórico, da “Nação brasileira”¹⁵⁶.

A construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga Metrópole, ao contrário, a nova Nação se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.

O IHGB tinha como diretrizes gerais a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, para o ensino público, de estudos de natureza histórica. Além disso, tinha também pretensões de manter relações com instituições semelhantes, nacionais e internacionais, além de incentivar a criação de instituições estaduais com o objetivo de integrá-las ao projeto de centralização do Estado.

O recrutamento no IHGB se dava quase exclusivamente pela via das relações sociais, sem que o candidato tivesse que provar atuação intelectual na área.

Marcada pelos critérios que presidem e organizam um tipo de sociabilização própria de uma sociedade de corte, esta produção historiográfica escapa, assim, às regras e injunções específicas do mundo acadêmico, cujo critério de recrutamento básico apóia-se num domínio de um certo saber específico¹⁵⁷.

De acordo com José Murilo de Carvalho¹⁵⁸, o critério social de recrutamento não se restringe à origem social, mas, sobretudo a um processo de educação

¹⁵⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. nº 1, 1998.

¹⁵⁷ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: ... 1998. p. 9.

¹⁵⁸ CARVALHO, José Murilo. A construção da Ordem: A elite política Imperial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p 202.

segundo a tradição jurídica de Coimbra, seguida de treinamento e carreira no aparelho de Estado.

Com relação à análise historiográfica, seguindo a tradição da historiografia iluminista, o IHGB tinha como prioridade o tratamento linear dado ao desenvolvimento da história e a idéia de conhecimento instrumental, pois é com a história que é possível a compreensão do presente e o encaminhamento do futuro, é o entendimento da história como “mestra da vida”. De acordo com essa concepção, o Instituto se dedica à tarefa de escrever a gênese da Nação brasileira. “É a tradição particular do iluminismo português, marcadamente católico e conservador, que deixará suas marcas na geração fundadora do Instituto”¹⁵⁹.

Além da influência portuguesa, o instituto recebeu também uma forte influencia do Institut Historique de Paris, como “fornecedor dos parâmetros de trabalho historiográficos ao IHGB, e instância legitimadora, cuja chancela poderia dar um peso relevante e destaque a uma história universal em construção, como a brasileira”¹⁶⁰.

O objetivo iluminista de criar uma identidade nacional brasileira não é um projeto apenas ideológico, mas essencialmente político.

Da história, enquanto palco de experiências passadas, poderiam ser filtrados exemplos e modelos para o presente e o futuro, e sobre ela deveriam os políticos se debruçar como forma de melhor desempenharem suas funções. A história é percebida, portanto, enquanto marcha linear e progressiva que articula futuro, presente e passado¹⁶¹.

¹⁵⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: ... 1998. p. 14.

¹⁶⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: ... 1998. p. 13.

¹⁶¹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: ... 1998. p. 15.

O conhecimento histórico passou então a legitimar as decisões de natureza política, principalmente aquelas ligadas à identidade e singularidade física da Nação em construção.

A nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro. Era preciso encontrar no passado referências luso-brasileiras: os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e brilhantes qualidades, enfim, os luso-brasileiros exemplares, cujas ações pudessem tornar-se modelos para as futuras gerações¹⁶².

A concepção de história exemplar abriu espaço para que seus integrantes se dedicassem à composição de biografias, capazes de fornecer exemplos às gerações vindouras.

“Mas não é apenas uma visão pragmática e exemplar da história que se abriga no projeto historiográfico do IHGB. A concepção de história partilhada pela instituição guarda um nítido sentido teleológico, conferindo ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história”¹⁶³.

Mas, segundo Reis¹⁶⁴, essa concepção de história só se concretizou com Francisco Adolfo de Varnhagem, que inaugurou no Brasil uma nova preocupação com a história e com a documentação sobre o passado brasileiro, sendo o iniciador da pesquisa metódica nos arquivos estrangeiros. “Nos anos 1850,

¹⁶² REIS, José Carlos – As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

¹⁶³ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: ... 1998. p. 15.

¹⁶⁴ REIS, José Carlos – As identidades do Brasil ... 1999.

Varnhagem desenhará o perfil do Brasil independente, oferecerá à nova nação um passado, a partir do qual elaborará o futuro”¹⁶⁵.

Varnhagem elaborou uma história essencialmente política do Brasil, visando na reconstrução do passado, a construção de um futuro que garantisse à nova nação principalmente a unidade territorial, comandada por uma elite branca e europeia, sem rupturas com o passado colonial. Se os portugueses representavam as Luzes, o progresso, a civilização, a nova nação deveria dar continuidade à herança portuguesa na construção dos seus valores¹⁶⁶.

Esse projeto historiográfico tinha como objetivo não apenas a gestão da nação, mas também a centralização política por meio da construção de instituições regionais vinculadas ao projeto nacional do IHGB. Nesse contexto, insere-se a criação do Arquivo Público Mineiro, ligado ao ideal de se buscar na História a legitimidade para o presente.

Em texto introdutório à primeira edição da Revista do Arquivo Público Mineiro, Xavier da Veiga deixou claro o seu propósito como diretor da instituição arquivística: a idéia de civilização. Segundo ele, é o pensamento civilizador que norteia a fundação e a manutenção de tais instituições. Além disso, tais instituições seriam, baseadas na tradição e no “lustre” do passado, o ensinamento, a luz e o estímulo para as novas gerações.

(...) pensamento civilizador que desde remotos séculos tem ditado a fundação e a manutenção de tais instituições em todas as nacionalidades adiantadas das quais são elas, com a tradição e o

¹⁶⁵ REIS, José Carlos – As identidades do Brasil... 1999.

¹⁶⁶ REIS, José Carlos – As identidades do Brasil... 1999.

lustre do passado, ensinamento, luz e estímulo fecundo para as novas gerações¹⁶⁷.

Aqui, Veiga deixou clara a sua concepção de história. Sob influência iluminista e, especialmente, hegeliana, o diretor do arquivo vê a história como a realização do pensamento civilizador, da Razão.

Segundo Xavier da Veiga, Minas Gerais era o Estado “onde mais radicadas se acham as tradições, veneradas e amadas na vida retrospectiva do passado¹⁶⁸”. Para ele, é do passado que vem “o conforto aprazível ao espírito meditativo e piedoso, evocando nomes e feitos memoráveis de antepassados beneméritos”¹⁶⁹.

A importância dos documentos que já se encontravam de posse da instituição era de que eles recordavam não apenas “[...] gemidos de opressores e soluções de mártires¹⁷⁰”, mas porque relembram, principalmente, as “[...] ações heróicas, cometimentos de patriotismo intemerato, sublimes vôos do pensamento iluminado e inolvidáveis revoltas da dignidade humana”¹⁷¹.

Sem os documentos, estariam irremediavelmente perdidos os ensinamentos do passado,

[...] quantos sacrifícios desaproveitados, feitos por homens de têmpera rija, de inteligência rutila e de coração alentado, em lutas em prol da Liberdade, da Justiça, do Progresso e da Pátria, lutas repetidas e freqüentemente dolorosas nas quais não poucos se glorificarão como heróis.

Tem-no sempre a cultura intelectual pela investigação conscienciosa dos fastos da pátria. Daí a idéia de vulgarizarem-se as notícias e

¹⁶⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1896.

¹⁶⁸ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998. p 47.

¹⁶⁹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998. p 47.

¹⁷⁰ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998. . p 48.

¹⁷¹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998. . p 49.

documentos conducentes àquele fim cujo alcance não escapa a nenhum espírito esclarecido¹⁷².

A criação do Arquivo e a publicação periódica de documentos concernentes à história de Minas teriam então, no seu discurso, como objetivo, não só a pesquisa dos principais fatos, mas a glorificação das lutas em prol da liberdade, da evolução do espírito.

No prefácio às Efemérides Mineiras, Xavier da Veiga relatou o seu trabalho como apuração da verdade, registro definitivo dos fatos averiguados.

O seu objeto de trabalho eram os acontecimentos, as coisas e os homens notáveis de Minas Gerais. Veiga trabalha com uma história baseada nos grandes heróis. Segundo Hegel¹⁷³, são os grandes heróis, os homens que se sacrificam e se destacam, que promovem a evolução da humanidade no seu caminho em busca da liberdade.

[...] do ponto de vista do indivíduo, o destino funesto de um Alexandre, de um César (talvez também de um Napoleão) é a história de um projeto arruinado (e essa história permanece cativa do mesmo círculo subjetivo que a ação, cuja intenção, porém, ela trai). É do ponto de vista dos interesses superiores da liberdade e de seu progresso no Estado que seu fracasso pode ser significativo¹⁷⁴.

Segundo a tradição iluminista, a história é vista como uma linha evolutiva, de continuidade da qual procede a vitalidade do presente. Daí a importância de se estudar o passado, ele é uma lição para o presente.

¹⁷² VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998..p 50.

¹⁷³ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – *A Razão na História...*, 2001.

¹⁷⁴ RICOEUR, Paul. – Renunciar a Hegel. ... 1994. p. 341.

O estudo da história seria uma forma de prestar a devida homenagem a grandes personagens da história. Além disso, a história de Veiga tem também como objetivo a rememoração da opressão e do martírio glorificado do passado.

Com relação à escolha dos temas, Veiga deu prioridade "às páginas consagradas a memorar os magnos acontecimentos da história mineira, na complexidade das respectivas ocorrências, antecedentes e efeitos"¹⁷⁵.

Eventos de grande repercussão histórica: guerra entre emboabas e paulistas, Revolta de 1720, a Inconfidência Mineira, Sedição militar de 1842. Trabalhou também com lendas e tradições populares da terra de Minas e sua história, pois transmitem um piedoso sentimento popular.

No entanto, podemos notar uma peculiaridade nas suas análises: ela se divide em duas fases distintas. A primeira fase se destaca principalmente nos seus escritos jornalísticos, ainda no período imperial. A segunda fase, após a Proclamação da República, teve como principal referência as "Efemérides Mineiras".

Na primeira fase não encontramos em nenhuma publicação do seu jornal "A Província de Minas" referência a Tiradentes como o grande herói nacional. Ao contrário, Veiga faz questão de salientar o fato da independência brasileira não como ruptura, mas como continuidade ao projeto civilizatório português. A nação portuguesa era a mãe-pátria, a origem e o exemplo de civilização a ser seguido.

¹⁷⁵ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998..p 50.

Já na República, ele adapta o seu discurso ao novo contexto, destacando a ruptura com a metrópole exploradora e despótica, ao mesmo tempo em que exalta a figura de Tiradentes, o herói republicano.

Xavier da Veiga faz vastas e extensas referências acerca da mineração e das riquezas minerais do Estado de Minas Gerais, pois, além de serem importante marco das nossas peculiaridades, recorda também o 'despotismo atroz do governo que as devorava'.

Além disso, também se esforçou, nos apontamentos biográficos, para tornar a sua obra o repositório mais completo de notícias sobre mineiros distintos, além de ser um meio de glorificar os heróis do passado, uma lição para o presente e o futuro.

Ele descreveu Tiradentes como o "[...] precursor da liberdade, cingindo com a sua auréola de herói e mártir, à frente de nossos mais intemeratos patriotas porque, mais que nenhum outro, ele soube viver e morrer pela pátria"¹⁷⁶.

O objetivo de Veiga ao exaltar o caráter e o nome era o de incitar as novas gerações para a "imitação condigna das benemerências louvadas". A história se realiza a partir da biografia dos filhos ilustres.

Trabalhamos com a análise das Efemérides Mineiras, adotando como critério não a análise cronológica, como é a proposta da obra, mas escolhemos alguns eventos históricos com importância significativa para a análise da sua idéia de história.

¹⁷⁶ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998..p 402.

As Efemérides Mineiras se constituem, para nós, em importante fonte sobre a concepção de história de Xavier da Veiga, pois é nela que ele pode privilegiar eventos e o seu ponto de vista sobre eles ou, ao contrário, desprestigiar acontecimentos históricos.

Segundo seu biógrafo, Augusto de Lima

nas Efemérides Mineiras estava esboçado para o seu autor o plano cuja execução lhe foi fácil. E as Efemérides Mineiras constituem, na verdade, uma obra de plano superior. Si o seu título corresponde à forma cronológica, que, em obediência à lei, lhe deu Xavier da Veiga, o seu fundo atesta um longo fôlego histórico, biográfico e estatístico, de cujos elementos combinados em outra feitura, adaptados ao molde de uma narração cronologicamente seguida, poder-se ia levantar a história de Minas, em seu todo escultural e completo¹⁷⁷.

Analisaremos o 07 de setembro e o 15 de novembro pelas possibilidades de análise que esses eventos proporcionam, além de outros eventos destacados pelo próprio Xavier da Veiga como significativos: a guerra entre paulistas e emboabas, a sedição de 1720, a Revolução de 1842, além da Inconfidência Mineira, também por esta ter sido intensamente explorada no início do período republicano na construção de um imaginário para o novo sistema político¹⁷⁸.

A celebração da Proclamação da Independência por Veiga ocorre em dois momentos, no tradicional 7 de setembro e também no 30 de setembro, data que marca as comemorações oficiais, na Província de Minas Gerais, do “grandioso acontecimento”.

¹⁷⁷ LIMA, Augusto de. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1911.

¹⁷⁸ Para maiores informações ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Xavier da Veiga dedicou-se muito mais ao 30 de setembro do que ao dia oficial que marca a Proclamação da Independência. No 7 de setembro, Xavier da Veiga escreveu um pequeno parágrafo no qual ressalta o quanto a data foi “[...] saudada em toda a província de Minas Gerais com aplausos unânimes e de inextinguível entusiasmo patriótico¹⁷⁹”. Segundo ele, a emancipação brasileira encontrou repercussão vibrante em todos os peitos mineiros, com manifestação e animados festejos em todas as cidades, vilas e lares, por pessoas de todas as classes, sexos e condições. Uma celebração curta para alguém que, em diversos momentos, exaltou a natureza de continuidade que tinha sido a Proclamação da Independência. Na sua opinião, enquanto um conservador e defensor do Império, Veiga exaltava a mãe pátria e o caráter de continuidade do sistema imperial.

dando-se o fato histórico memorável da proclamação da Independência Nacional por um príncipe da mesma dinastia imperante na mãe-pátria, que foi naquele grande acontecimento o órgão generoso da aspiração do país e, em seqüência, o Augusto fundador do Império.¹⁸⁰

Já nas Efemérides, escrita no início do período republicano, Veiga deixa clara a sua nova posição, exalta a independência como um ato importante da conquista da autonomia política, mas não ressalta mais a continuidade com a mãe-pátria.

No 30 de setembro, o autor dedicou duas páginas para celebrar, solene e oficialmente, o grandioso acontecimento que acontecera vinte e três dias antes. Essa data marca o ato oficial de “adesão das autoridades e homens bons da terra

¹⁷⁹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998..p 816.

¹⁸⁰ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Província de Minas”, 11 de outubro de 1888.

à proclamação política do Brasil”. Para isso, Veiga faz a cópia, na íntegra, do ato oficial trasladado em um livro do Arquivo Municipal de Ouro Preto.

Saudando os grandes heróis deste momento solene, percebemos a influência hegeliana presente em seus trabalhos historiográficos:

Dentre os numerosos signatários de auto memorável, nem um só vive hoje. Mas se todos eles já pagaram à morte o infalível tributo, a esta recordação melancólica associa-se lembrança consoladora: todos experimentaram emoção de júbilo imenso, de puro e nobilíssimo orgulho, saudando das montanhas amadas de Minas Gerais o sol nascente da liberdade nacional!¹⁸¹

Segundo Hegel, as personalidades históricas do mundo, os heróis de seu tempo, devem ser reconhecidos como profetas, já que suas palavras e seus feitos são o melhor da época.

Eles foram afortunados por serem os agentes de um objetivo que constitui um passo no avanço do Espírito universal. Entretanto, como indivíduos claramente distintos de seu objetivo essencial, não eram o que chamamos normalmente felizes, nem pretendiam sê-lo. Eles desejavam realizar o seu objetivo e realizavam-no através de seu trabalho árduo. Conseguiram encontrar a satisfação ao ocasionar a realização desse objetivo, o objetivo universal. Com objetivo tão grandioso, tinham a coragem para desafiar todas as opiniões dos homens¹⁸².

Já para o evento da Proclamação da República, Xavier da Veiga dedica três longas páginas. Inicialmente, limitando-se apenas a descrever as mudanças provocadas pelo acontecimento e citar os nomes dos então chefes de governo, ministros, etc.

¹⁸¹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.. p. 859

¹⁸² HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – *A Razão na História ...*, 2001.

Ele destacou que a notícia do “extraordinário acontecimento” não provocou, em Minas Gerais, nenhuma reação oposicionista nem a mais leve perturbação da ordem pública. Ao contrário, houve manifestações de aplauso em diversas localidades, que, segundo ele, foram provocadas por republicanos e por inúmeros cidadãos que a eles se associaram por serem alheios às lutas políticas ou delas afastados.

Já para os membros dos antigos partidos monárquicos, esse foi um momento de “surpresa e pasmo” e também de “temor pelas conseqüências de mutação tão radical e inopinada no nosso regime político”. Xavier da Veiga expressou aqui o seu sentimento com relação a esse evento político, ficando inicialmente paralisado diante da brusca mudança, mas se adaptando rapidamente e se integrando aos quadros republicanos, atitude tomada por vários conservadores que conseguiam assim se manter na política e, ao mesmo tempo, defender as suas concepções adaptadas ao novo sistema.

O diretor do Arquivo ressaltou também a preocupação que tomou conta até de republicanos doutrinários com relação ao destino da família imperial:

Nesses espíritos, pois, ao inevitável abalo motivado pelo desmoronamento da monarquia juntou-se, e nem podia deixar de assim suceder, uma mágoa sincera e justa pelo destino adverso que de súbito feria aqueles em que se encarnavam as velhas instituições¹⁸³.

No entanto, Veiga reforça aqui a sua crítica mais veemente ao governo imperial: a centralização excessiva do poder.

¹⁸³ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998. p. 979.

Ao mesmo tempo, um regime de asfixiante centralização mantinha as províncias e municípios em desoladora apatia e atraso desanimador, generalizando-se a opinião de só poder provir-lhe algum benefício com *mercê* do poder central onipotente e a troca de sua submissão humilde, nas quadras eleitorais, às chapas de ferro das duas turmas de políticos que periodicamente se revezavam no poder, com aparências de legítimos partidos constitucionais...¹⁸⁴.

Xavier da Veiga, tenta se manter fiel e conciliado, ao mesmo tempo, com os dois lados da disputa, já deixando aqui entrever o papel que representou nos seus brandos discursos no seu jornal já “republicano”:

Em semelhantes circunstâncias, se o generoso povo mineiro, até então sinceramente monarquista em sua grande maioria, lamentou a 15 de novembro o grande desgosto que acabava de golpear o venerando Pedro II, banido da pátria que ele muito amava e sempre buscou servir devota e honradamente, nem por isso considerou essencial à felicidade do país a da dinastia deposta; e menos acreditou, no seu bom senso conhecido, que o bem-estar e a prosperidade nacional fossem incompatíveis com o regime republicano nascente, que era, afinal, o de todos os povos livres da América e a realização dos planos patrióticos dos heróis mártires da Inconfidência Mineira, realização que surgia com sinceras promessas de justiça para todos, de concórdia social geral na família brasileira e de supremo esforço pelo bem público¹⁸⁵.

Veiga consegue se manter afinado com os dois lados da disputa. É interessante notar como o seu discurso vai se adaptando, utilizando-se do seu conhecimento histórico para se colocar a favor do que foi contrário durante toda a sua vida. A concepção hegeliana da história favorece o apoio à República, sendo esta considerada uma etapa mais evoluída na caminhada em busca pela liberdade. Com esse discurso, ele justifica a sua adesão e a de outros membros dos antigos e extintos partidos, ao novo governo que

¹⁸⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.p. 980.

¹⁸⁵ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.p 980.

[...] inaugurara uma política larga, de moderação, de tolerância e de altas aspirações patrióticas. Mostraram-se assim esclarecidamente orientados, cômnicos de que acima do Império que ruína estava a pátria, que carecia e reclamava a dedicação de todos os seus filhos prestimosos¹⁸⁶.

Veiga se baseia na história para justificar a sua mudança de postura: busca respaldo na figura do francês Thiers, que até 1870 era ferrenho monarquista e, logo após, tornou-se o fundador da Terceira República francesa.

De acordo com o ideal de construção do imaginário republicano baseado na figura revolucionária e republicana de Tiradentes, Xavier da Veiga dedica trinta e seis páginas ao evento da Inconfidência Mineira.

O curioso é que durante o período imperial, no seu jornal, ele não dedicou nenhuma edição ao famoso mártir, mas apenas depois da mudança de regime. No “A Província de Minas”, ao contrário, ele dedicou uma edição especial a exaltar o imperador, em visita a capital mineira.

Dia festivo é este em que às aclamações entusiásticas do povo mineiro, saudando o Excelso Monarca, a Virtuosa Imperatriz, a sereníssima Princesa Imperial e o Ilustre Príncipe D. Pedro Augusto, - caros objetos das homenagens e alegrias populares – se associa à reminiscência da mesma data, há 49 anos, início do Reinado glorioso do Príncipe, sábio, generoso e patriota, que soube captar a estima e respeito geral da nação, na prática invariável do bem, na magnanimidade constante de seus atos, na cogitação ininterruptas das civilizadoras conquistas¹⁸⁷.

Ele refere-se a Tiradentes como o grande herói e primeiro mártir da gloriosa Inconfidência Mineira. Traça uma longa biografia do “nosso herói”, Joaquim José da Silva Xavier na qual ele é retratado como um

¹⁸⁶ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.. p. 980.

¹⁸⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. – Jornal “A Província de Minas”, 23 de julho de 1889.

[...] gênio ativo e empreendedor, por sua inteligência pronta e vivaz e por sentimentos nobres e generosos, que cedo se manifestaram no culto fervoroso dos dogmas católicos e no amor ardente da pátria. Quando refletia ou falava na situação desta, vilipendiada e oprimida pelo jugo despótico da metrópole, estremecia de emoção: afogueavam-se-lhe as faces, os olhos se lhe injetavam e deles brotavam lágrimas de amargura... Estes traços, que a tradição e as crônicas nos transmitiram, esboçam o perfil moral do herói¹⁸⁸.

Sem nos surpreender, Veiga exalta a origem humilde de Tiradentes, a sua grande inteligência e habilidade como dentista, minerador, negociante ambulante e alferes, além da sua grande generosidade, pois não cobrava pelo excelente trabalho com os dentes dos necessitados e, como ambulante, tinha como principal objetivo percorrer os sertões mineiros para conhecer de perto os grandes vexames e tiranias sofridas pelo povo.

“O grande evangelizador da República” pregava, por toda parte, a idéia da independência, tendo constituído o grande iniciador e a grande alma da Inconfidência Mineira.

Tiradentes, predestinado à culminância no esforço propugnador da liberdade e também à culminância no martírio que sagrou-o perpetuamente na história, foi quem primeiro manifestou a idéia da ousada revolta. A iniciativa pertence-lhe, como pertence-lhe a parte mais heróica de todo o drama¹⁸⁹.

Enquanto Tiradentes, o grande herói da gloriosa conspiração – aurora sangrenta da liberdade e da independência de nossa pátria, mereceu longas páginas dedicadas à sua biografia, os demais inconfidentes não receberam mais do que um curto parágrafo.

¹⁸⁸ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.. p. 402.

¹⁸⁹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.. p. 407.

Tiradentes foi o herói escolhido para representar o ideal republicano, foi uma figura popular, concentrando em sua condenação toda a tirania da coroa portuguesa. Dentro do ideal republicano defendido por Veiga após a proclamação, nenhum discurso seria mais eficaz do que a exaltação desse mártir.

Exaltou também a figura cristã de Tiradentes que, em meio aos colegas degredados,

[...] sorria-se tristemente, e como se quisesse dar a conhecer a alegria que se mesclava à sua tristeza, transmitiu do lugar em que estava parabéns aos comutados, como se não tivesse de si lembrança alguma... suscitando admiração aos religiosos que o cercavam e ainda, como um mártir cristão, dirigindo brandas palavras repassadas de unção e de amor ao próximo ao padre que o confortava, dizendo que ia morrer contente, por ser ele o único destinado ao último suplício, recordando que nas multiplicadas vezes que fora à presença dos ministros sempre lhes pedira que dele, e somente dele, fizessem a vítima da lei...¹⁹⁰.

Mais uma vez a visão hegeliana da história se faz presente, uma leitura racional e histórica do Cristianismo, uma história repleta de mártires que se sacrificam em prol de um objetivo final.

Segundo Carvalho, os

heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos¹⁹¹.

Como no caso brasileiro não havia um grande envolvimento popular com o novo regime, foi necessário um grande esforço na promoção da figura do herói. Mas era necessário que esse herói tivesse algum apelo popular. Ao contrário dos líderes do movimento do 15 de novembro, pouco populares, Tiradentes se revelou

¹⁹⁰ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.. p. 437.

¹⁹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas ...* 1990. p. 55.

mais adequado ao papel. Carvalho destaca registros que demonstram uma certa comoção popular em torno do julgamento e da condenação dos Inconfidentes e uma certa permanência desses sentimentos ao longo do século XIX.

“O segredo da vitalidade dos heróis talvez esteja, afinal, nessa ambigüidade, em sua resistência aos continuados esforços de esquitejamento de sua memória”¹⁹².

Outro evento destacado por ele foi o de 25 de fevereiro de 1711 – data que marca o fim de uma guerra civil entre paulistas e emboabas. Xavier descreve esta como sendo uma guerra promovida pela cobiça desvairada e pelo ódio fruto do preconceito. Uma guerra promovida por bandos desordenados, desordeiros e devastadores, sem uniforme no vestuário nem distintivo, sem disciplina, com armamentos e munições impróprios e sem outro plano de guerra que não o do extermínio¹⁹³.

Veiga mais uma vez deixa clara a sua visão iluminista do processo histórico, no qual a história deve ser movida pela Razão, o que não ocorre no evento descrito acima, e por isso, aparece como um evento histórico menor, pois movido apenas pela ambição e não pela Razão. Não visa o progresso da humanidade, mas apenas a satisfação pessoal. Não é um exército organizado lutando em prol de um ideal, mas um bando de desordeiros.

No entanto, num segundo momento, o diretor do APM, inverte a sua posição e fica favorável à figura de Manuel Nunes Viana, representante dos emboabas que, além de serem humilhados pelos paulistas, eram oprimidos pelo

¹⁹² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas ...* 1990. p. 73.

¹⁹³ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras ...*, 1998.. p. 245.

governo de Lisboa. Na sua busca pela consolidação de heróis que representassem o ideal republicano, Veiga ressalta a atuação deste homem como a de um herói que quase foi capaz de promover a Independência colonial:

Era homem de vistas largas, superior ao seu meio e que, na conjuntura terrível em que se viu colocado, soube elevar-se à altura das circunstâncias como o primeiro civilizador da sociedade inculta em que vivia, desbravando assim o terreno para a ação legal e igualmente organizadora [...]¹⁹⁴

Outro evento importante longamente trabalhado por Xavier da Veiga, foi a Sedição militar de Ouro Preto, de 22 de março de 1833.

Após longa descrição dos acontecimentos, Veiga relata:

A glória que resulta aos mineiros de sua devoção sublime, dos esforços a que se elevaram para fazer triunfar o império das leis, bem como da unanimidade de sacrifícios que ofereceram com esse intuito, é já uma propriedade nacional. [...]. o Brasil saberá que o povo mineiro, esquecendo nesta ocasião cômodos, lucros, propriedades e famílias para mais seguramente possuírem tudo isso, se apressaram de todos os pontos a correr às armas, a fim de sufocar a sedição; [...]¹⁹⁵.

Nesse caso, ao contrário dos anteriores, a sedição representava a ilegalidade na medida em que os revoltosos estabeleceram um novo governo, que ficou despachando paralelamente ao governo legal. A Razão estava do lado do governo, que representava a lei, a civilidade. Os revoltosos não tinham motivos nobres para serem defendidos, pois se identificavam com a causa restauradora¹⁹⁶, que apenas significaria atraso, regresso e não progresso.

Não há negar que foi temerária, absurda e criminosa a sedição; que o seu triunfo seria funestíssimo para o país, animando as esperanças e manobras restauradoras e agravando a já precária situação financeira e social do Brasil, e particularmente da província; (...).

¹⁹⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.. p. 253.

¹⁹⁵ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.. p. 312 – 313.

¹⁹⁶ Restauração de D. Pedro I.

Mas esse movimento, conquanto gravíssimo nos seus intuitos, violento nos seus processos, ruinoso em suas conseqüências, não ergueu por bandeira que o legitimasse um só princípio respeitável, um lema de reforma, uma única idéia nova de governo popular a serviço da liberdade¹⁹⁷.

Em várias oportunidades, Veiga, com seu espírito iluminado, aproveita para expressar o seu forte sentimento contra a escravidão. No episódio da Insurreição escrava de 15 de abril de 1756 que fora duramente reprimido pelos órgãos governamentais, Veiga dedicou cinco páginas a execrar os maus tratos a que eram submetidos os escravos e a afirmar os valores do cristianismo e do progresso:

A escravidão! Que página horrenda e torpe essa, a negrejar a nossa história! Em momento de delírio homicida um sátrapa inventa expedição exterminadora de infelizes e acha para dirigi-la carrasco incomparável, que regressa trazendo-lhe como oferenda e troféu 7.800 orelhas humanas!!
[...]
Sob o regime negro da escravidão, porém, o cristianismo estava virtualmente proscrito, e com ele o direito, a moral e a civilização, que padeciam com a raça subjugada e ferida desumanamente¹⁹⁸.

No entanto, Xavier da Veiga foi econômico nas suas palavras no 13 de maio de 1888. Conservador, ele foi contra a não recompensação dos proprietários de escravos, apesar de, com seu espírito ilustrado, ser favorável à libertação dos cativos:

Ainda assim, a lei grandiosa e santa de 13 de maio de 1888, complemento indispensável das de 28 de setembro, foi a redenção abençoada para cerca de 230.000 infelizes em Minas Gerais e para quase oitocentos mil no Brasil¹⁹⁹.

¹⁹⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.. pp. 316-319.

¹⁹⁸ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.. Pp 392.

¹⁹⁹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998.. Pp. 496.

Já para a Revolução de 10 de junho de 1842, a Revolução Liberal, Veiga dedicou 13 páginas. Destaca a política do primeiro ministério da maioria como “partidarismo intolerante”.

Deixa claro o seu ponto de vista com relação ao movimento, classificando-o como interesseiro, pois os políticos envolvidos agiam motivados apenas por interesses de poderes particulares, era apenas uma disputa de poder e não a defesa de uma causa. E, além disso, essa defesa de interesses colocava em risco a imagem magnânima do imperador!

“Longe vai essa fase agitada e lutuosa de nossa história. Recordamo-la com a devida imparcialidade, reconhecendo as puras intenções de vencedores e vencidos e os brios que a uns e outros animaram nas pugnas cruentas”²⁰⁰.

Xavier da Veiga apresenta uma visão histórica que, num primeiro olhar, poderia parecer contraditória. Mas o seu discurso é muito coerente. Ele é fruto de um contexto político conturbado, marcado por mudança e conflitos. No período imperial, viveu um intenso debate, disputando politicamente com liberais e republicanos. Com a mudança de regime precisa se adaptar para não morrer politicamente. E o seu discurso é muito bem adaptado. É preciso analisar os personagens e a produção histórica como fruto do seu contexto. Não trabalhamos com a idéia de que exista uma verdade histórica e nem de que o historiador haja apoliticamente. Analisar a postura de Veiga fora do seu contexto seria um julgamento injusto.

²⁰⁰ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998. p. 557.

Referindo-se a então capital Ouro Preto, Xavier da Veiga exalta a importância da história escrita em suas ladeiras e expressa a importância da sua atitude enquanto fundador de uma instituição arquivística nesta cidade:

No decurso desse longo período, quantas vicissitudes de opulência e decadência em sua vida! Quantos acontecimentos memoráveis em seus anais! Quantas páginas sublimes, patrióticas ou comoventes escritas por seus poetas, por seus estadistas ou com o sangue de seus heróis! Sua história, que alguém no futuro arquivará com a lição severa dos arquivos e com os documentos tradicionais que lhe vêm do passado entre louros, é a mesma história de Minas Gerais²⁰¹.

De acordo com a concepção de história da época, a criação de arquivos e o acúmulo e publicação de documentos era de fundamental importância para o ensinamento do presente e das futuras gerações, pois é por meio dos heróis e seus grandes feitos que a humanidade evolui na sua eterna busca pela liberdade.

Durante o século XIX e grande parte do XX, os historiadores, preferencialmente, se dedicavam ao estudo de longos períodos, revelando, segundo Foucault, equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos, processos irreversíveis, regulações constantes, as grandes bases sólidas e mudas que o emaranhado das narrativas tradicionais recobria com toda uma densa camada de acontecimentos.

A história tradicional valorizava não os acontecimentos em sua singularidade, mas qual ligação estabelecer entre esses elementos díspares, uma seqüência necessária, um sentido único e definitivo.

Na nossa opinião, em concordância com Michel Foucault²⁰², a história tradicional tem como objetivo atribuir uma importância temporal singular a um

²⁰¹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras...*, 1998. p. 1048.

²⁰² FOUCAULT, M. *Arqueologia do ...* 2004. p. 23-24.

conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo, sucessivos ou idênticos; ela permite repensar a dispersão da história na forma desse conjunto; ela autoriza reduzir a diferença de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da “origem”; é graças à “tradição”, que as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade.

Entendemos a história de maneira oposta: onde antes se buscava a continuidade procura-se agora a ruptura, a emergência de eventos e acontecimentos dispersos, que não seguem mais uma linearidade, uma seqüência única, mas uma dispersão. Foucault procura pelas relações que podem ser estabelecidas, mas não alinhadas.

Ao contrário da história tradicional que unia todos os acontecimentos a um princípio único e universal – a origem – a história foucaultiana busca uma nova concepção de tempo e de racionalidade, baseado na ruptura, em começos múltiplos e diversos.

Redistribuições recorrentes que fazem aparecer vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importância, várias redes de determinações, várias teleologias, para uma única e mesma ciência, à medida que seu presente se modifica: assim as descrições históricas se ordenam necessariamente pela atualidade do saber, se multiplicam com suas transformações e não deixam, por sua vez, de romper com elas próprias²⁰³.

O mesmo acontece, de acordo com Foucault, com as noções de “desenvolvimento” e “evolução”, já que elas permitem o reagrupamento de uma sucessão de agrupamentos dispersos, relacionando-os a um único princípio organizador; além da capacidade de controlar o tempo por uma relação

²⁰³ FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber ... 2004. p. 5.

continuamente reversível entre uma origem e um termo jamais determinados, sempre atuantes. O mesmo ocorre com a idéia de “espírito”, que permite estabelecer entre os fenômenos simultâneos ou sucessivos de uma determinada época uma comunidade de sentido, ligações simbólicas, um jogo de semelhanças e de espelho – ou que fazem surgir, como princípio de unidade e de explicação, a soberania de uma consciência coletiva.

Em suma, a história do pensamento, dos acontecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar toda as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos²⁰⁴.

Nessa revolução historiográfica, o papel do arquivo e do documento é fundamental. Se na história tradicional o que havia era a prática de interrogar o documento, não apenas sobre aquilo que ele queria dizer mas, sobretudo, se o que ele dizia era verdade, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. O documento era tratado como o porta-voz de uma verdade histórica e passada, silenciosa, que deveria ser reproduzida pelo historiador.

Na nossa concepção, a “verdade histórica” perdeu o seu trono. O que importa não é determinar se ele é falso ou verdadeiro, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo. Entendemos que o historiador agora tem um papel ativo e o documento não é mais uma matéria inerte: ele procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações.

²⁰⁴ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber* ... 2004. p. 5.

O próprio arquivo já não é o mesmo. Se na história tradicional poderia se entender o arquivo como uma soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como o registro do seu próprio passado ou como o testemunho de sua identidade mantida. Hoje, entendemos arquivo, de acordo com Foucault, como o que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, tenham surgido graças a todo um jogo de relações que caracterizam o nível discursivo. O arquivo é o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares.

Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de *um* discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio do discurso mantido, é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua própria duração²⁰⁵.

Segundo Foucault, a história tradicional ou iluminista, seria um abrigo privilegiado de preparação para o futuro, de condução histórica para um destino certo, para um final recompensador de todo o sofrimento e de toda a batalha, pois ela garante as continuidades ininterruptas, ela une continuamente encadeamentos que nenhuma análise poderia desfazer sem abstração. A história contínua seria uma maneira reconfortante de garantir ao homem que tudo o que foi perdido lhe será devolvido. O homem movido pela luz da razão tem certeza de que o tempo nada dispersará sem constituir-lo em uma unidade.

Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda a prática são as duas faces de um sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomada de consciência²⁰⁶.

²⁰⁵ FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber ... 2004. p. 146-147.

²⁰⁶ FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber ... 2004. p. 14.

Fazendo referência a Nietzsche, Foucault afirma que a idéia de liberdade, defendida tão veementemente por Hegel e seus ‘seguidores’, é apenas uma invenção das classes dominantes. “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”²⁰⁷.

Olhando para a história do ponto de vista das relações de poder, da dispersão e da ruptura, a história iluminista aparece como um forte sistema que conduz e determina, previamente, as relações. Na história hegeliana, tudo tem o seu lugar certo, a sua função, o seu sentido e a sua explicação. É um sistema perfeito, fechado, com começo, meio e fim. Uma maneira cristã e racional de conduzir os homens por caminhos pré-determinados. É uma maneira automática de atribuir poder aos grandes homens, grandes políticos, chefes da nação.

Dentro dessa concepção, nada mais importante do que o conhecimento histórico, pois é ele que dita as regras, que usa os exemplos do passado para motivar o presente, mostra o caminho que a locomotiva deve seguir.

Ora, quando Xavier da Veiga, político e historiador, assumiu a função de escrever a história oficial do Estado de Minas Gerais, ele sabe exatamente a dimensão do poder com que ele está lidando. Ele é o “dono” dos documentos públicos, poucas pessoas tinham conhecimento deles, ele tem o poder do conhecimento inédito, oficial, é ele quem vai traçar o que deverá mobilizar o presente.

²⁰⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder...*, 2004. p.. 18.

Se toda produção de conhecimento é permeada por relações de poder, Veiga não seria uma exceção. O discurso da verdade e da isenção que assume para si também é um discurso de poder. É como se a história escrita por ele fosse a verdade mais pura e incontestável. Uma lição a ser seguida por todos, o caminho do progresso e da liberdade. No seu discurso de poder, Veiga faz uma apropriação privada de bens públicos. A documentação pública, de uma instituição pública, que deveria servir a interesses públicos, atende e serve a relações privadas.

Esses interesses privados criam o perfil da instituição: o seu acervo representa essas relações de poder. A história iluminada por esse acervo favorece a manutenção dos privilégios sociais e políticos, pois se são os grandes que conduzem a locomotiva, eles não podem ser contestados, ao contrário, devem ser cegamente seguidos.

Os “grandes movimentos da história” – como Inconfidência e Proclamação da República - são interpretados como grandes saltos na evolução, mas não uma ruptura, ou seja, são saltos evolutivos marcados pela continuidade. Os mesmos homens que conduziam e defendiam a política imperial podem – e devem – conduzir a política republicana, pois não há ruptura. É uma prática discursiva perfeita quando se trata de manutenção de privilégios.

Como ressaltou Foucault, a história contínua é a garantia de que tudo o que lhe escapou lhe será devolvido e a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta.

Não temos aqui a ilusão de promover ou corroborar a idéia de uma nova verdade histórica. Pretendemos apenas contribuir para o enriquecimento do

debate arquivístico e historiográfico, analisando o “nosso” *arconte* na sua dispersão e nas múltiplas erupções do seu discurso, que não é único nem linear, mas múltiplo, relacionado e adaptado ao seu contexto histórico.

CONCLUSÃO

*“Quem controla o passado, controla o futuro;
quem controla o presente, controla o passado”²⁰⁸.*

“Minha memória, senhor, é como despejamento de lixo”²⁰⁹.

A citação de Orwell era um lema do Partido no livro *1984*. Livro esse que trata da dominação de um Estado Totalitário pelo Grande Irmão, líder do Partido. Nessa obra de ficção, o domínio político tinha tamanha dimensão que conseguia controlar não apenas fisicamente os “cidadãos” por meio das chamadas “teletelas”, mas principalmente conseguia manipular suas consciências por meio de um controle irrestrito dos meios de comunicação.

Não havia uma única informação que não passasse pelo crivo do chamado “Ministério da Verdade”. Winston, o protagonista de Orwell, era um funcionário desse Ministério, responsável pela constante reedição dos registros. O grande desejo desse personagem era resistir à adulteração das notícias promovida pelo Grande Irmão e, principalmente, conseguir registros que remetessem à história antes da Revolução promovida pelo Partido. A angústia central desse personagem era que ele sequer “não sabia com a menor certeza se o ano era mesmo 1984”, afinal, o Partido havia se apropriado da História e de toda e qualquer baliza que pudesse orientá-la.

²⁰⁸ ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. p 36.

²⁰⁹ BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: *Ficções*. Porto Alegre: Editora Globo. P. 94.

A segunda citação é do personagem Funes, o Memorioso, de Jorge Luís Borges. Funes sofreu um acidente que lhe deixou uma seqüela peculiar: Tornou-se um homem incapaz de esquecer. Sua vida passou a ser devorada pelo passado. Funes, após o acidente, não vivia, apenas recordava. Seu “presente era quase intolerável de tão rico e tão nítido, e também as lembranças mais antigas e mais triviais”²¹⁰. Funes tornou-se um aleijado, fisicamente, já que o seu acidente impôs a ele cadeira de rodas, embora o personagem considerasse isso uma perda mínima, diante de sua memória infalível. O protagonista de Borges, na verdade, havia percebido que a sua maior imobilidade não estava em suas pernas, mas em sua consciência.

Os dois personagens, de Orwell e Borges, apresentam angústias radicalmente opostas. Winston deseja lembrar, mas não pode fazê-lo porque é prisioneiro do presente, de um presente sem passado. Já Funes, é prisioneiro do passado, portanto, privado do presente.

De acordo com Nietzsche, a história é útil para a vida e para os homens, mas dentro de certos limites.

Certamente precisamos da história, mas não como o passeante mimado no jardim do saber, por mais que este olhe certamente com desprezo para as nossas carências e penúrias rudes e sem-graça. Isto significa: precisamos dela para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida ou da ação ou mesmo para o embelezamento da vida egoísta e da ação covarde e ruim. Somente na medida em que a história serve à vida queremos servi-la²¹¹.

²¹⁰ BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso... P. 94.

²¹¹ NIETZSCHE, Friedrich. - Segunda Consideração Intempestiva... 2003. p.5 .

Aos dois personagens falta a história para mobilizá-los para o presente e para a ação. Winston é marcado pela escassez, falta-lhe o conhecimento do passado, faltam-lhe os meios para a produção da história: registros, livros, documentos que foram todos usurpados ou destruídos pelo Grande Irmão. Funes é marcado pelo excesso, sobra-lhe o conhecimento do passado, o passado transborda em sua memória, terminando com o mesmo destino de Winston: a incapacidade de construir uma história mobilizada para a ação e para a vida.

O protagonista dessa dissertação, Xavier da Veiga, enquanto *arconte*, a partir de sua casa, de suas relações, de seus registros, de suas correspondências pôde, de alguma forma, exercer o papel intermediário que falta a Winston e a Funes. O papel de recortar, selecionar, construir uma História que não seja marcada nem pelo excesso e nem pela escassez, mas uma história que possibilitou a ele uma inserção no presente. Ao mesmo tempo, criou para os futuros estudiosos os elementos, os registros, as informações, tão escassas ao personagem do escritor inglês. Xavier da Veiga possibilitou ainda para os historiadores do presente, seja qual for este presente, a possibilidade da contínua reescrita da história.

O nosso estudo mostrou que a motivação para a criação do Arquivo Público Mineiro esteve ligada muito mais a um rearranjo das relações de poder no Estado e à necessidade de se criar uma história oficial de Minas Gerais que desse não apenas respaldo ao novo governo, mas principalmente, que criasse uma sensação de continuidade histórica. A República traria progresso, mas sem ruptura brusca, dentro de uma concepção histórica iluminista marcada pela concepção de tempo contínuo.

O novo sistema político se utilizava dessa idéia de história como progresso da humanidade, como uma forma de se colocar mais uma etapa adiante na continuidade evolutiva, mais um largo passo em busca da liberdade.

Para a história hegeliana, a concepção de memória é naturalizada, uma memória respeitosa, que não questiona o passado, mas reproduz cerimoniosamente os grandes eventos e celebra os grandes heróis.

Ao passo que a memória vista pelos olhos das relações de poder é “antinatural”, ou seja, uma construção historicizada na qual tanto a lembrança quanto o esquecimento têm motivações e interesses específicos. O esquecimento e a lembrança, como bem descreveu Orwell, não são naturais, mas manipulados de acordo com os interesses que movem as relações de poder. Um evento é celebrado enquanto vários outros são esquecidos ou devidamente deixados de lado.

No capítulo 2, fizemos um estudo sobre as relações e motivações que envolveram a criação do APM e a constituição do seu acervo. Pudemos constatar que essas relações estabelecidas entre Xavier da Veiga e os correspondentes nomeados para participarem da formação da instituição, não foram relações apenas técnicas ou baseadas em critérios científicos. Mais do que isso, o nosso “homem cordial” estabeleceu relações de poder com a alta cúpula da política mineira, relações “belicosas” que lhe proporcionaram exercer o importante papel de *arconte* e se manter politicamente vivo.

A motivação de Veiga e seus contribuintes não era simplesmente a busca por uma verdade histórica ou uma grande acumulação de documentos históricos,

mas cada doação, cada citação, cada recorte poderia significar um estreitamento dos laços políticos.

Com relação ao tratamento da informação, como ressaltamos no capítulo 3, Xavier da Veiga dá ênfase para alguns eventos históricos enquanto outros merecem poucas linhas ou nenhuma referência. A grande discrepância de importância atribuída a eventos como a Inconfidência, a Independência e a Proclamação da República mostram o interesse de Veiga em utilizar os valores supostamente republicanos e libertadores da Inconfidência na construção de um imaginário social favorável ao novo regime.

Essa construção da memória e de um possível imaginário social é disciplinadora, como já dissemos anteriormente, pois ela tem o poder de organização da idéia de história, dos heróis a serem reverenciados, do regime político a ser seguido e, principalmente, cria a idéia de um passado comum que deve ser respeitado e perpetuado.

A partir dessas relações de poder, Xavier da Veiga cria uma instituição de fundamental importância para a escrita e reescrita da nossa história mas, ao mesmo tempo, uma instituição marcada por privilégios sociais e políticos, já que na sua concepção de história apenas a elite merecia iluminação para o futuro. A maior parte da população é, por definição, excluída de seu acervo

A história escrita por Veiga seguia a tradição iluminista, baseada no princípio da evolução e organização dos acontecimentos de acordo com critérios racionais, fazendo parte de uma organização temporal contínua e progressiva.

Segundo Foucault, essa história racional não só conduz toda a humanidade para um destino certo e recompensador como se constitui numa maneira

reconfortante de garantir ao homem a restituição de tudo o que foi perdido, ou seja, é uma concepção de vida extremamente confortável pois além de dar um sentido à vida, uma idéia de progresso, ela garante um final feliz, um consolo para todo o sofrimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas Reflexiones sobre el origen y la difusión Del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.

ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: 1990.

ARNAUT, Luiz Duarte Haele – Reinado do Direito: Minas Gerais 1892 – 1911. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n.º 21, 1998.

BECHARA, Adriano F. Museus: passado e presente. <http://ceveh.com/biblioteca/artigos/af-p-a-museus.htm>.

BELSUNCE, César A. Garcia. Legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 1, 1986.

BELLOTO, Heloísa. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: Queroz, 1991.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queroz, 1979.

BOSI, Alfredo. – *Cultura Brasileira: temas e situações*. Cidade: Editora, 1992.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. Cidade: Editora, 1998.

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Porto Alegre: Editora Globo, 1995.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

CARVALHO, José Maurício. *Contribuição contemporânea à história da filosofia brasileira*. Londrina: Cefil, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. - *A construção da ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. - *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Astrea de Moraes e. *Arquivo no Brasil e na Europa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel. - *Invenção do cotidiano: artes de fazer*. São Paulo: EDITORA, 1990.

CHAGAS, Mário – Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. <http://www.quarteirao.com.br>

CHARTIER, Roger – À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COOK, Terry – Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n.º 21, 1998.

CORREA, Anna Maria Martinez – Os centros de documentação e memória da UNESP. O centro de documentação e memória. In: *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. Org. Zélia Lopes da Silva. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COSTA, Célia – O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na Constituição da nacionalidade. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, vol. 14, n.º 26, 2000.

COSTA, Célia. - Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n.º 21, 1998.

COSTA, Célia e FRAIZ, Priscila Moraes Varella. – Acesso à informação nos Arquivos Brasileiros. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989.

CURRAS, Emilia – *Las ciencias de la documentacion: biblioteologia, archivologia, documentacion e informacion*. Barcelona: Mitre, 1982.

DECCA, Edgar Salvadori de. – Memória e Cidadania. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania / DPH. São Paulo: DPH, 1992.

DECCA, Edgar Salvadori de. - *As desavenças da história com a memória*.

DELEUZE, Gilles. – Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUARTE, Regina Horta. – Nietzsche e o Ser Social Histórico ou da utilidade de Nietzsche para os estudos Históricos. <http://www.fflch.usp.br>

DUCHEIN, Michel. – Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, 1986.

DUCHEIN, Michel. - O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arq. & Adm.*, Rio de Janeiro: 1986.

- DURANTI, Luciana – Registros documentais contemporâneos como prova de ação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n.º 13, 1994.
- FAGUNDES, Bruno Flavio Lontra - As efemérides mineiras, de José Pedro Xavier da Veiga: as histórias a favor da história. 2001 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.
- FERNANDES, Simone Silva – Arquivos permanentes de movimentos sociais: novos procedimentos de arranjo e descrição. In: Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. Org. Zélia Lopes da Silva. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- FIGUEIREDO, Betânia e CONDÉ, Mauro Lúcio (org.) – Ciência, história e teoria. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.
- FOUCAULT, Michel. - Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 2004. Pg.29.
- FOUCAULT, Michel. - História da Loucura. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.
- FOUCAULT, Michel. - Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. - A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira e BASTOS, Aurélio Wander – Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. Acervo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 1, 1986.
- GOMES, Maria do Carmo Alvarenga Andrade – A produção do conhecimento histórico e o documento: estudo da relação entre a historiografia mineira e as fontes. 1979/1990. Belo Horizonte, 1994. Dissertação (mestrado) – Escola de Biblioteconomia, UFMG.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado – Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico e o Projeto de uma História nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. N.1, 1988.
- HALBWACHS, Maurice – A Memória Coletiva. São Paulo: Vértica, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – A Razão na História – Uma Introdução Geral à Filosofia da História. São Paulo: Centauro, 2001.
- HOBBSAWM, Eric J. - Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes/ Marcio Seligmann-Silva (org.). - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- JARDIM, José Maria e ODILA, Maria – Arquivos. In: Fontes e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte, UFMG: 1986.

- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República*. In.: SOUZA, Laura de Mello e. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- KHOURY, Yara Aun – Documentos orais e visuais: organização e usos coletivos. *Revista do Arquivo Municipal, São Paulo*, 1992.
- LE GOFF, Jacques – *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- MACHADO, Roberto – *Ciência e saber A trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- MENEZES, Patrícia – *O arquivo do Estado de São Paulo*. In: *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. Org. Zélia Lopes da Silva. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. – *A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações*. In: *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. Org. Zélia Lopes da Silva. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. - *Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1994.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. - *memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n.º 21, 1998.
- MITRE, Antônio – *O dilema do centauro – ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MONTEIRO, Norma de Góes – *O desafio dos arquivos nos estados federalistas*. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1986.
- NORA, Pierre – *Les lieux de mémoire*. Gallimard, 1984.
- NIETZSCHE, Friedrich. – *Genealogia da Moral*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- NIETZSCHE, Friedrich. - *Segunda Consideração Imtempéstiva. Da Utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. – *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PEREIRA, Antônio – *A analítica do poder em Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PESSOA, R. C. – *A idéia republicana no Brasil através de documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.
- POLLAK, Michael – *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

- POMIAN, Krzysztof – Histoire culturelle, histoire des sémiophores. In: Pour une histoire culturelle. Paris: Éditions di Seuil.
- POMIAN, Krzysztof. - Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. Le Goff (org.). Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.
- REIS, José Carlos – História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- REIS, José Carlos – As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- RESENDE, Maria Efigênci Lage de – Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM 1889– 1906. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982.
- RIBEIRO, Renato Janine. - Recordar Foucault. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, Renato Janine. - memórias de si ou ... Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 11, n.º 21, 1998.
- RICOEUR, Paul – Tempo e narrativa. Campinas: Papirus, 1994.
- RODRIGUES, José Honório – Acessibilidade do público aos documentos. Sigilo e reserva. Revista Acervos, Rio de Janeiro, vol. 4, n.º 2, 1989.
- ROUSSO, Henry – O Arquivo ou o indício de uma falta. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1996.
- SCHELLENBERG, Theodore R. – Arquivos Modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz – O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil– 1870-1930. São Paulo, Companhia das letras: 1993.
- SCHWARZ, Roberto – Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- TESSITORE, Viviane – História administrativa, a chave para os Arquivos Públicos. Arquivo & História, Rio de Janeiro, n.º 2, 1996.
- VALÉRIO, Antônio Carlos – Identificação de documentos em Arquivos Públicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983.
- VEIGA, José Pedro Xavier da – Efemérides Mineiras 1664-1897; introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.
- VEYNE, Paul – Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- WANDERLEY, Regina Maria Martins Pereira – A popularização dos arquivos. Acervo, Rio de Janeiro, vol. 4, n.º 2, 1989.
- WEBER, Max – Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002.

FONTES DOCUMENTAIS

1) Fontes Impressas:

Arquivo Público Mineiro

VEIGA, José Pedro Xavier da – Efemérides Mineiras 1664-1897; introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1896 a 1901.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1927.

Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais

Jornal “A Província de Minas”. Ouro Preto, 25 de julho de 1888.

Jornal “A Província de Minas”. Ouro Preto, 8 de agosto de 1888.

Jornal “A Província de Minas”. Ouro Preto, 22 de agosto de 1888.

Jornal “A Província de Minas”. Ouro Preto, 19 de setembro de 1888.

Jornal “A Província de Minas”. Ouro Preto, 29 de setembro de 1888.

Jornal “A Província de Minas”. Ouro Preto, 11 de outubro de 1888.

Jornal “A Província de Minas”. Ouro Preto, 20 de julho de 1889.

Jornal “A Província de Minas”. Ouro Preto, 23 de julho de 1889.

Jornal “A Província de Minas”. Ouro Preto, 09 de outubro de 1889.

Jornal “A Ordem”. Ouro Preto, 30 de novembro de 1889.

Jornal “A Ordem”. Ouro Preto, 14 de dezembro de 1889.

Jornal "A Ordem". Ouro Preto, 18 de dezembro de 1889.

Jornal "A Ordem". Ouro Preto, 24 de dezembro de 1889.

Jornal "A Ordem". Ouro Preto, 06 de março de 1890.

Jornal "A Ordem". Ouro Preto, 21 de abril de 1890.

Jornal "A Ordem". Ouro Preto, 17 de maio de 1890.

Jornal "A Ordem". Ouro Preto, 14 de junho de 1890.

Jornal "A Ordem". Ouro Preto, 19 de junho de 1890.

2) **Fontes Manuscritas:**

Arquivo Público Mineiro. Fundo Arquivo do Arquivo. Série JXV. Caixas 1 a 11.

ANEXO – RELAÇÃO DOS CORRESPONDENTES DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO ²¹²		
CORRESPONDENTES DO APM	PERÍODO	ATIVIDADES
CHRISPIN JAQUES BIAS FORTES _ OURO PRETO	1847-1917	Político, magistrado, advogado, promotor e fazendeiro. Promotor de justiça e juiz municipal; deputado provincial PL (1881-1889); na República elaborou o anteprojeto da Constituição Mineira; exerceu o governo provisório do estado em 4 períodos nos anos 1890 e 1891. Senador constituinte (1891-1895), participando de forma decisiva na elaboração da 1. ^a Constituição do Estado; eleito por voto popular Presidente de Minas (1894-98); depois volta a ser senador. Pertenceu ao PRM e PL.
Dr. HENRIQUE DINIZ _ OURO PRETO	1865-1930	Político, médico e professor. Republicano histórico. Vereador, Presidente da Câmara, Agente executivo Municipal. Lecionava História Universal no Ginásio Mineiro. Deputado Constituinte Estadual e deputado estadual (1891-95). Secretário do Interior e Justiça (1894-98). Senador (1903-1906) (1915-18). Pertenceu ao PRM.
Dr . ALBERTO AUGUSTO DINIZ _ CAPITAL FEDERAL	1868-1956	Advogado, promotor público em Ouro Preto, juiz municipal São João 1892, Diretor da recebedoria de MG 1895. fiscal do governo junto ao Banco de Crédito Real de MG 1898. Desembargador e depois governador do Acre.
SENADOR ANTONIO MARTINS FERREIRA DE SILVA _ PONTE NOVA	1874 - 1919	Político, fazendeiro e advogado. PRM. Deputado Estadual 1907 – 1918.
Dr . EDIGAR CARLOS DA CUNHA PEREIRA - Peçanha	1860- 1908	Magistrado, advogado e chefe de polícia. Redator de O Constitucional órgão do Partido Conservador (SP).
SENADOR JOAO NEPOMUCENO KUBITHSCHEK - Peçanha	1843-1899	Político, professor, poeta e jornalista. Diretor da Instrução Pública da Província de Minas (1883-85). Organizou o Clube Republicano de Diamantina em 1888 e dirigiu o órgão

²¹² As atividades de alguns correspondentes encontram-se sem preenchimento pois, até o momento da defesa, não foram encontradas informações sobre eles.

		republicano O Tambor. Senador Constituinte Estadual (1891-98); Vice-presidente (1894-98); diretor da Imprensa Oficial 1898. Tio-avô de JK.
SENADOR Dr . JOAO ROQUETTE CARNEIRO DE MENDONCA - Mar de Hespanha	1839-1921	Político, promotor e magistrado. Participante do movimento republicano desde 1870. Senador constituinte mineiro 1891 a 1898. pertencia ao PRM.
Dr . EPAMINONDAS ESTEVES OTTONI - Theophilo Ottoni	1862-1918	Político, engenheiro e fazendeiro. Fiscal da estrada-de-ferro Bahia Minas. Foi vereador, deputado estadual, senador estadual, deputado federal. Pertenceu ao PRM
SENADOR CARLOS SA - Theophilo Ottoni	1839 - 1921	Político e fazendeiro. Eleito Senador Constituinte 1891 - 1898
SENADOR JOSE BENTO NOGUEIRA _ Minas Novas	1830-1913	Político, coronel da guarda estadual e professor. Deputado provincial (império), deputado à Constituinte mineira e na primeira legislatura (república), senador estadual (1895 a 1906), deputado federal (1903 a 1914). Pertenceu ao PRM.
SENADOR JOAQUIM ANTONIO DUTRA _ Leopoldina	1853-1943	Político e médico. Instalou e dirigiu o Hospital-colônia para alienados mentais em Barbacena. Foi vereador, agente executivo municipal, deputado provincial (1888-89); deputado estadual (1891-95); senador estadual (1895-1902); no império pertenceu ao PL e, na República, ao PRM.
Dr. FRANCISO ALVES MOREIRA DA ROCHA _ Bonfim	1850-1946	Político e médico. No Império foi oficial da Ordem da Roda e deputado provincial. Na república foi deputado estadual de 1911 a 1922. Pertenceu ao PRM.
Dr. WENCESLAU BRAS PEREIRA GOMES _ Monte Santo	1868-1866	Político, promotor e advogado. Defensor da República. Promotor de justiça. Foi vereador, presidente da Câmara e agente executivo municipal (1892-94); deputado à Câmara Estadual (1892-98); Secretário do Interior (1898-1902); deputado federal (1903-08); Presidente do Estado (1909-1910); foi vice-presidente e depois presidente da República.
SENADOR FRANCISCO SILVIANO DE ALMEDA BRANDAO _ Pouso Alegre	1848-1902	Político, presidente do Estado, secretário, médico e professor. Signatário do manifesto republicano de 1870. fundou o Clube Republicano de Pouso Alegre. Deputado pelo PL à Assembléia Provincial (1880-1881). Deputado Geral (1881-1884). Abolicionista. Senador ao

		Congresso Constituinte Mineiro e Senador (1891-1895). Secretário do Interior e Justiça (1892-94). Senador Estadual (1895-1902). Presidente do estado (1898-1902). Elege-se em 1902 para a vice-presidência, mas falece antes de tomar posse. No império pertenceu ao PL e, na República, ao PR e PRM.
Dr. FERNANDO [LOBO] LEITE PEREIRA _ Juiz de Fora	1851-1918	Político, advogado e banqueiro. Grande atividade na propagando republicana. Com a proclamação da república foi nomeado Vice-Presidente do Estado de Minas. Ministro das Relações exteriores (1891-92), Ministro do Interior, Ministro interino da justiça, da Instrução pública e dos Correios e Telégrafos. Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Braço direito do marechal Floriano Peixoto. Vice-presidente do Banco do Brasil. Senador federal por Minas Gerais. Presidente do Banco de Crédito Rural de MG. Pertenceu ao PRM.
SENADOR Dr. JOSINO DE PAULA BRITO _ Três Pontas	1855-1930	Político, médico e fazendeiro. Deputado Estadual Constituinte e deputado estadual (1891-1895). Senador estadual (1895-1914). Pertenceu ao PRM.
JOSE JOAQUIM DO CARMO GAMA _ Rio Novo	1860-1937	Escritor, acadêmico, professor e tabelião. Colaborou com XV na organização do APM. Membro fundador da AML, colaborador de vários jornais e publicou diversas obras literárias e de história.
Dr. RODOLFO GUSTAVO DA PAIXAO _ Sao Joao D'el Rei	1853-1925	Político, militar e engenheiro. General-de-brigada. Militante nas causas abolicionista e republicana. Foi nomeado governador de Goiás, depois elegeu-se presidente do Estado de Goiás (1890-1892).
Dr. AUGUSTO CLEMENTINO DA SILVA _ Serro	1861-1952	Político, médico e fazendeiro. Foi deputado constituinte mineiro, deputado estadual (1891-1898), deputado federal (1897-1899).
EDUARDO AUGUSTO PIMENTEL BARBOSA _ Paracatu		Político, coronel da Guarda Municipal e professor.
SENADOR JOAQUIM ANTONIO GOMES DA SILVA _ Fructal	1835-1915	Político, advogado (provisionado), professor e escritor. Vereador, agente executivo provincial de Fructal, deputado provincial (1884-1885), deputado estadual (1891-1885), senador estadual (1895-1902). Redator do jornal Correio Uberabense órgão do partido

		liberal. No Império pertenceu ao PL e, na República, ao PRM.
Dr. Salvador FELICIO DOS SANTOS _ Diamantina	1867-1926	Político e magistrado. Foi juiz interino em Diamantina. Rápida passagem pela política como deputado federal em 1900-1902.
Dr. ANTONIO AUGUSTO VELOSO _ Diamantina	1856-1924	Magistrado, político, advogado, jornalista e escritor. Deputado à Assembléia Provincial (1882-1883; 1886-1889). Senador Constituinte Estadual e senador estadual (1891-1892). Juiz de direito em Diamantina e BH, depois promovido a desembargador. Pertenceu ao Partido Conservador e depois da República ao PRM.
Dr. JOAO PINHEIRO DA SILVA _Caete	1860-1908	Político e industrial. Formado em direito SP. Adepto ao Partido republicano, abolicionista, influenciado por idéias positivistas. Em 1888 liderou a organização do PRM dirigindo o seu jornal O Movimento. Com a Proclamação foi nomeado Secretário de Estado e Vice-governador. Em 1890 foi nomeado governador de Minas. Elegeu-se deputado ao Congresso Constituinte em 1890/1. dedicou-se à próspera cerâmica de Caeté. Eleito Senador Federal em 1904. Eleito presidente do Estado 1906-1910. Precursor do desenvolvimentismo.
Dr. FRANCISCO MENDES PIMENTEL _ Barbacena	1869-1967	Político, advogado, professor e primeiro reitor da UFMG. Deputado estadual (1895-1898). Deputado Federal (1897-1899). Atuou também na imprensa fundando o Diário de Minas. Participou da fundação do IHGMG. Foi um dos fundadores do PRM.
Dr. EDMUNDO PEREIRA LINS _ Tiradentes	1863-1944	Magistrado, professor e jornalista. Defensor do regime republicano, filiado ao partido em 1886. promotor público 1889-90. Nomeado secretário da Repartição de Estatística. Redator-chefe de O Movimento, jornal de propaganda republicana. Juiz de Direito de Tiradentes (1892-97). Diretor da Secretaria de Interior (1897-98). Juiz de Direito da Comarca. Escolhido professor da FLDMG em 1897.
Dr. TITO FULGENCIO ALVES PEREIRA _ Carmo da Bagagem	1862-1944	Magistrado, político, jurista e professor. Deputado à Assembléia Provincial (1886-1887). Promotor Público, juiz municipal, juiz de direito, desembargador (1910-1914).
Dr. ALBERTO AUGUSTO FURTADO _ Rio Preto	1856-1920	Político e engenheiro. Vereador; deputado ao Congresso Legislativo Mineiro; deputado estadual (1895-98). Foi ainda superintendente da construção da estrada-de-ferro

Anexo – Relação dos correspondentes do APM150

		Leopoldina.
JULIO BUENO BRANDAO _ Ouro Fino	1858-1931	Político, magistrado, advogado e jornalista. Juiz municipal, subdelegado e delegado de polícia. Foi vereador e Agente executivo Municipal. Propagandista republicano, foi nomeado Presidente do Conselho de Intendência por Bias Fortes em 1891. deputado estadual (1891-1898). Senador federal (1897-1908), sendo também vice-presidente do Estado e presidente quando João Pinheiro faleceu. Foi presidente de MG 1910-1914. no império pertenceu ao PL e, na República, ao PRM, tendo a este presidido por muitos anos.
Dr. LEOPOLDO CORREA _ Itapecerica	1866-1918	Político e médico. Além de clinicar em Itapecerica, foi Juiz de Paz e Delegado de Higiene. Deputado estadual (1895-1902); senador estadual (1907-1914); pertenceu ao PRM, divergindo do partido no final.
Dr. FRANCISCO JOSE COELHO DE MOURA _ Oliveira	?-1910	Político e médico. Deputado Estadual (1891-1898). Senador Estadual (1899-1906). No império pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao PRM.
JOSE FERREIRA DE CARVALHO _ Oliveira	1872-1957	Político, Coronel da Guarda Nacional, jornalista e tabelião. Redator-secretário da Gazeta de Oliveira, jornal de maior circulação no Oeste de Minas. Fundou A Democracia em 1895 por divergências políticas. Sócio-fundador do IHGMG. Pertenceu ao PRM.
Dr. CARLOS FERREIRA TINOCO _ Oliveira	1870-1947	Político, magistrado e advogado. Juiz de Direito, deputado estadual (1895-1898). Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador.
CAPITAO DESIDERIO FERREIRA DE MELO _ Carmo do Parnayba	1858-1904	Político, advogado provisionado, Capitão da Guarda Nacional e jornalista. Deputado Estadual (1895-1902). Filiado ao PRM a partir de 1898.
Dr. HERMENEGILDO RODRIGUES DE BARROS _ Carmo do Parnayba	1866-1955	Magistrado e promotor. Promotor Público, juiz municipal, juiz de direito 1890, presidente do Tribunal da Relação 1903, Ministro do STF. Sócio honorário do IHGB.
Dr. AUGUSTO GONÇALVES DE SOUZA MOREIRA _ Distrito de Santana de São João Acima	1861-1924	Político, médico e industrial. Dedicou-se à carreira de médico, foi vereador, organizador e dirigente do Clube republicano 21 de Abril (1889). Deputado Estadual (1891-1898). Pertenceu ao PRM.
CAMILLO PHILINTO PRATES _ Montes	1859-1940	Político e professor de matemática e física. Deputado Provincial (1891-1899). Integrou a

Claros		comissão de mudança da capital. Senador Estadual (1899-1907), deputado federal (1903-1905). No império pertenceu ao PL e, na república, ao PRM.
Dr. JOSE MONTEIRO RIBEIRO JUNQUEIRA _ Leopoldina	1871-1946	Político, promotor, advogado e empresário. Defensor do regime republicano, presidiu o Centro Republicano Mineiro. Foi Promotor público; dirigiu a Gazeta de Leopoldina. Foi deputado estadual, presidente da Câmara e agente executivo municipal (1895-1902). Deputado estadual (1903-30); senador estadual (1895-1902);
Dr. AMERICO GOMES RIBEIRO DA LUZ _ Muzambinho	1854-1927	Político, médico, banqueiro, escritor, fazendeiro e empresário. Chefe político de Muzambinho e líder da campanha abolicionista. Foi vereador e agente executivo municipal. Deputado provincial (1886-87). Deputado à Constituinte Federal e deputado (1891-93). Dirigiu a Companhia de Estrada de Ferro de Muzambinho (1889-1908). Participou ativamente da propaganda republicana.
COMENDADOR MANOEL TEIXEIRA DA COSTA _ Santa Luzia do Rio das Velhas	1833-1913	Político e tabelião. Deputado à Assembléia Provincial (1886-87); foi escrivão de órfãos e tabelião, vereador, presidente da Câmara, Agente executivo Municipal. Deputado Constituinte Estadual e deputado estadual (1891-95). Senador estadual (1896-1906). No império pertenceu ao PC e, na República, ao PRM.
Dr. CARLINDO DOS SANTOS PINTO _ Santa Luzia do Rio das Velhas	1864-?	Político, bacharel em ciências jurídicas e sociais na FDSP. Deputado estadual (1895-1898).
Dr. GOMES FREIRE DE ANDRADE _ Mariana	1865-1938	Político, médico e professor. Defensor da idéia republicana, sendo um dos signatários do manifesto republicano de Ouro Preto 1888. foi vereador, deputado constituinte estadual, deputado estadual (1891-1895), senador estadual (1907-1918), deputado federal. Pertenceu ao PRM.
MAJOR JOSE BERNARDES DE FARIAS_ Formiga	1859-1934	Político, advogado e promotor. Vereador e presidente da Câmara Municipal; deputado estadual (1895-1902); deputado federal (1903-1908); Pertenceu ao PRM.
VASCO AZEVEDO _ Pitanguy	1868-1907	Político e jornalista. Foi redator e diretor de dois periódicos. Diretor do Externato Municipal, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal. Deputado Estadual (1899-1902).

		Pertenceu ao PRM.
Dr. IDELFONSO MOREIRA DE FARIA ALVIM _ Palma	1867-1927	Político e advogado. Participou da propaganda republicana com Silva Jardim. Promotor Público, Curador Geral de Órfãos 1890. Juiz de Direito. Deputado estadual constituinte e deputado estadual (1891-1895). Deputado federal (1897-1902). Pertenceu ao PRM.
Dr. BERNARDO [CYSNEIROS] DA COSTA REIS _ Palma	?-1908	Político, médico e fazendeiro. Participou da campanha republicana. Foi senador constituinte estadual 1891 e senador estadual (1891-1895).
Dr. CARLOS DA SILVA FORTES - Palmira	? - 1924	Político, médico e industrial. Deputado provincial (1888-89); deputado estadual constituinte; deputado estadual (1891-1926); pertenceu ao PRM.
Dr. HENRIQUE DUARTE DA FONSECA _ São Jose d Alem Paraíba		Deputado estadual (1891-1898); participou da campanha republicana.
Dr. HEITOR DE SOUZA _ Carangola	1871-1929	Político, promotor, advogado, magistrado, escritor e jornalista. Promotor público, juiz municipal, vereador de Cataguases, deputado estadual (1903-1910), subprocurador geral do Estado. Pertenceu ao PRM.
FRANCISCO LINS _ Piranga	1866-1933	Escritor, acadêmico, professor e jornalista. Professor em estabelecimentos de ensino médio e redator nos jornais Jornal do Comércio e O Farol. Membro fundador da AML.
Dr. JOAO CAPISTRANO DE ABREU _ Capital Federal	1853-1927	Nasceu em <u>Maranguape, CE, 23 de Outubro de 1853 -1927</u>), historiador <u>brasileiro</u> . Um dos primeiros grandes historiadores do Brasil, produziu ainda nos campos da etnografia e da linguística. A sua obra é caracterizada por uma rigorosa investigação das fontes e por uma visão crítica dos fatos históricos. Fez os seus estudos primários e secundários em <u>Fortaleza</u> e no <u>Recife</u> , mudando-se para o Rio de Janeiro em <u>1875</u> . Nesta cidade empregou-se como caixeiro, na famosa <u>Livraria Garnier</u> , passando a colaborar no periódico <u>Gazeta de Notícias</u> . Nomeado oficial da <u>Biblioteca Nacional (1879)</u> , inscreveu-se em concurso do <u>Colégio Pedro II</u> para o cargo de professor de Corografia e História do Brasil (<u>1883</u>). A tese que apresentou versava sobre o <u>Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI</u> , considerada como uma das mais importantes obras em <u>historiografia</u> de <u>história do Brasil</u> .

Anexo – Relação dos correspondentes do APM153

		Aprovado, tomou posse do cargo em <u>23 de Julho</u> de <u>1883</u> , tendo-o exercido até <u>1899</u> , quando <u>Epitácio Pessoa</u> , então ministro da Justiça, determinou anexar o ensino de história do Brasil ao de história universal. Em sinal de protesto, Capistrano recusou-se a lecionar a nova disciplina, preferindo manter -se em disponibilidade para se dedicar à pesquisa.
LORENCO XAVIER DA VEIGA _ CAPITAL FEDERAL		Irmão de Xavier da Veiga. Oficial da Câmara de Deputados do Império.
COMENDADOR BERNARDO SATURNINO DA VEIGA _ Campanha		Irmão de Xavier da Veiga. Diretor do periódico <i>Monitor Sul Mineiro</i> , editor do <i>Almanaque Sul Mineiro</i> , organizador da <i>Enciclopédia Popular</i> , sócio-correspondente do IHGB e subdiretor da administração dos Correios de Campanha.
BENTO [] CORREA JUNIOR _ Para		
THEOFILO AUGUSTO DEXSA BRANDAO _ Penha		
Dr. JOAO VIEIRA DA SILVA _ Portugal		
JOSE VERISSIMO PALACIO _ OURO PRETO		
ANTONIO FELICIO DOS SANTOS _ CAPITAL FEDERAL		
LAFAYETTE DE TOLEDO _ CASA BRANCA (SP)		
Dr . JOAO PEDRO DA VEIGA FILHO _ CAPITAL DO ESTADO DE SAO PAULO _		
ALTIVO ROFDRIGUES COELHO - Peçanha		
CORONEL BRAS PEREIRA GOMES _ Itajuba		

JOAO ALVES FERREIRA PAULINO _ Grao Mogol		
Ge Cel CASEMIRO JOSE PINTO _ Grao Mogol		
Dr. MANOEL VIOTTI _ Pouso Alegre		
MAJOR HERCULANO OLEGARIO DE BARROS _ Pouso Alegre		
Dr. FELICIANO AUGUSTO DE OLIVIRA _ Juiz de fora		
HUGOLLINO DE MELLO MATTOS _ Suassuhy		
Dr. ANTONIO RODRIGUES COELHO _ Serro		
CORONEL ANTONIO BORGES DE SAMPAIO _ Uberaba		
Dr. PEDRO SANCHES DE LEMOS _ Pocos de Caldas		
Dr. JOSE CANDIDO DA COSTA _ Conceição		
Te Cel. MANOEL DE OLIVEIRA ANDRADE _ Campanha		
PEDRO DA SILVEIRA _ Pomba		
ARTHUR ALVES DE ALCANTARA CAMPOS _ ENTRE RIOS		
JOAO DE VASCONCELOS PEREIRA DA		

MOTA _ Caeté		
MANOEL EGYDIO DE CARVALHO _ Caratinga		
Dr. JOAO JOAQUIM FONSECA _ Caratinga		
PADRE JOSE JOAQUIM FERRIRA DE ALMEIDA _ Barbacena		
JOSE CYPRIANO SOARES FERREIRA _ Barbacena		
Dr. ANTONIO SERAPIAO DE CARVALHO _ S Domingos do Prata		
Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO _ Jaguaray		
Dr. DELFINO DA COSTA RIBEIRO _ Santa Rita do Sapucaí		
Dr. FRANCISCO DE FARIA LOBATO _ Pocos de Caldas		
MAJOR GETULIO RIBEIRO DE CARVALHO _ Guanhães		
CONEGO CESARIO DE MIRANDA MARIA RIBEIRO _ Guanhães		
Dr. FRANCISCO NUNES BACHO JUNIOR _ Guanhães		
JUSTINO DE ANDRADE CAMARA _ Montes Claros		

COMENDADOR LUCAS AUGUSTO MONTEIRO DE BARROS _ Leopoldina		
VIGARIO LUCINDO JOSE DE SOUZA COUTINHO _ Santa Bárbara		
Dr. DOMINGOS MOREIRA OS SANTOS PEREIRA _ Santa Bárbara		
VIGARIO MANOEL MENDES PEREIRA DE VASCONCELOS _ Santa Bárbara		
CORONEL JOAQUIM RIBEIRO DE OLIVEIRA _ Entre Rios		
PADRE ANTONIO DA SILVA LEAO _ Entre Rios		
JULIO CESARTAVARES GOES _ Muzambinho		
COMENDADOR SEPTIMO DE PAULA ROCHA _ Sabará		
Dr. JOAO [CHRYSASTOMO] LEOPOLDINO MAGALHAES _ São Paulo do Muriahe		
CORONEL MANOEL CASSIANO DE OLIVEIRA FRANÇA _ Sacramento		
JOSE JOAQUIM DE CASTRO LEAO _ Curvello		
Dr. BARAO DE CAMARGOS _ Mariana		
MAJOR ANANIAS MANOEL TEIXEIRA _		

Formiga		
Dr. ARTHUR GETULIO DAS NEVES _ Capital Federal		
Dr. ANTONIO RIBEIRO PACHECO D'AVILLA _ Bocayuva		
Te. CASTRINO MAGALHAES _ Christina		
Dr. CAETANO MACHADO DA FONSECA MARINHO _ S Domingos do Prata		
CAPITAO ANTONIO MARTINS DE MENESES _ Pedra Branca		
Remo. PADRE THEOFILO VIIRA DE ANDRADE _ Serro		
CORONEL FRANCISCO [] _ Cidade do Prata		
COMENDADOR AURELIANO PEREIRA CORREIA PIMENTEL _ S João D'El Rei		
Dr. SEVERINO EULAGIO RIBEIRO DE RESENDE _ Baependy		
Remo. PADRE JULIO UGRACIO DE ASSIS _ Itabira		
CAPITAO BERNARDINO DE SENNA FIGUIREDO _ Alto Rio Doce		
CORONEL VICENTE MEIRELLES _ Monte Alegre		
MAJOR JOSE DE CALASANS		

Anexo – Relação dos correspondentes do APM158

RODRIGUES ALKMIN _ São Paulo		
------------------------------	--	--